

Grupo SBF S.A.

**Demonstrações financeiras
individuais e consolidadas em 31
de dezembro de 2020 e 2019**

Conteúdo

Relatório da Administração sobre os resultados consolidados	3
Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras	7
Balanços patrimoniais	12
Demonstrações de resultados	13
Demonstrações de resultados abrangentes	14
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido - Controladora e Consolidado	15
Demonstrações dos fluxos de caixa	16
Demonstrações de valor adicionado	17
Notas explicativas às demonstrações financeiras	18

GRUPO SBF



DIVULGAÇÃO DE
RESULTADOS

4T20 & 2020

DIVULGAÇÃO DE RESULTADOS

4T20 & 2020

São Paulo, 30 de Março de 2021

O Grupo SBF S.A. (B3: SBFG3), divulga seus resultados anuais de 2020. As Informações financeiras relativas aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019, compreendem a empresa controladora Grupo SBF S.A. e suas controladas. As demonstrações financeiras consolidadas foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de contabilidade (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) enquanto as demonstrações financeiras individuais da controladora foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP).



Teleconferência de Resultados



31 de Março de 2021

10h00 (horário de Brasília)
09h00 (horário de NY)



Acesse em Português



Acesse em Inglês



SBFG

B3 LISTED NM

DESTAQUES GRUPO SBF



Conclusão da transação de aquisição da Fisia e fase inicial da integração concluída com sucesso



Mudança do ticker de CNTO3 para SBFG3



Crescimento de 31% da Receita total do Grupo no 4T20, que atingiu R\$1,4 bilhões



Conclusão da transação de aquisição da NWB em Fevereiro de 2021



Posição de caixa total do Grupo de R\$514,3 milhões em 31/12/2020



Centauro atingiu R\$435 milhões em vendas omnichannel em 2020



Reversão do resultado negativo do 3T20, gerando lucro líquido ajustado do Grupo de R\$ 64,6 milhões no 4T20



4 novas lojas G5 inauguradas no 4T20: 2 reformas e 2 aberturas, com um adicional de 3.094 m², totalizando 214.923 m² de área total da Centauro.



Plataforma digital da Centauro atingiu R\$1 bilhão em vendas totais no ano
Plataforma Digital Fisia representou 19% da Receita de Fisia em dez/20



Crescimento GMV de 72% do Digital da Centauro no 4T20

MENSAGEM DA ADMINISTRAÇÃO

PASSADO E FUTURO DO GRUPO SBF

O Grupo SBF completará 40 anos desde a sua fundação. Começou com a primeira loja da Centauro e, desde o início, com a visão de construir uma relação emocional com o cliente, desenvolveu uma experiência única dentro do esporte.

Sempre fomos vanguardistas e sempre buscamos crescer e ampliar fronteiras. Nos últimos anos, com os avanços da tecnologia e atualização das visões de negócios, nos preparamos para mais um avanço: um ecossistema de esporte, montando um negócio centrado no cliente, não somente no espírito de servir, mas também na forma de construí-lo.

Vemos o ano que encerrou como o início de um ciclo. Menos de dois anos depois de abrir capital na B3, além dos avanços operacionais na Centauro, demos passos concretos para desenvolver um ecossistema de esporte em Dezembro de 2020: (i) concluímos a transação com a Nike, passando a operar a Nike no Brasil sob o nome Fisia e (ii) assinamos a transação de aquisição da NWB, concluída em Fevereiro de 2021.

Com essas aquisições, passamos a contar com três diferentes unidades de negócio que oferecem esporte de maneiras diferentes ao público:

- A Centauro, com foco em distribuição e com a vocação de se tornar cada vez mais o destino do esporte, é a maior varejista de artigos esportivos do Brasil.
- A Fisia, com foco em produto e marca, é a representante exclusiva da Nike no Brasil, a maior marca esportiva do mundo.
- A NWB, com foco em conteúdo e engajamento, é a maior plataforma de mídia digital esportiva do Brasil e acumula mais de 60 milhões de inscritos no YouTube e 80 milhões de seguidores no Instagram.

Essas 3 unidades de negócio serão os pilares para a evolução de nosso ecossistema do esporte. Cada uma delas continuará sendo desenvolvida individualmente para maximizar sua vocação, mas também serão integradas para que as fortalezas de cada uma possam ser utilizadas para maximizar a proposta de valor das outras. O valor, no nosso entendimento, é maximizado pelo plano que se forma sustentado por estes pilares.

CENTAURO

Continuaremos trabalhando diuturnamente para oferecer, na Centauro, a melhor experiência multimarca no varejo esportivo. Precisamos continuar evoluindo nossa plataforma para ser o destino para escolha e compra de produtos esportivos no Brasil.

MENSAGEM DA ADMINISTRAÇÃO

A primeira prioridade é melhorar a experiência dos clientes que compram nos nossos canais digitais. Temos na junção do físico com o digital a nossa fortaleza e chegou a hora de investir em logística e tecnologia para servir melhor estes clientes. Este será o principal driver de crescimento da Centauro. Importante dizer que a separação dos canais é cada vez mais desnecessária - a jornada dos nossos clientes flui entre o físico e o digital. Mas é primordial avançar na direção de ter a melhor experiência de compra no esporte de toda a internet brasileira.

Além disso, continuaremos aumentando nossa capacidade de distribuição para atingir uma parcela cada vez maior dos consumidores. Já temos mais de 200 pontos mapeados para abrir novas lojas G5 e ainda 150 lojas do modelo antigo que pretendemos reformar para o novo modelo. Além de expandir nossa receita, isso melhora a rentabilidade através da diluição de nossos custos fixos. As lojas são para nós, além de centros de resultados, pontos críticos para acelerar nossa operação digital. São hubs de contato com a marca, de fulfillment e de aquisição de clientes. Esperamos avançar não somente no número de lojas, mas também nestes três pilares do papel das lojas.

O resultado da Centauro em 2020 foi muito afetado pela pandemia. No entanto, o 4T20 mostrou uma recuperação em relação aos trimestres anteriores. A margem bruta, um dos indicadores financeiros mais impactados no ano, foi 3,1 pontos percentuais abaixo do 4T19 contra 5,9 pontos percentuais de queda no 3T20. O desejo de consumir esporte continua forte e no trimestre tivemos crescimento total de 10,9% na receita bruta, sendo 67,4% no digital. Nossa plataforma digital continua sendo uma importante alavanca de crescimento e neste ano alcançamos R\$1 bilhão em vendas (GMV), um crescimento de 79% em relação a 2019. As vendas online representaram 35,6% das nossas vendas totais em 2020 e, deste volume, 48% foram vendas em nosso aplicativo.

Evidentemente, as lojas fechadas impactam nossos resultados. Quando estão abertas, no entanto, são reflexo da resiliência do nosso negócio. Em um dos piores momentos da história, com eventos esportivos adiados e restrição à prática de esportes, os nossos clientes continuaram visitando as nossas lojas. O mês de Outubro de 2020 é emblemático: foi o primeiro mês depois de 6 meses em que todas as unidades estavam abertas e tivemos um crescimento de vendas de 20%.

Esperamos um 1º semestre em 2021 ainda difícil, em função do recrudescimento da pandemia, mas continuamos acreditando em uma consolidação de mercado através de uma estratégia omnichannel, que se mostrou muito bem-sucedida.

FISIA

A Fisia teve em 2020 uma receita de R\$2,4 bilhões e historicamente opera por meio de 2 canais principais: Atacado, com share de aproximadamente 70% do negócio, e DTC (Direct-To-Consumer), com share de aproximadamente 30% do negócio (10% Nike.com.br e 20% outlets).

A principal prioridade para Fisia é fomentar o crescimento do seu canal digital. Além de aproximar a marca do cliente final, esse canal tem uma rentabilidade duas vezes maior que outros. Acreditamos que a força da marca Nike possibilitará à Fisia o crescimento acelerado de sua plataforma digital.

As principais ações para entregar esse crescimento são, entre outras,

- Criar uma plataforma omnichannel, estratégia com resultados já comprovados na Centauro;
- Ofertar produtos em marketplaces de outros players online do mercado especializados em esporte, como a própria Centauro;
- Aumentar a quantidade de SKUs ofertados;
- Investir em marketing de performance de modo assertivo.

MENSAGEM DA ADMINISTRAÇÃO

Outra alavanca de geração de valor para a Fisia, é a redução dos custos da operação. Já temos trabalhado em diversas ações nesse sentido, como reduzir os custos de operações de lojas, integrar sistemas e analisar ganhos potenciais de integração da malha logística.

O período entre a assinatura (Fevereiro/2020) e o fechamento da operação (Dezembro/2020) possibilitou não somente que a transição ocorresse sem falhas, como também que a operação de Fisia fosse rentável desde o primeiro mês.

NWB

A NWB é uma das empresas pioneiras na produção diária de conteúdos focados em esporte com seus 6 canais proprietários e sua vasta rede de afiliados, tendo em seu portfólio um dos maiores canais de esporte do mundo, o Desimpedidos.

É uma forte geradora de conteúdo para o público do esporte, atraindo organicamente uma alta demanda que cresce constantemente e pode ser monetizada de diferentes maneiras como o social marketing direcionado ao público do esporte, a criação e produção de peças publicitárias e campanhas de marketing esportivo para marcas, e o agenciamento de seus canais afiliados, influencers e creators do esporte.

A NWB tem um histórico de crescimento acelerado e pretendemos continuar essa trajetória através de novos canais, estratégias para aumentar o número de afiliados, social commerce e cada vez mais projetos de criação de conteúdo original.

Ficamos muito animados com a expansão das possibilidades que a entrada da NWB no grupo proporciona.

INTEGRAÇÃO DO ECOSISTEMA E O QUE ESTÁ POR VIR

O sonho é construir o maior e melhor ecossistema de esporte do mundo, começando pelo Brasil. Queremos poder participar de maneira relevante da jornada de esporte (lato sensu) dos brasileiros e monetizar a relação com esta audiência de diversas maneiras.

O ponto de partida é calcado nestes três pilares: distribuição (Centauro), oferta de produtos e marcas (Fisia) e conteúdo/engajamento (NWB). Partimos de bilhões de receita, bilhões de views, dezenas de milhões de clientes registrados e muitas dezenas de milhões de visitantes nas nossas plataformas digitais, além de uma rede física de mais de 200 mil m² distribuídos em mais de 100 cidades e 26 estados do Brasil e outros milhares de varejistas esportivos servidos por nosso modelo de atacado.

Na primeira fase de construção a principal ferramenta de monetização deste ecossistema será através de venda de produtos. Esperamos que as unidades de negócio gerem valor umas para as outras produzindo um maior customer lifetime value. Vamos focar inicialmente em dois pontos (i) redução do custo de aquisição de clientes usando a produção de conteúdo da NWB para gerar leads para as nossas unidades de negócios principalmente através de um projeto de social commerce e (ii) aumento da recorrência e gasto médio no ecossistema através da iniciativa de membership.

MENSAGEM DA ADMINISTRAÇÃO

Além disso, seguiremos os caminhos de crescimento e rentabilidade de cada Unidade de Negócio. A Centauro não tem nenhum motivo para não seguir com a produção de resultado que entregou no período pré-pandemia - taxas de crescimento orgânico e rentabilidade - e Fisia deverá contribuir cada vez mais para a rentabilidade do grupo, especialmente com o crescimento da penetração do canal de acesso direto ao consumidor.

Estamos trabalhando também na geração de sinergias entre nossos negócios. Um dos pilares estratégicos mais importantes para Fisia e Centauro é crescer seus canais digitais. Utilizando uma plataforma única para os dois negócios, poderemos mantê-los independentes na visão do cliente, mas com uma estrutura única de tecnologia e logística, o que representa um enorme potencial para acelerarmos o crescimento e melhorarmos a rentabilidade do grupo, principalmente considerando que poderemos usar as lojas da Centauro como o hub físico da estratégia omnichannel da Fisia.

Outra oportunidade é utilizar a capilaridade do canal de atacado da Fisia, que acessa milhares de portas em todo país. Pretendemos usar as relações comerciais e rotas logísticas estabelecidas para fomentar uma relação maior com estes pontos de venda, seja ampliando a oferta de produtos ou criando uma gama de serviços que possam integrar estes varejistas parceiros ao nosso ecossistema.

Todas essas ações já estão sendo trabalhadas no Grupo SBF. Além delas, temos dezenas de experiências em execução e hipóteses de negócio sendo validadas para continuar explorando as vantagens de ampliarmos e aprofundarmos o contato com o cliente em sua jornada do esporte. Muitas vão dar errado e gerar aprendizados, outras vão dar certo.

Estamos comprometidos com a construção de um futuro melhor no esporte brasileiro e em gerar valor para nossos acionistas por meio dessa estratégia. Vamos impulsionar o esporte no Brasil e isso faz com que os nossos colaboradores acordem todos os dias sabendo que trabalham em função de um propósito maior.

Nos orgulhamos muito em ver a qualidade dos talentos que temos conseguido atrair e reter para ajudar a construir nossa visão. Ficamos honrados com o engajamento dos parceiros estratégicos que compartilham da mesma visão e com quem esperamos colaborar na construção deste futuro. Somos gratos aos nossos clientes e sabemos que temos muito a melhorar para continuar merecendo o nosso espaço na relação que construímos ao longo desses 40 anos.

Nosso sonho é grande. Sempre foi, desde a fundação da nossa empresa. Estamos confiantes com a nossa visão de futuro e temos cada vez mais clareza de como alcançá-la. Com o que fizemos nos últimos meses, encerramos um ciclo em que operávamos apenas como Centauro, e entramos em um novo ciclo construindo algo maior: o ecossistema chamado Grupo SBF. Por isso, a partir de amanhã, deixamos de ser negociados na B3 como CNTO3 e passamos a ser negociados sob o código SBFG3.

Sabemos que criar esse ecossistema é um desafio grande. Isso nos mantém com os pés no chão. Sabemos que o sucesso vem sempre através de um time, assim como nos esportes. E que somente com muito esforço na preparação é que as realizações são possíveis. Com toda humildade, estamos mirando muito alto.

Agradecemos o apoio de nossos investidores e de nosso time nessa longa jornada. Esperamos que continuem nos acompanhando no que vem pela frente!

Obrigado,

A DIRETORIA

RECEITA BRUTA E INDICADORES OPERACIONAIS



Para o ano de 2020, os Resultados do Grupo SBF e de FISIA incluem apenas o mês de dezembro de FISIA. Para o ano de 2019, os Resultados do Grupo SBF incluem APENAS Centauro.

CENTAURO Em R\$ mil	4T20	4T19	Δ(%)	2020	2019	Δ(%)
Receita Bruta ¹	1.182.306	1.065.689	10,9%	2.858.842	3.193.065	-10,5%
Lojas Físicas	876.845	883.486	-0,8%	1.908.750	2.632.027	-27,5%
Plataforma Digital	305.461	182.486	67,4%	950.092	561.038	69,3%
SSS total (lojas abertas + digital) ²	12,3%	12,5%	-0,2p.p	11,7%	8,9%	+2,8p.p.
SSS loja (lojas abertas)	-1,3%	8,9%	-9,9p.p	-8,8%	5,3%	-14,1p.p.
GMV Digital (1P + 3P) ³	71,6%	31,5%	+40,1 p.p.	78,9%	27,4%	+51,1 p.p.
GMV - share da venda total	27,6%	18,1%	+9,5 p.p.	35,6%	18,3%	+17,3 p.p.
SSS total (lojas fechadas + digital) ⁴	9,8%	12,5%	-2,7 p.p	-8,1%	8,9%	-17,0 p.p.
SSS loja (lojas fechadas)	-4,0%	8,9%	-12,9 p.p.	-28,7%	5,3%	-34,0 p.p.
Vendas Omnichannel	154.746	113.398	36,5%	434.846	340.378	27,8%
Omnichannel - share da venda 1P	13,2%	10,9%	21,1%	15,5%	10,9%	42,2%
Número de Lojas – Centauro	211	210	0,5%	211	210	0,5%
Lojas Centauro G5	61	43	41,9%	61	43	41,9%
Lojas Centauro Tradicionais	150	167	-10,2%	150	167	-10,2%
Área de Vendas - Centauro (m²)	214.923	210.892	1,9%	214.923	210.892	1,9%
Área Total G5 (m²)	78.053	50.616	54,2%	78.053	50.616	54,2%

FISIA Em R\$ mil	dez.20
Receita Bruta	240.330
Atacado	116.761
Plataforma Digital	45.919
Outlet	77.651

GRUPO SBF Em R\$ mil	4T20	4T19	Δ(%)	2020	2019	Δ(%)
Receita Bruta Total	1.398.503	1.065.689	31,2%	3.075.039	3.193.065	-6,8%
Receita Bruta Centauro	1.182.306	1.065.689	10,9%	2.858.842	3.193.065	-10,5%
Receita Bruta Fisia	240.330			240.330		
(-) Eliminação intercompany	24.133			24.133		
Margem Bruta	37,4%					



1. Receita bruta excluindo devolução de mercadorias
2. SSS ou Same Store Sales significa a variação da nossa receita considerando apenas lojas que estavam abertas nos meses dos dois períodos analisados.
3. GMV ou Gross Merchandise Value: receita de venda de mercadorias do canal digital, incluindo marketplace
4. Para o cálculo de SSS incluindo lojas fechadas no cenário de pandemia, foi considerada venda igual a zero nos dias em que as lojas não estavam abertas.



PRINCIPAIS INDICADORES FINANCEIROS



Para o ano de 2020, os Resultados do Grupo SBF e de FISIA incluem apenas o mês de dezembro de FISIA. Para o ano de 2019, os Resultados do Grupo SBF incluem APENAS Centauro. Os resultados **ajustados** apresentados nesse relatório desconsideram os efeitos não recorrentes e quando sinalizado com (ex-IFRS) desconsideram também os impactos do IFRS-16 para melhor representar a realidade econômica do negócio e viabilizar comparação com o resultado histórico da Companhia.

Em R\$ milhões	GRUPO SBF						CENTAURO						FISIA
	4T20	4T19	Δ(%)	2020	2019	Δ(%)	4T20	4T19	Δ(%)	2020	2019	Δ(%)	dez.20
Receita Bruta	1.399	1.066	31,2%	3.075	3.193	-3,7%	1.182	1.066	10,9%	2.859	3.193	-10,5%	240
Receita Líquida	1.093	852	28,3%	2.407	2.545	-5,4%	924	852	8,5%	2.238	2.545	-12,1%	188
Lucro Bruto	472	410	15,1%	1.050	1.259	-16,6%	413	410	0,6%	990	1.259	-21,3%	65
Margem Bruta	42,9%	48,2%	-5,3 pp	43,5%	49,4%	-5,8 pp	44,7%	48,2%	-3,5 pp	44,3%	49,4%	-5,2 pp	34,5%
EBITDA	126	299	-57,8%	156	673	-76,8%	101	299	-66,2%	131	673	-80,5%	29
Margem EBITDA	11,5%	35,1%	-23,6 pp	6,5%	26,4%	-20,0 pp	10,9%	35,1%	-24,2 pp	5,9%	26,4%	-20,5 pp	15,2%
Lucro Líquido	15	164	-91,1%	-113	310	n.a							
Margem Líquida	1,3%	19,2%	-17,9 pp	-4,7%	12,2%	-16,9 pp							
Receita Líquida ajustada	1.100	852	29,1%	2.414	2.545	-5,1%	931	852	9,3%	2.246	2.545	-11,8%	188
Lucro Bruto ajustado	479	410	16,8%	1.058	1.259	-16,0%	420	410	2,3%	998	1.259	-20,7%	65
Margem Bruta ajustada	43,6%	48,2%	-4,6 p.	43,8%	49,4%	-5,6 p.p.	45,1%	48,2%	-3,1 pp	44,3%	49,4%	-5, pp	34,5%
EBITDA ajustado	171	166	2,8%	225	461	-51,5%	146	166	-12,3%	200	461	-56,6%	29
Margem EBITDA ajustada	15,5%	19,5%	-4,0 pp	9,3%	18,1%	-8,8 pp	15,8%	19,5%	-3,7 pp	8,9%	18,10%	-9,2pp	15,2%
Lucro Líquido ajustado	62	56	10,1%	-55	121	n.a							
Margem Líquida ajustada	5,6%	6,6%	-0,9 p.	-2,3%	4,8%	-7,1 pp							
EBITDA Ajustado (ex-IFRS)	118	121	-2,3%	40	311	-87,2%	94	121	-22,3%	16	311	-95,0%	28
Margem EBITDA Ajustada (ex-IFRS)	10,7%	14,2%	-3,5 p.p.	1,7%	12,2%	-10,6 pp	10,2%	14,2%	-4,0 pp	0,7%	12,2%	-11,5 pp	14,7%
Lucro Líquido Ajustado (ex-IFRS)	65	64	1,5%	-29	151	n.a							
Margem Líquida Ajustada (ex-IFRS)	5,9%	7,5%	-1,6 pp	-1,2%	5,9%	-7,1 pp							



AJUSTES NÃO RECORRENTES E IFRS 16



Os resultados **ajustados** apresentados nesse relatório desconsideram os efeitos não recorrentes e os impactos do IFRS-16 para melhor representar a realidade econômica do negócio e viabilizar comparação com o resultado histórico da Companhia.

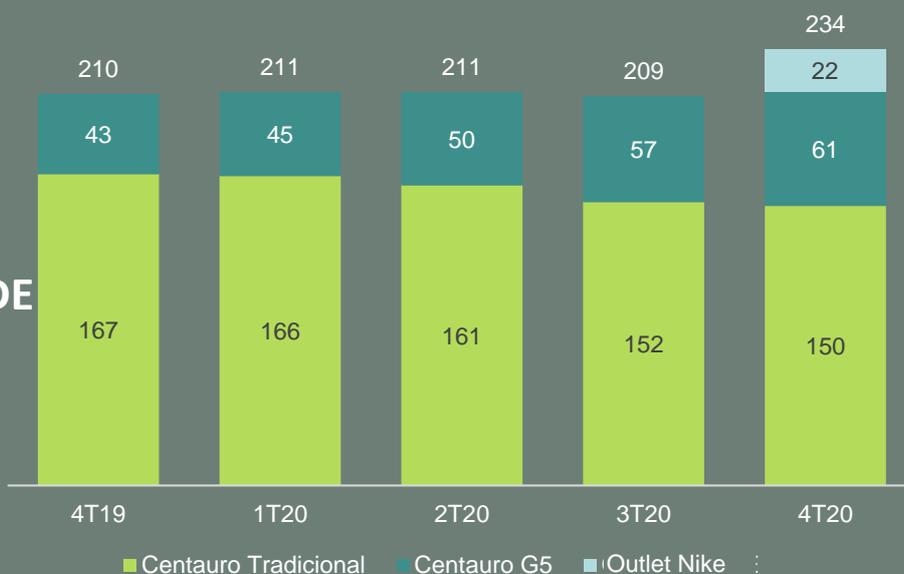
Em R\$ mil	GRUPO SBF		CENTAURO		FISIA
	4T20	2020	4T20	2020	4T20
EBITDA	126.058	156.168	100.920	131.030	28.556
Despesas tributárias extemporâneas (impacto em deduções)	7.142	7.682	7.142	7.682	0
Créditos extemporâneos PIS/Cofins	-5.465	-14.006	-5.465	-14.006	0
Despesas Covid-19	2.082	5.732	2.082	5.732	0
Despesas de Transações M&A	8.938	18.964	8.938	18.964	0
Outros contenciosos	11.802	11.802	11.802	11.802	0
Plano de Opção / Não-caixa	4.720	23.371	4.720	23.371	0
Provisão IPI	43.730	43.730	43.730	43.730	0
Reversão de Provisão INSS	-28.151	-28.151	-28.151	-28.151	0
Impacto dos efeitos não recorrentes no EBITDA	44.799	69.125	44.799	69.125	0
EBITDA Ajustado	170.857	225.293	145.719	200.155	28.556
EBITDA ajustado (ex-IFRS)	118.156	39.868	93.949	15.662	27.625
Resultado Financeiro Contábil	-56.401	-129.177			
Outros contenciosos	3.924	3.924			
Provisão IPI	18.081	18.081			
Reversão de Provisão INSS	-21.302	-21.302			
Juros extemporâneos sobre impostos	9.207	-12.076			
Custos financeiros com Transações de M&A	4.614	17.901			
Impacto dos efeitos não recorrentes no Resultado Financeiro	14.524	6.529			
Resultado Financeiro Ajustado	-41.877	-122.648			
Resultado Financeiro (ex-IFRS)	-18.026	-25.450			
Lucro Líquido Contábil	14.593	-112.805			
IR / CS	-12.188	-17.741			
Impacto dos efeitos não recorrentes no Lucro Líquido	47.134	57.913			
Lucro Líquido ajustado	61.727	-54.892			
Lucro Líquido ajustado (ex-IFRS)	64.599	-29.446			



DESEMPENHO FINANCEIRO E OPERACIONAL

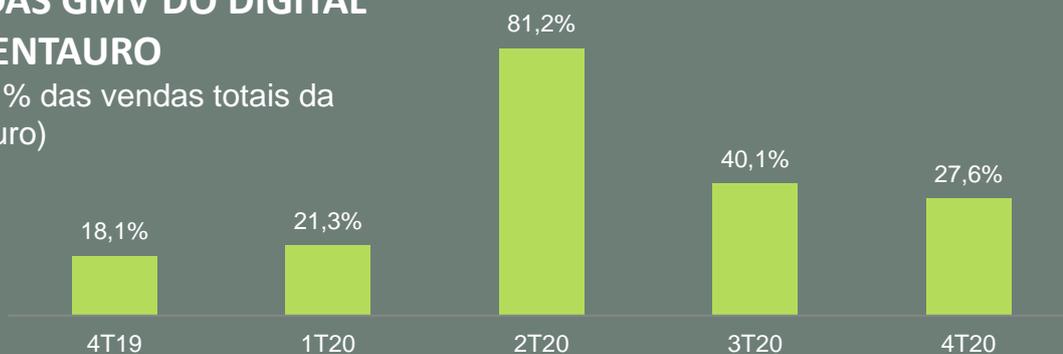


MODELOS DE LOJA

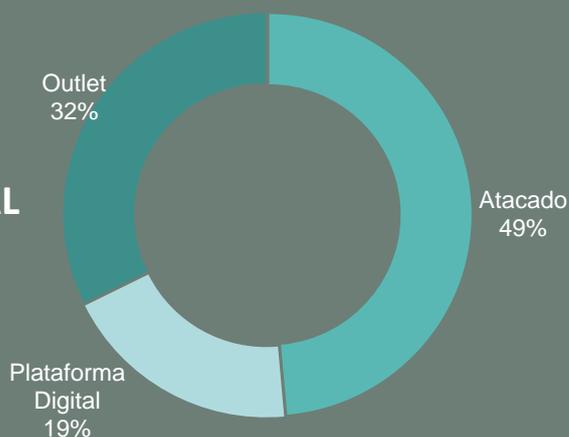


VENDAS GMV DO DIGITAL DA CENTAURO

(como % das vendas totais da Centauro)



ROB FISIA POR CANAL - DEZ.20



DESEMPENHO FINANCEIRO



- Os resultados **ajustados** apresentados nesse relatório desconsideram os efeitos não recorrentes e os impactos do IFRS-16 listados na página anterior.
- Os resultados de 2019 consideram apenas os valores já divulgados para CENTAURO, quando sinalizado ajustados também por IFRS e efeitos não recorrentes.
- Os resultados de FISIA contemplam o período de 01 a 31 de dezembro de 2020.
- Os quadros de Receita Líquida, Lucro Bruto, DESPESAS Operacionais e EBITDA estão apresentados por unidade de negócio.
- Os quadros de Resultado financeiro, Lucro Líquido, Capital de Giro, Fluxo de Caixa, Nível de Endividamento e Investimentos (CAPEX) estão apresentados na visão consolidada do Grupo SBF.

RECEITA LÍQUIDA

Em R\$ mil	4T20 ajustado	4T19 ajustado	Δ(%)	2020 ajustado	2019 ajustado	Δ(%)
CENTAURO	931.146	851.709	9,3%	2.245.711	2.545.422	-11,8%
Lojas físicas	698.206	709.018	-1,5%	1.510.826	2.105.653	-28,2%
Plataforma Digital	232.940	142.691	63,2%	734.885	439.769	67,1%
FISIA	188.294			188.294		
Atacado	95.763			95.763		
Plataforma Digital	34.825			34.825		
Outlet	57.706			57.706		
(-) Eliminação intercompany	19.459			19.459		
GRUPO SBF	1.099.980	851.709	29,1%	2.414.545	2.545.422	-5,1%

CENTAURO

PLATAFORMA DIGITAL

A Plataforma Digital cresceu 63,2% em comparação com o 4T19, saindo de R\$142,7 milhões para R\$232,9 milhões. No ano de 2020 houve crescimento de 67,1%, totalizando R\$734,9 milhões, com destaque para a maior Black Friday já realizada, com um volume de pedidos 74% maior que no evento de 2019 e aumento de 23% na receita. Com lojas reabertas a maior parte do trimestre, as vendas omnichannel atingiram R\$434 milhões em 2020, maior volume de venda omnichannel da história da Companhia.

FISIA

A receita apresentada de FISIA contempla apenas o mês de dezembro quando assumimos a companhia. A sazonalidade do mês de dezembro proporcionou um bom share do canal DTC (Plataforma Digital + Outlet) que representou quase 50% das vendas do mês.

LOJAS FÍSICAS

As Lojas Físicas apresentaram retração de 1,5% em relação ao 4T19 e 28,2% em relação ao ano acumulado. Com o arrefecimento da pandemia no início do trimestre, nosso SSS foi positivo em +1,4% em Outubro e Novembro, quando, apesar de restrições de horário de funcionamento e experimentação limitada, todas as lojas encontravam-se reabertas.



LUCRO BRUTO

Em R\$ mil	4T20 ajustado	4T19 ajustado	$\Delta(\%)$	2020 ajustado	2019 ajustado	$\Delta(\%)$
CENTAURO	419.798	410.354	2,3%	998.155	1.258.612	-20,7%
<i>Margem Bruta (%)</i>	45,1%	48,2%	-3,1 p.p.	44,3%	49,4%	-5,0 p.p.
FISIA	64.984			64.984		
<i>Margem Bruta (%)</i>	34,5%			34,5%		
(-) Eliminação intercompany	5.360			5.360		
GRUPO SBF	479.422	410.354	16,8%	1.057.779	1.258.612	-16,0%
<i>Margem Bruta (%)</i>	43,6%	48,2%	-4,6 p.p.	43,8%	49,4%	-5,6 p.p.

CENTAURO

A queda de 3,1 p.p. de margem bruta no trimestre ainda é devida ao ambiente promocional causado pela pandemia. A dinâmica de preços vem se normalizando aos poucos, mas o impacto, principalmente no canal digital ainda é relevante para nossos resultados. Outros fatores relevantes são o mix de canais, com maior representatividade da plataforma digital nas vendas e o mix de produtos, com a categoria de futebol ainda com share abaixo do histórico. A margem bruta do 4T20 apresentou recuperação de +1,5p.p. em comparação à margem do 3T20 e a cada mês nossas margens retornam para níveis mais próximos da média histórica da Companhia.

FISIA

O estoque da Fisia após a aquisição das operações se compõe majoritariamente por mercadorias adquiridas ainda na condição de subsidiária da Nike Global. Ao assumirmos as operações, as novas mercadorias passaram a ser adquiridas com base em um acordo comercial de distribuição, com preços maiores do que a operação de subsidiária. Sendo assim, esperamos um decréscimo da margem bruta da operação conforme o estoque for se renovando.

DESPESAS OPERACIONAIS (ex-IFRS)

Em R\$ mil	4T20 ajustado	4T19 ajustado	Δ(%)	2020 ajustado	2019 ajustado	Δ(%)
CENTAURO						
Despesas Operacionais (ex-IFRS)	-325.849	-289.367	12,6%	-982.494	-947.781	3,7%
VG&A	-325.445	-302.376	7,6%	-975.020	-976.655	-0,2%
Outras desp./rec.	-403	13.009	n.a.	-7.473	28.874	n.a.
VG&A em % da receita líquida	-35,0%	-35,5%	+0,5 p.p.	-43,4%	-38,4%	-5,0 p.p.
Despesas operacionais em % da receita líquida	-35,0%	-34,0%	-1,0 p.p.	-43,7%	-37,2%	-6,5 p.p.
FISIA						
Despesas Operacionais (ex-IFRS)	-37.359			-37.359		
VG&A	-37.359			-37.359		
Outras desp./rec.	0			0		
VG&A em % da receita líquida	-19,9%					
Despesas operacionais em % da receita líquida	-19,9%					
GRUPO SBF						
Despesas Operacionais (ex-IFRS)	-361.266	-289.367	24,8%	-1.017.911	-947.781	7,4%
VG&A	-360.863	-302.376	19,3%	-1.010.437	-976.655	3,5%
Outras desp./rec.	-403	13.009	n.a.	-7.473	28.874	n.a.
VG&A em % da receita líquida	-32,8%	-35,5%	+2,7 p.p.	-41,9%	-38,4%	-3,5 p.p.
Despesas operacionais em % da receita líquida	-32,8%	-34,0%	+1,1 p.p.	-42,2%	-37,2%	-4,9 p.p.

O Grupo SBF apresentou -R\$361,3 milhões de Despesas Operacionais no 4T20, aumento de 24,8% comparado ao 4T19. No acumulado, houve um aumento de 7,4%.

CENTAURO

DESPESAS VG&A

As despesas VG&A no 4T20 foram R\$ 325,8 milhões, um aumento de 12,6% no trimestre e R\$982,5 milhões no ano, um aumento de 3,7% no acumulado. O aumento no trimestre foi causado principalmente pelo aumento das despesas variáveis, principalmente atreladas à operação do canal digital. As despesas cresceram menos do que as receitas, a alavancagem operacional foi causada pelas ações de redução de custo realizadas no 2T20, no início da pandemia.

OUTRAS RECEITAS OPERACIONAIS LÍQUIDAS

A redução no 4T20 é explicada principalmente pela desaceleração temporária de inaugurações de lojas G5 resultando em menor contribuição de nossos parceiros para o CAPEX.

EBITDA (ex-IFRS)

Em R\$ mil	4T20 ajustado	4T19 ajustado	Δ(%)	2020 ajustado	2019 ajustado	Δ(%)
CENTAURO						
EBITDA (ex-IFRS)	93.949	120.987	-22,3%	15.662	310.831	-95,0%
Margem EBITDA	10,2%	14,2%	-4,1 p.p.	0,7%	12,2%	-11,5 p.p.
FISIA						
EBITDA (ex-IFRS)	27.625			27.625		
Margem EBITDA	14,7%			14,7%		
GRUPO SBF						
Lucro Líquido (ex-IFRS)	64.599	63.654	1,5%	-29.446	150.841	n.a.
(+) Imposto de renda e CSS	-7.741	-32.086	-75,9%	58.251	-16.458	n.a.
(+) Resultado financeiro líquido	-18.027	-1.338	n.a.	-25.451	-52.415	-51,4%
(+) Depreciação e amortização	-27.789	-23.909	16,2%	-102.114	-91.117	12,1%
(=) EBITDA (ex-IFRS)	118.156	120.987	-2,3%	39.868	310.831	-87,2%
Margem EBITDA	10,7%	14,2%	-3,5 p.p.	1,7%	12,2%	-10,6 p.p.

GRUPO

Nosso EBITDA (Ex-IFRS 16) atingiu R\$118,2 milhões no 4T20 com margem de 10,7%, uma contração em relação aos R\$121,0 milhões registrados no 4T19 com margem de 14,2%. No acumulado de 2020, o EBITDA ajustado foi R\$39,9 milhões, com margem de 1,7%.

CENTAURO

Nosso EBITDA (Ex-IFRS 16) atingiu R\$93,9 milhões no 4T20 com margem de 10,1%, uma contração em relação aos R\$121,0 milhões registrados no 4T19 com margem de 14,2%. No acumulado de 2020, o EBITDA ajustado foi R\$15,7 milhões, com margem de 0,7%.

FISIA

Nosso EBITDA (Ex-IFRS 16) atingiu R\$27,6 milhões no mês de dezembro com margem de 14,7%.

RESULTADO FINANCEIRO (ex-IFRS)



Em R\$ mil	4T20 ajustado	4T19 ajustado	$\Delta(\%)$	2020 ajustado	2019 ajustado	$\Delta(\%)$
Receitas Financeiras (ex-IFRS)	40.243	10.344	n.a	106.794	39.637	169,4%
Despesas Financeiras (ex-IFRS)	-58.270	-11.682	n.a	-132.246	-92.052	43,7%
Receitas (Despesas) financeiras líquidas (ex-IFRS)	-18.027	-1.338	n.a	-25.451	-52.415	-51,4%

A Companhia apresentou Resultado Financeiro (Ex-IFRS 16) de -R\$18,0 milhões no 4T20. Houve um aumento de despesas financeiras no trimestre devido ao maior endividamento da companhia, justificado pelos esforços de reforço de caixa realizados no início da pandemia e pelas dívidas tomadas para a aquisição da Fisia.

LUCRO LÍQUIDO (ex-IFRS)

Em R\$ mil	4T20 ajustado	4T19 ajustado	$\Delta(\%)$	2020 ajustado	2019 ajustado	$\Delta(\%)$
Lucro (Prejuízo) Líquido	64.599	63.654	1,5%	-29.446	150.841	n.a.
Margem Líquida	5,9%	7,5%	-1,6 p.p.	-1,2%	5,9%	-7,1 p.p.

Apresentamos um Lucro Líquido (Ex-IFRS 16) de R\$ 64,6 milhões no 4T20, um aumento de 1,5% quando comparado ao 4T19, quando apresentamos um lucro líquido de R\$ 63,7 milhões. No acumulado de 2020, apresentamos um prejuízo de R\$ 29,4 milhões.

CAPITAL DE GIRO LÍQUIDO

Em R\$ mil	31/12/2020	31/12/2019	Δ(%)	31/12/2020 (Ex-IFRS)	31/12/2019 (Ex-IFRS)	Δ(%)
Contas a receber	977.152	597.354	63,6%	977.152	597.354	63,6%
Tributos e IR a compensar	752.801	417.278	80,4%	752.801	437.826	71,9%
Estoques	890.780	428.544	107,9%	890.780	428.544	107,9%
Outras contas a receber	146.673	22.997	537,8%	146.673	22.997	537,8%
	2.767.405	1.466.173	88,8%	2.767.405	1.486.721	86,1%
Outras contas a pagar	594.677	33.043	n.a	594.677	37.111	n.a
Fornecedores de revenda	654.813	661.010	-0,9%	656.973	661.010	-0,6%
Obrigações tributárias	223.770	66.228	237,9%	223.770	86.776	157,9%
Arrendamento a pagar	119.928	94.573	26,8%	0	0	n.a.
Obrigações Trabalhistas	93.688	151.318	-38,1%	93.688	151.318	-38,1%
	1.686.876	1.006.172	67,7%	1.569.108	936.215	67,6%
Capital de Giro Líquido	1.080.529	460.001	134,9%	1.198.297	550.506	117,7%

O conceito do Capital de Giro Líquido utilizado se baseia em apurar a diferença entre Passivo Circulante e Ativo Circulante, excluindo Caixa, Dívida e Parcelamento de Tributos e incluindo Antecipação de Recebíveis.

Excluindo os efeitos do IFRS 16, o Grupo SBF apresentou aumento de 117,7% em seu Capital de Giro Líquido, na comparação com 2019, aumentando de R\$550,5 milhões para R\$1.198,3 milhões. A variação é explicada principalmente pela incorporação do balanço da Fisia no balanço do Grupo, que impactou principalmente o Contas a Receber, Estoque e Tributos a Compensar.

Especificamente em relação aos créditos tributários da Fisia, apesar de se encontrarem no balanço do Grupo, ainda são em sua maioria pertencentes à Nike Global. O aumento em Outras contas a pagar decorre da obrigação do Grupo em repassar esses créditos conforme forem sendo utilizados.

FLUXO DE CAIXA GERENCIAL

Em R\$ mil	4T20	4T19	Δ(%)	2020	2019	Δ(%)
EBITDA c/ IFRS	126.057	298.939	-58%	156.167	672.980	-77%
Depreciação e Juros IFRS 16	-57.104	-69.853	-18%	-224.031	-197.096	14%
Varição Capital de Giro ¹	178.514	-206.469	n.a.	464.789	-326.744	n.a.
Outros	-65.889	134.220	n.a.	-170.266	-581	n.a.
Fluxo de Caixa de Atividades Operacionais	181.578	156.837	15,8%	226.659	148.559	52,6%
Aquisição Nike	-1.019.000			-1.019.000	-	
Fluxo de Caixa de Atividades de Investimento	-1.093.375	-79.654	n.a.	-1.194.900	-159.426	n.a.
Captações Líquidas ²	-	-		859.977	652.474	0
Financiamento Bancário	-12.768	-1.243	n.a.	546.555	-350.748	n.a.
Antecipação de recebíveis	-27.618	-2.397	n.a.	-6.664	-415.006	-98%
Parcelamento de impostos	-5.681	-13.667	-58%	-39.640	-13.363	n.a.
Fluxo de Caixa das Atividades de Financiamento	-46.067	-17.307	166%	1.360.228	-126.643	n.a.
Varição de caixa total	-940.864	59.875	n.a.	408.987	-137.510	n.a.

-  (1) Antecipações de recebíveis e parcelamentos de tributos são classificados como fluxo de caixa de financiamentos;
 (2) Captações Líquidas: valor de 2019 referente ao IPO; valor de 2020 referente ao Follow-on.

A geração de caixa operacional em 2020 foi resultado das iniciativas para geração de caixa tomadas durante a pandemia e da utilização de créditos fiscais. No trimestre, a recuperação do EBITDA Centauro e a geração de caixa operacional da Fisia foram os principais fatores que contribuíram para o Fluxo de Caixa de Atividades Operacionais de R\$ 181,6 milhões.

O Fluxo de Caixa de Investimentos foi impactado principalmente pela aquisição da Fisia.

No ano, o Fluxo de Caixa de Financiamentos foi positivo pelo follow-on realizado no 2T20 e pelas dívidas tomadas para reforçar o caixa e financiar a aquisição da Fisia.

ENDIVIDAMENTO

Em R\$ mil	2020 ajustado	2019 ajustado	Δ(%)
(+) Empréstimos e Financiamentos	598.887	34.590	n.a
(-) Caixa e Equivalentes	514.295	105.308	388,4%
(=) Dívida Líquida	84.592	-70.718	n.a
(+) Antecipação de Recebíveis	4.241	10.905	-61,1%
(+) Parcelamento de Impostos	156.551	196.191	-20,2%
(=) Dívida Líquida Ajustada	245.384	136.378	79,9%
Dívida Líquida Aj./EBITDA (Últ. 12 meses)	+1,1x	+0,3x	+0,8x
Dívida Líquida Aj./EBITDA ex-IFRS (Últ. 12 meses)	+5,7x	+0,4x	+5,3x

Os saldos do 4º trimestre de 2020, quando comparados ao mesmo período de 2019, refletem as novas dívidas tomadas durante o ano de 2020 para reforçar o caixa durante a pandemia e para financiar a operação com a Fisia.

INVESTIMENTOS - CAPEX

Em R\$ mil	4T20	4T19	Δ(%)	2020	2019	Δ(%)
Novas Lojas	12.124	48.443	-75,0%	24.388	69.885	-65,1%
Reformas	7.856	14.793	-46,9%	49.799	34.825	43,0%
Tecnologia e Inovação	24.757	11.622	113,0%	59.654	39.446	51,2%
Outros	12.637	4.797	163,4%	25.059	15.271	64,1%
Total Investimentos	57.374	79.655	-28,0%	158.900	159.426	-0,3%

O CAPEX do 4T20 teve uma redução de 28,0% quando comparado ao 4T19 refletindo um menor investimento em reformas e novas lojas, decisão tomada para preservar caixa diante do cenário incerto da pandemia. A redução foi parcialmente compensada por investimentos em tecnologia e contratações do time de tecnologia para suportar nossa estratégia de ecossistema de esporte. A linha “Outros” foi impactada pela reforma do escritório da nova sede do Grupo SBF.

No acumulado, o total investido em 2020 foi similar ao total investido em 2019, porém com um aumento nos investimentos em tecnologia em linha com nossa estratégia de ecossistema.

BALANÇO PATRIMONIAL COM E SEM IFRS

Em R\$ mil	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020 (ex-IFRS)	31/12/2019 (ex-IFRS)
Ativo	6.193.860	3.933.727	5.058.264	2.848.758
Circulante	3.289.039	1.560.576	3.289.039	1.581.124
Caixa e equivalente de caixa	514.295	105.308	514.295	105.308
Contas a receber	984.491	586.449	984.491	586.449
Tributos a compensar	712.763	362.388	712.763	362.388
Imposto de renda e contribuição social a compensar	40.037	54.890	40.037	75.438
Estoques	890.780	428.544	890.780	428.544
Outras contas a receber	146.673	22.997	146.673	22.997
Não Circulante	2.904.821	2.373.151	1.769.226	1.267.634
Aplicações financeiras	324	536	324	536
Tributos a compensar	347.871	336.229	347.871	336.229
Ativo fiscal diferido	453.950	222.646	423.788	205.644
Depósitos judiciais	125.751	105.288	125.752	105.288
Outros valores a receber	626	625	626	625
Imobilizado	516.495	452.439	554.853	490.427
Intangível	305.631	117.585	316.012	128.885
Direito de uso	1.154.172	1.137.803	0	0

Em R\$ mil	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020 (ex-IFRS)	31/12/2019 (ex-IFRS)
Passivo	6.193.860	3.933.727	5.058.264	2.848.758
Circulante	1.852.278	1.093.629	1.734.511	1.023.672
Fornecedores	654.813	661.010	656.973	661.010
Empréstimos e financiamentos	93.275	27.037	93.275	27.037
Obrigações tributárias	223.770	66.228	223.770	86.776
Impostos parcelados	54.775	60.420	54.775	60.420
Obrigações trabalhistas e previdenciárias	93.688	151.318	93.688	151.318
Arrendamentos a pagar	119.928	94.573	0	0
Outras contas a pagar	594.677	33.043	594.677	37.111
Outras Obrigações	17.353	0	17.353	0
Não Circulante	2.390.896	1.671.434	1.318.047	626.987
Fornecedores	0	0	8.792	0
Empréstimos e financiamentos	278.850	7.553	278.850	7.553
Debêntures	226.762	0	226.762	0
Impostos parcelados	101.776	135.771	101.776	135.771
Adiantamento para futuro aumento de capital	0	499	0	499
Provisões para contencioso	547.135	472.364	547.135	472.364
Arrendamentos a pagar	1.081.641	1.055.247	0	0
Outras contas a pagar	0	0	0	10.800
Outras Obrigações	154.732	0	154.732	0
Patrimônio Líquido	1.950.685	1.168.664	2.005.706	1.198.099
Capital social	1.815.485	955.277	1.815.485	955.277
Reservas de capital	194.460	171.444	194.815	171.444
Reservas de incentivo	15.508	43.079	15.509	73.018
Prejuízos acumulados	-74.768	-1.136	-20.103	-1.640

FLUXO DE CAIXA

Em R\$ mil	31/12/2020	31/12/2019
Lucro (Prejuízo) líquido do exercício	-112.805	309.727
Ajustado por:		
Depreciação e amortização	239.912	216.157
Juros	154.321	132.407
Pagamento baseado em ações	23.371	14.992
Custo residual na baixa de ativo imobilizado e intangível	12.186	9.828
Baixa residual arrendamentos	-2.900	0
Baixa de depósitos judiciais	0	22.426
Provisão para obsolescência do estoque	26.195	26.088
Ajuste a valor presente, líquido	3.836	2.105
Constituição líquida de provisão para contencioso	57.766	241.532
Reconhecimento de PIS e COFINS na base do ICMS	0	-577.801
Imposto de renda e contribuição social diferidos	-297.843	54.682
Descontos sobre arrendamentos	-47.096	0
	56.943	452.143
(Aumento) redução nos ativos		
Contas a receber	-407.148	-528.842
Estoques	-488.431	-119.733
Tributos a compensar, Diferido, IRPJ e CSLL a compensar	-280.625	-41.801
Outras contas a receber	-123.677	8.989
Depósitos judiciais	-20.463	-8.963
Aumento (redução) nos passivos		
Fornecedores	-12.758	139.100
Obrigações tributárias	352.295	59.896
Parcelamentos de tributos	-54.151	-19.774
Contingências pagas	-15.549	-23.629
Obrigações trabalhistas e previdenciárias	-57.630	10.591
Juros pagos sobre financiamentos	-9.946	-14.119
Juros pagos sobre Debêntures	-5.272	0
Outras contas a pagar	561.633	5.679
Outras obrigações	204.639	0
Imposto de renda e contribuição social pagos	-208.691	-42.905
Variação nos ativos e passivos:	-565.774	-575.511
Caixa líq. (utilizado nas) ativ. operacionais	-508.831	-123.368
Fluxo de caixa das atividades de investimentos		
Adições de ativo imobilizado	-147.233	-73.921
Adições no intangível	-228.312	-45.036
Aquisição de controladora líquido do caixa recebido	0	7
Ágio na Aquisição Fisica Comércio	-355	0
Diminuição (aumento) de aplicações financeiras	212	0
Caixa líquido (utilizado nas) atividades de investimento	-375.688	-118.950
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos		
Empréstimos e financiamentos tomados	360.282	19.032
Empréstimos e financiamentos pagos	-24.387	-355.661
Emissão de debentures	225.878	0
Arrendamentos Pagos	-127.999	-201.333
Adiantamento para futuro aumento de capital	0	499
Partes relacionadas	0	-10.203
Gastos com emissões de ações	-47.857	-55.414
Integralização de AFAC na controladora	-499	0
Aumento de capital	908.088	707.888
Caixa líq. (utilizado nas) ativ. de financiamento	1.293.506	104.808
Redução de caixa e equivalentes de caixa	408.987	-137.510
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	105.308	242.818
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	514.295	105.308

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS



Com efeito IFRS	Em R\$ mil	4T20 (com IFRS)	4T19 (com IFRS)	Δ (%)	2020 (com IFRS)	2019 (com IFRS)	Δ (%)
	Receitas líquidas		1.092.838	851.709	28,3%	2.406.863	2.545.422
Custo das vendas		-620.558	-441.355	40,6%	-1.356.766	-1.286.810	5,4%
Lucro bruto		472.280	410.354	15,1%	1.050.097	1.258.612	-16,6%
Despesas operacionais		-346.222	-111.415	210,7%	-893.929	-585.632	52,6%
Despesas de vendas		-240.620	-214.863	12,0%	-683.502	-690.182	-1,0%
Despesas administrativas e gerais		-105.768	-197.997	-46,6%	-194.085	-289.098	-32,9%
Outras (despesas) receitas operacionais líquidas		-166	301.445	-99,9%	-16.342	393.648	n.a.
Depreciação e amortização		-61.042	-42.239	44,5%	-228.947	-204.289	12,1%
Lucro (Prejuízo) operacional		65.016	256.700	-74,7%	-72.779	468.691	n.a.
Receitas financeiras		27.783	145.642	-80,9%	102.327	217.799	-53,0%
Despesas Financeiras		-84.184	-168.195	-49,9%	-231.505	-279.176	-17,1%
Receitas (Despesas) financeiras líquidas		-56.401	-22.553	150,1%	-129.178	-61.377	110,5%
Lucro antes dos impostos		8.615	234.147	-96,3%	-201.957	407.314	n.a.
Imposto de renda e contribuição social		5.978	-70.519	n.a.	89.152	-97.587	n.a.
Lucro líquido do exercício		14.593	163.628	-91,1%	-112.805	309.727	n.a.
Sem efeito IFRS	Em R\$ mil	4T20 (ex IFRS)	4T19 (ex IFRS)	Δ (%)	2020 (ex IFRS)	2019 (ex IFRS)	Δ (%)
	Receitas líquidas		1.092.838	851.709	28,3%	2.406.863	2.545.422
Custo das vendas		-620.558	-441.355	40,6%	-1.356.766	-1.286.810	5,4%
Lucro bruto		472.280	410.354	15,1%	1.050.097	1.258.612	-16,6%
Despesas operacionais		-398.922	-156.649	154,7%	-1.079.354	-736.291	46,6%
Despesas de vendas		-289.805	-261.324	10,9%	-851.621	-835.827	1,9%
Despesas administrativas e gerais		-109.460	-196.772	-44,4%	-210.894	-294.112	-28,3%
Outras (despesas) receitas operacionais líquidas		342	301.447	-99,9%	-16.839	393.648	n.a.
Depreciação e amortização		-27.789	-23.909	16,2%	-102.114	-91.117	12,1%
Lucro (Prejuízo) operacional		45.568	229.796	-80,2%	-131.371	431.204	n.a.
Receitas financeiras		6.480	145.642	-95,6%	81.026	217.799	-62,8%
Despesas Financeiras		-39.030	116.701	-66,6%	-113.006	-195.252	-42,1%
Receitas (Despesas) financeiras líquidas		-32.550	28.941	n.a.	-31.980	22.547	n.a.
Lucro antes dos impostos		13.018	258.737	-95,0%	-163.351	453.751	n.a.
Imposto de renda e contribuição social		4.447	87.521	n.a.	75.992	-114.589	n.a.
Lucro líquido do exercício		17.465	171.216	-89,8%	-87.359	339.162	n.a.



SOBRE O GRUPO SBF

O Grupo SBF é uma empresa de esporte que foi fundada em 1981 e até 2020 atuou no mercado brasileiro com a Centauro, maior varejista de artigos esportivos do Brasil e primeira varejista omnichannel do Brasil, com 100% das operações de lojas física e plataforma digital integradas desde de 2018. Em dezembro de 2020, uma nova unidade de negócio passou a integrar o Grupo SBF: a FISIA, representante exclusiva da Nike no Brasil, a maior marca esportiva do mundo. Em fevereiro de 2020, outra unidade de negócio entrou para compor o ecossistema de esporte do Brasil: a NWB, maior plataforma de mídia digital esportiva do Brasil. No Grupo SBF acreditamos que o esporte transforma vidas, e acordamos todos os dias para impulsionar o esporte no Brasil.

✉ ri.gruposbf.com.br | ri@gruposbf.com.br

👤 José Salazar

👤 Daniel Regensteiner

👤 Luna Romeu

👤 Nicole Caputo

Aviso Legal

As declarações contidas neste relatório relativas à perspectiva dos negócios da Companhia, às projeções e resultados e ao potencial de crescimento dela constituem-se em meras previsões e foram baseadas nas expectativas da administração em relação ao futuro da Companhia. Essas expectativas são altamente dependentes de mudanças no mercado e no desempenho econômico geral do País, do setor e do mercado internacional; estando, portanto, sujeitas a mudanças.



GRUPO **SBF**



KPMG Auditores Independentes

Rua Arquiteto Olavo Redig de Campos, 105, 6º andar - Torre A

04711-904 - São Paulo/SP - Brasil

Caixa Postal 79518 - CEP 04707-970 - São Paulo/SP - Brasil

Telefone +55 (11) 3940-1500

kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Aos

Administradores e Acionistas do Grupo SBF S.A.

São Paulo - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras, individuais e consolidadas do Grupo SBF S.A. ("Companhia"), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2020 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Opinião sobre as demonstrações financeiras individuais

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Grupo SBF S.A. em 31 de dezembro de 2020, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Grupo SBF S.A. em 31 de dezembro de 2020, o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB)*.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir,

intitulada “Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Reconhecimento e realização de ativos fiscais diferidos

Veja a Nota 13 das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Principais assuntos de auditoria	Como nossa auditoria endereçou esse assunto
<p>A Companhia apresenta em suas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ativos fiscais diferidos relativos a prejuízos fiscais, base negativa de contribuição social e diferenças temporárias, cuja recuperação depende da geração de lucros tributáveis futuros.</p> <p>Esta projeção é feita com base no plano de negócios da Companhia, e utiliza premissas como taxa de crescimento da receita, estimativa de crescimento das despesas e de margem de contribuição para fundamentar a expectativa de realização dos ativos fiscais diferidos.</p> <p>Devido ao maior risco de distorções relevantes, fruto do alto grau de incerteza na utilização de premissas para projeção dos lucros tributáveis futuros e do impacto que eventuais alterações nessas premissas poderia trazer para as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, consideramos esse assunto como significativo em nossa auditoria.</p>	<p>Com o auxílio de nossos especialistas em finanças corporativas, avaliamos as premissas do plano de negócio da Companhia utilizadas e comparamos com dados obtidos de fontes externas tais como índices de inflação, projeção de crescimento de mercado, estimativa do PIB, percentual de crescimento histórico das despesas e margem de contribuição, assim como analisamos os resultados históricos da Companhia utilizados como base de projeção.</p> <p>Adicionalmente, com o auxílio de nossos especialistas em impostos, avaliamos as premissas utilizadas pela Companhia e na nossa auditoria, a natureza das diferenças temporárias, a base do prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social utilizados para registro dos ativos fiscais diferidos.</p> <p>Analisamos as divulgações relacionadas ao reconhecimento dos ativos fiscais diferidos nas demonstrações financeiras.</p> <p>Baseados nos procedimentos de auditoria acima sumarizados e nas evidências de auditoria obtidas, consideramos aceitáveis o saldo dos ativos fiscais diferidos, bem como as divulgações correlatas, no contexto das demonstrações financeiras.</p>

Processos de natureza tributária

Veja a Nota 15 (c) das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Principais assuntos de auditoria	Como auditoria endereçou esse assunto
<p>A Companhia é parte em ações judiciais e processos administrativos relativos a tributos decorrentes do curso normal de seus negócios. A mensuração, a classificação da probabilidade de perda e o reconhecimento contábil da provisão, assim como a divulgação de passivos contingentes requerem julgamento da Companhia e de seus assessores jurídicos.</p> <p>Devido julgamento significativo relativo aos processos de natureza tributária, inclusive das estimativas contábeis na classificação da probabilidade de perda, que apresentam alto grau de incerteza na estimativa, consideramos esse assunto como significativo em nossa auditoria.</p>	<p>Avaliamos as práticas contábeis aplicadas pela Companhia para reconhecimento, mensuração e divulgação das provisões para contingências fiscais e divulgação dos passivos contingentes relacionadas à tributos, incluindo as divulgações nas demonstrações financeiras consolidadas.</p> <p>Obtivemos as confirmações junto aos consultores legais externos que representam a Companhia nos processos judiciais e administrativos relativos aos aspectos fiscais, e confrontamos com os valores contabilizados e divulgados nas demonstrações financeiras. Também obtivemos as movimentações no ano para as provisões de contingências fiscais e aplicamos testes documentais por amostragem.</p> <p>Para os processos tributários mais significativos, envolvemos nossos especialistas da área Legal para comparar a avaliação da Companhia com a jurisprudência aplicável às teses fiscais. Avaliamos ainda a adequação das divulgações relacionadas às provisões para contingências fiscais e contingências fiscais com classificação de perda possível nas demonstrações financeiras.</p> <p>Com base nas evidências de auditoria obtidas por meio dos procedimentos acima resumidos, consideramos que as provisões para contingências fiscais registradas e divulgados são aceitáveis no contexto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.</p>

Aquisição Fisia Comércio de Produtos Esportivos LTDA.

Veja a Nota 3 das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Principais assuntos de auditoria	Como auditoria endereçou esse assunto
<p>Conforme descrito na nota explicativa nº 3, após a aprovação do CADE, em 10 de dezembro de 2020, a Companhia adquiriu a totalidade de quotas representativas do capital social da Nike do Brasil Comércio e Participações Ltda.</p> <p>A contabilização de tal aquisição exigiu o uso de estimativas e julgamentos pela Companhia com relação a determinação do valor justo dos ativos</p>	<p>Nossos procedimentos de auditoria realizados com o auxílio de nossos especialistas em finanças corporativas, impostos e de aspectos trabalhistas e previdenciários incluíram, mas não se limitaram a:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Avaliamos a competência dos especialistas externos contratados pela Companhia para a emissão do laudo de avaliação a valor justo

adquiridos, incluindo o direito de uso da marca, e dos passivos assumidos, incluindo contrato de royalties e mensuração provisória de passivos para riscos tributários e trabalhistas, a mensuração do ágio e as divulgações das informações relacionadas a essa transação.

Devido ao efeito da transação significativa sobre a auditoria do período, consideramos esse assunto como significativo em nossa auditoria.

utilizado para fins de alocação do preço de aquisição na combinação de negócios.

- Avaliamos a razoabilidade das principais premissas adotadas na mensuração do valor justo dos ativos adquiridos e dos passivos assumidos (como receita operacional líquida, custos operacionais, despesas operacionais, capex, capital de giro e taxa de desconto), comparando-as com informações históricas disponíveis e com dados observáveis de mercado.

- Análise da razoabilidade dos métodos aplicados, das premissas e dos dados utilizados na existência e na mensuração provisória do valor justo realizados pela Companhia de passivos por riscos tributários e trabalhistas, oriundas da companhia adquirida.

- Análise da razoabilidade da metodologia utilizada (relief from royalties – income approach), das bases de dados utilizadas na mensuração do contrato de royalties, e a comparação das principais premissas aplicadas nas projeções (como receita operacional líquida, royalty, taxa de desconto e vida útil) com os dados históricos das adquiridas e/ ou com os dados de mercado.

- Avaliamos também, a adequação das divulgações efetuadas nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Com base nos procedimentos realizados acima resumidos, consideramos que a mensuração e contabilização da aquisição da totalidade de quotas representativas do capital social da Nike do Brasil Comércio e Participações Ltda, assim como as respectivas divulgações, são aceitáveis, no contexto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020.

Outros assuntos – Demonstrações do valor adicionado

As demonstrações individual e consolidada do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia, e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão reconciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente preparadas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras individuais e

consolidadas tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório dos auditores

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração sobre os resultados consolidados.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o relatório da administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e

suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio da Companhia para expressarmos uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria da Companhia e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 30 de março de 2021

KPMG Auditores Independentes
CRC SP014428/O-6



Carla Bellanger
Contadora CRC 1SP196751/O-4

Grupo SBF S.A.

Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2020 e

31 de dezembro de 2019

(Em milhares de Reais)

Ativo	Nota	Controladora		Consolidado		Passivo	Nota	Controladora		Consolidado	
		31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019			31/12/2020	31/12/2019		
Ativo circulante						Passivo circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	8	195	18	514.295	105.308	Fornecedores	20	57	19	654.813	661.010
Contas a receber	10	34.524	36.120	972.911	586.449	Empréstimos e financiamentos	21	-	-	93.275	27.037
Derivativos	9	-	-	11.580	-	Debêntures	21	-	-	-	-
Tributos a compensar	11	3	2	712.763	362.388	Obrigações tributárias	22	42	81	223.770	66.228
Imposto de renda e contribuição social a compensar		43	40	40.037	54.890	Impostos parcelados	23	-	-	54.775	60.420
Estoques	12	-	-	890.780	428.544	Obrigações trabalhistas e previdenciárias	24	167	289	93.688	151.318
Outras contas a receber		82.399	-	146.673	22.997	Passivos a descoberto em controladas	16	315.082	297.521	-	-
Total do ativo circulante		117.164	36.180	3.289.039	1.560.576	Partes Relacionadas - outras contas a pagar	14	97.063	48.357	-	-
						Arrendamentos a pagar	19	-	-	119.928	94.573
						Outras contas a pagar		506.995	-	594.676	33.043
						Outras Obrigações		-	-	17.353	-
						Total do passivo circulante		919.406	346.267	1.852.278	1.093.629
Ativo não circulante						Passivo não circulante					
Aplicações financeiras		-	-	324	536	Empréstimos e financiamentos	21	-	-	278.850	7.553
Tributos a compensar	11	-	-	347.871	336.229	Debêntures	21	-	-	226.762	-
Ativo fiscal diferido	13	20.908	8.286	453.950	222.646	Impostos parcelados	23	-	-	101.776	135.771
Adiantamento para futuro aumento de capital na controlada	14	-	668.335	-	-	Adiantamento para futuro aumento de capital		-	499	-	499
Depósitos judiciais	15	98	36	125.751	105.288	Provisões para contencioso	15	-	-	547.135	472.364
Outros valores a receber		-	-	626	625	Arrendamentos a pagar	19	-	-	1.081.641	1.055.247
Total do realizável a longo prazo		21.006	676.657	928.522	665.324	Outras Obrigações		-	-	154.732	-
						Total do passivo não circulante		-	499	2.390.896	1.671.434
Investimento	16	2.731.430	803.720	-	-	Patrimônio líquido	25				
Imobilizado	17	2	-	516.496	452.439	Capital social		1.815.485	955.277	1.815.485	955.277
Intangível	18	108	9	305.631	117.585	Reservas de capital		194.460	171.444	194.460	171.444
Direito de uso	19	-	-	1.154.172	1.137.803	Reservas de Lucros		15.509	43.079	15.509	43.079
						Prejuízos acumulados		(75.150)	-	(75.150)	-
Total do ativo não circulante		2.752.546	1.480.386	2.904.821	2.373.151	Patrimônio líquido atribuível aos controladores		1.950.304	1.169.800	1.950.304	1.169.800
						Participações de acionistas não controladores	25	-	-	382	(1.136)
Total do ativo		2.869.710	1.516.566	6.193.860	3.933.727	Total do patrimônio líquido	25	1.950.304	1.169.800	1.950.686	1.168.664
						Total do passivo e patrimônio líquido		2.869.710	1.516.566	6.193.860	3.933.727

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Grupo SBF S.A.
Demonstrações de resultados
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019
(Em milhares de Reais)

	Nota	Controladora		Consolidado	
		31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Receitas líquidas	27	-	-	2.406.863	2.545.422
Custo das vendas	28	-	-	(1.356.766)	(1.286.810)
Lucro bruto		-	-	1.050.097	1.258.612
Despesas operacionais					
Despesas de vendas	29	-	-	(855.553)	(846.498)
Despesas administrativas e gerais	29	(12.004)	(7.039)	(250.980)	(337.071)
Outras (despesas) receitas operacionais líquidas		(24.880)	(14.971)	(16.343)	393.648
Resultado com equivalência patrimonial	16	(83.844)	323.915	-	-
Lucro (Prejuízo) operacional		(120.728)	301.905	(72.779)	468.691
Receitas financeiras	30	35	8	102.327	217.799
Despesas Financeiras	30	(4.682)	(28)	(231.505)	(279.176)
Despesas financeiras líquidas		(4.647)	(20)	(129.178)	(61.377)
(Prejuízo) Lucro antes dos impostos		(125.375)	301.885	(201.957)	407.314
Imposto de renda e contribuição social - Corrente	13	-	-	(208.691)	(42.905)
Imposto de renda e contribuição social - Diferido	13	12.621	8.286	297.843	(54.682)
Lucro (Prejuízo) líquido do exercício		(112.754)	310.171	(112.805)	309.727
Acionistas controladores		(112.754)	310.171	(112.754)	310.171
Acionistas não controladores		-	-	(51)	(444)
		(112.754)	310.171	(112.805)	309.727
Lucro (Prejuízo) líquido por ação atribuível aos acionistas da Companhia					
Lucro (Prejuízo) básico por ação (média ponderada)				(0,49)	1,59
Lucro (Prejuízo) diluído por ação (média ponderada)				(0,49)	1,55

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Grupo SBF S.A.

Demonstrações de resultados abrangentes

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019

(Em milhares de Reais)

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Lucro (Prejuízo) líquido do exercício	(112.754)	310.171	(112.805)	309.727
Outros resultados abrangentes				
Itens que não serão reclassificados para o resultado				
Itens que podem ser reclassificados para o resultado				
Hedge de fluxo de caixa	-	-	11.580	-
Outros resultados abrangentes Líquidos de Impostos	-	-	11.580	-
Resultado abrangente do Exercício	(112.754)	310.171	(101.225)	309.727
Resultado abrangente atribuível aos:				
Acionistas controladores	(112.754)	310.171	(101.179)	310.171
Acionistas não controladores	-	-	(46)	(444)
Resultado abrangente Total	(112.754)	310.171	(101.225)	309.727

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Grupo SBF S.A. - Consolidado

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido - Controladora e Consolidado

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019

(Em milhares de Reais)

		Atribuível aos acionistas controladores										
		Reservas de Capital			Reservas de Lucro		Ajuste de Avaliação Patrimonial				Participação de acionistas não controladores	Total do patrimônio líquido (consolidado)
		Capital social	Ágio na emissão de ações	Pagamento baseado em ações	Reserva Legal	Reserva de incentivos fiscais	Reservas de Custo de Hedge	Prejuízos acumulados	Total			
Saldos em 01 de Janeiro de 2019	Nota	302.781	155.101	1.344	-	-	-	(270.629)	188.597		2.867	191.464
Aumento de Capital		705.101	-	-	-	-	-	-	705.101	-	-	705.101
Pagamento baseado em ações		-	-	14.992	-	-	-	-	14.992	-	-	14.992
Integralização do Adiantamento para Futuro Aumento de Capital		2.787	-	-	-	-	-	-	2.787	-	-	2.787
Efeito incorporação NAOMI Participações S.A.		-	7	-	-	-	-	-	7	-	-	7
Aumento de participação em controladas indiretas		-	-	-	-	-	-	3.537	3.537	(3.537)	-	-
Gastos com emissões de ações		(55.392)	-	-	-	-	-	-	(55.392)	(22)	-	(55.414)
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	-	-	310.171	310.171	(444)	-	309.727
Constituição de reserva		-	-	-	15.509	27.570	-	(43.079)	-	-	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2019		955.277	155.108	16.336	15.509	27.570	-	-	1.169.800	(1.136)	-	1.168.664
Aumento de Capital		900.000	-	-	-	-	-	-	900.000	-	-	900.000
Ágio Compra Física		-	(355)	-	-	-	-	-	(355)	-	-	(355)
Ajuste instrumentos financeiros - hedge accounting		-	-	-	-	-	11.580	-	11.580	-	-	11.580
Pagamento baseado em ações		-	-	23.371	-	-	-	-	23.371	-	-	23.371
Integralização do Adiantamento para futuro aumento de Capital		8.088	-	-	-	-	-	-	8.088	-	-	8.088
Redução de participação em controladas diretas		-	-	-	-	-	-	(1.546)	(1.546)	1.546	-	-
Gastos com emissões de ações		(47.880)	-	-	-	-	-	-	(47.880)	23	-	(47.857)
Prejuízo líquido do exercício		-	-	-	-	-	-	(112.754)	(112.754)	(51)	-	(112.805)
Reversão de reserva		-	-	-	-	(27.570)	-	27.570	-	-	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2020		1.815.485	154.753	39.707	15.509	-	11.580	(86.730)	1.950.304	382	-	1.950.686

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Grupo SBF S.A.
Demonstrações dos fluxos de caixa
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019
(Em milhares de Reais)

Fluxo de caixa das atividades operacionais	Controladora		Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Lucro (Prejuízo) líquido do exercício	(112.754)	310.171	(112.805)	309.727
Ajustado por:				
Depreciação e amortização	9	9	239.912	216.157
Juros sobre empréstimos, financiamentos	-	-	11.586	26.713
Juros sobre debêntures	-	-	6.156	-
Juros sobre partes relacionadas - mútuos	-	-	-	223
Juros sobre parcelamento de tributos	-	-	14.511	6.411
Juros sobre pagamentos em atrasos	38	-	6.494	420
Juros sobre atraso de impostos	-	-	13.938	8.101
Resultado de equivalência patrimonial	83.844	(323.915)	-	-
Pagamento baseado em ações	23.371	14.992	23.371	14.992
Custo residual na baixa de ativo imobilizado e intangível	-	-	12.186	9.828
Baixa residual Arrendamentos	-	-	(2.900)	-
Baixa de depósitos judiciais	-	-	-	22.426
Provisão para obsolescência do estoque	-	-	26.195	26.088
Ajuste a valor presente, líquido	-	-	3.836	2.105
Juros sobre arrendamento mercantil	-	-	101.636	90.539
Descontos sobre arrendamentos	-	-	(47.096)	-
Constituição líquida de provisão para contencioso	-	-	57.766	241.532
Reconhecimento de PIS e COFINS na base do ICMS	-	-	-	(577.801)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(12.621)	(8.286)	(297.843)	54.682
	(18.113)	(7.029)	56.943	452.143
(Aumento) redução nos ativos				
Contas a receber	1.596	42.344	(407.148)	(528.842)
Estoques	-	-	(488.431)	(119.733)
Tributos a compensar, Diferido, IRPJ e CSLL a compensar	(5)	(38)	(280.625)	(41.801)
Outras contas a receber	(82.399)	424	(123.677)	8.989
Depósitos judiciais	(62)	34	(20.463)	(8.963)
Aumento (redução) nos passivos				
Fornecedores	38	14	(12.758)	139.100
Obrigações tributárias	(77)	(98)	352.295	59.896
Parcelamentos de tributos	-	-	(54.151)	(19.774)
Contingências pagas	-	-	(15.549)	(23.629)
Obrigações trabalhistas e previdenciárias	(122)	100	(57.630)	10.591
Juros pagos sobre financiamentos	-	-	(9.946)	(14.119)
Juros pagos sobre Debêntures	-	-	(5.272)	-
Outras contas a pagar	506.995	(2)	561.633	5.679
Outras Obrigações	-	-	204.639	-
Imposto de renda e contribuição social pagos	-	-	(208.691)	(42.905)
Variação nos ativos e passivos:	425.964	42.778	(565.774)	(575.511)
Caixa líquido (utilizado nas) gerado pelas atividades operacionais	407.851	35.749	(508.831)	(123.368)
Fluxo de caixa das atividades de investimentos				
Adições de ativo imobilizado	(2)	-	(147.233)	(73.921)
Adições no intangível	(108)	-	(228.312)	(45.036)
Aquisição Físia Comércio	(1.667.134)	-	-	-
Aquisição de controladora líquido do caixa recebido	-	7	-	7
Ágio na Aquisição Físia Comércio	(355)	-	(355)	-
Alocações de ativos e passivos - Aquisição física	27.947	-	-	-
Amortizações de ativos e passivos - Aquisição física	1.510	-	-	-
Diminuição (aumento) de aplicações financeiras	-	-	212	-
Caixa líquido (utilizado nas) atividades de investimento	(1.638.142)	7	(375.688)	(118.950)
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos				
Empréstimos e financiamentos tomados	-	-	360.282	19.032
Empréstimos e financiamentos pagos	-	-	(24.387)	(355.661)
Emissão de debentures	-	-	225.878	-
Arrendamentos Pagos	-	-	(127.999)	(201.333)
Adiantamento para futuro aumento de capital	-	(667.836)	-	499
Movimentação de capital em controlada	336.913	-	-	-
Partes relacionadas	48.706	(36.085)	-	(10.203)
Aumento de participação em controladas diretas	450	-	-	-
Gastos com emissões de ações em controlada	(15.310)	15.310	-	-
Gastos com emissões de ações	(47.880)	(55.392)	(47.857)	(55.414)
Integralização de AFAC na controladora	(499)	-	(499)	-
Aumento de capital	908.088	707.888	908.088	707.888
Caixa líquido gerado pelas (utilizado nas) atividades de financiamentos	1.230.468	(36.115)	1.293.506	104.808
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa	177	(359)	408.987	(137.510)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	18	377	105.308	242.818
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	195	18	514.295	105.308
Transações que não afetaram caixa				
Adição ao imobilizado, intangível e direito de uso	-	-	1.650	1.650
Aumento em controladas diretas	(1.546)	3.537	-	-
Integralização de AFAC em controlada	(668.335)	-	-	-
Integralização de AFAC na controladora	499	-	499	-
Derivativos	(11.580)	-	(11.580)	-

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Grupo SBF S.A.

Demonstrações de Valor Adicionado

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019

(Em milhares de Reais)

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Receitas	-	-	3.075.039	3.193.065
Receita Bruta de mercadorias, produtos e serviços	-	-	3.075.039	3.193.065
Insumos Adquiridos de Terceiros	(2.185)	(849)	(1.891.791)	(1.794.298)
Custos dos produtos, das mercadorias e dos serviços vendidos	-	-	(1.469.988)	(1.487.722)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(2.185)	(849)	(395.181)	(271.766)
Perda de valores ativos	-	-	(26.622)	(34.810)
Valor Adicionado Bruto	(2.185)	(849)	1.183.248	1.398.767
Depreciação, Amortização	(9)	(9)	(239.912)	(216.158)
Valor Adicionado Líquido produzido pela Companhia	(2.194)	(858)	943.336	1.182.609
Valor Recebido em Transferência	(85.319)	323.944	122.452	645.139
Resultado de equivalência patrimonial	(83.844)	323.915	-	-
Receitas financeiras	35	9	103.844	227.767
Outras receitas operacionais	(1.510)	20	18.608	417.372
Valor adicionados Total a Distribuir	(87.513)	323.086	1.065.788	1.827.748
Distribuição do Valor Adicionado	(87.513)	323.086	1.065.788	1.827.748
Pessoal	32.020	20.610	367.109	407.939
Remuneração direta	28.024	20.610	278.465	293.242
Benefícios	3.996	-	64.642	88.188
FGTS	-	-	24.002	26.509
Impostos, taxas e contribuições	(11.463)	(7.749)	450.142	555.376
Federais	771	426	283.787	162.081
Estaduais	-	-	444.110	319.632
Municipais	387	111	20.088	18.981
Impostos diferidos	(12.621)	(8.286)	(297.843)	54.682
Remuneração de capitais de terceiros	4.682	28	312.257	387.067
Despesas financeiras (Juros, taxas, cambial)	4.682	28	307.377	331.792
Aluguéis	-	-	4.880	55.275
Outras Distribuições	2	26	49.085	167.639
Viagens e estadia	-	-	6.559	14.557
Seguros e Indenizações	2	26	7.940	21.080
Outras despesas	-	-	34.586	132.002
Remuneração de Capitais Próprios	(112.754)	310.171	(112.805)	309.727
Lucros retidos	(112.754)	310.171	(112.754)	310.171
Participação dos não-controladores nos lucros retidos	-	-	(51)	(444)

Notas explicativas às Informações demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais)

1 Contexto operacional

O Grupo SBF S.A. (“Controladora”) é uma sociedade anônima domiciliada no Brasil com sede no Estado e cidade de São Paulo. As demonstrações financeiras do Grupo SBF relativas aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019, compreendem a empresa controladora Grupo SBF S.A. e suas controladas, denominadas em conjunto “Grupo”, “Grupo SBF” ou “Companhia”.

Em 15 de abril de 2019, o Conselho de Administração da Companhia aprovou a emissão das ações, para serem negociadas no Novo Mercado, segmento especial de negociação de ações da B3, disciplinado pelo Regulamento do Novo Mercado da B3, sob o código de negociação “CNT03”.

O Grupo SBF e suas controladas diretas e indiretas, individualmente ou em conjunto (“Companhia” ou “Consolidado”) tem como principais atividades: o comércio de produtos esportivos e de lazer em geral (calçados, roupas, equipamentos e acessórios), oriundos do mercado nacional e internacional, assim como prestação de serviço logístico.

Canais de venda:

- Rede física representada por 211 lojas Centauro (210 lojas em 2019);
- Rede física representada por 22 lojas Nike e 5 lojas parceiras;
- Comércio eletrônico através do site *centauro.com.br*;
- Comércio eletrônico através do site *nike.com.br*;

Centros de distribuição:

- Extrema – Minas Gerais
- Jarinu – São Paulo
- João Pessoa – Paraíba
- Duque de Caxias – Rio de Janeiro
- Itajaí – Santa Catarina
- Louveira – São Paulo – adicionado na aquisição da Fisia
- Embu – São Paulo - adicionado na aquisição da Fisia

Em 10 de Novembro de 2020, foi aprovada por todos os membros do Conselho de Administração da Companhia (que inclui representantes dos acionistas detentores do controle acionário da Companhia, correspondendo a aproximadamente 62,5% do total das ações de emissão da Companhia) por unanimidade de votos e sem quaisquer ressalvas os termos e condições definitivos da transação de aquisição da totalidade de quotas representativas do capital social da NIKE do Brasil Comércio e Participações Ltda. (“NIKE do Brasil”). Como parte da estratégia de integração e posicionamento de mercado da marca, na mesma data do fechamento da transação, foi aprovada, a alteração da razão social da NIKE do Brasil Comércio e Participações Ltda. para “FISIA Comércio de Produtos Esportivos Ltda.” (“FISIA”). Todas as informações relacionadas à essa transação, foram comunicadas ao mercado, através de Fatos Relevantes publicados em 02 de Fevereiro de 2020, 14 de Agosto de 2020, 04 de Novembro de 2020 e 01 de Dezembro de 2020. Demais informações da operação podem ser observadas na Nota 3 – Aquisição Fisa Comércio de

Produtos Esportivos Ltda.

No dia 12 de dezembro de 2020, a Companhia celebrou contrato a fim de adquirir a totalidade das ações de emissão da Network Participações S.A. ("Transação"), controladora das sociedades NeoTV Produção e Comercialização Audiovisual e Serviços Digitais S.A., Acelerados Produtora e Distribuidora Audiovisual S.A., Fatality TV Produção e Comercialização Audiovisual e Serviços Digitais S.A. e Falcão Produção e Comercialização Audiovisual e Serviços Digitais S.A. (em conjunto "Grupo NWB"), pelo valor estimado de R\$ 60 milhões, sujeito a determinados ajustes de preço com base no capital de giro, caixa e endividamento do Grupo NWB.

1.2 Coronavírus ("COVID-19")

Coronavírus (COVID-19) foi reconhecido como pandemia em 11 de março de 2020. A imensa maioria dos governos mundiais passaram a adotar medidas restritivas para conter a disseminação do vírus, que têm potencial para afetar significativamente a economia global, tendo em vista a interrupção ou desaceleração da cadeia de suprimentos e o aumento significativo da incerteza econômica, considerando o aumento na volatilidade dos preços dos ativos, das taxas de câmbio e a queda das taxas de juros de longo prazo. As principais economias mundiais e os principais blocos econômicos vêm dando pacotes de estímulos econômicos expressivos para superar a recessão da economia que estas medidas de mitigação da propagação do COVID -19 possam provocar.

Para de enfrentamento da crise, a Companhia tomou as seguintes medidas de curto prazo:

- a) A Companhia instituiu um Comitê de Crise e vem gerenciando uma série de planos de ação com o objetivo de minimizar os impactos à sua comunidade e aos seus colaboradores, ao mesmo tempo atender as diversas determinações das autoridades governamentais onde está localizada, de forma a colaborar com a prevenção da pandemia.
- b) Fechamento temporário de todas as lojas físicas a partir de 22 de março de 2020, sem data definida de retorno das atividades, naquele momento. A partir do dia 25 de abril de 2020, a Companhia iniciou a reabertura gradual de lojas em algumas unidades da Centauro. As decisões para as retomadas são analisadas individualmente e seguindo critérios técnicos sobre a extensão da pandemia em cada município, bem como a liberação pela legislação do governo local com o intuito de garantir a segurança das pessoas e do negócio. Até a data da publicação destas demonstrações financeiras, algumas lojas foram novamente fechadas, conforme plano local de combate a pandemia.
- c) Reforço de caixa: apesar de finalizar o exercício de 2019 com forte posição de caixa, durante o ano de 2020, a Companhia efetuou novas captações de financiamentos, e antecipações de recebíveis junto a administradoras de cartão de crédito.
- d) Negociação com fornecedores e prestadores de serviços: a Companhia abriu uma frente de negociação de prazos de pagamentos com seus principais fornecedores e de redução de despesas com seus prestadores de serviços, bem como renegociação de aluguéis de imóveis.
- e) Contenção de despesas com pessoal: No dia 13 de abril, após realizar um *capacity planning* para os próximos meses, a Companhia aderiu a Medida Provisória (MP)

936/2020, reduzindo jornada de trabalho e salário de alguns colaboradores e suspendendo o contrato de outros, conforme os instrumentos previstos pela própria MP.

Além dessas medidas de curto prazo, a Companhia, considerando os Ofícios Circulares da CVM/SNC 02 e 03/2020, analisou os principais riscos e incertezas advindos pela COVID -19, frente às suas demonstrações financeiras. Abaixo elencamos as principais análises realizadas:

- a) Risco continuidade operacional: não obstante a grande incerteza de cenário econômico ainda vigente, a Companhia atualizou seu plano de negócio para os próximos anos, considerando as premissas observáveis até então, como por exemplo: o fechamento temporário de suas lojas físicas e a posterior reabertura gradual de acordo com o mapa de riscos citado acima, bem como a inicial migração de vendas para os canais de comércio eletrônico. Ainda que tenha realizado um teste de estresse de cenário, a Companhia não identificou elementos que configurem em risco de continuidade operacional. Ressalta-se, no entanto, que se ocorrer alguma mudança significativa nos cenários utilizados, a Companhia revisará suas projeções.
- b) Contas a receber de clientes e provisão para perda esperada de créditos: De acordo com análises internas, houve uma diminuição do fluxo de vendas vinculada ao fechamento de suas lojas físicas e a cultura de seus clientes em realizar as compras diretamente nos caixas das lojas, configurando assim em uma restrição temporária de liquidez e não um aumento significativo no risco de crédito. Assim, a Companhia não registrou provisões em 31 de dezembro de 2020, considerando que majoritariamente os valores em contas a receber são formados por administradores de cartão de crédito. Mais detalhes sobre as contas a receber estão divulgados na nota explicativa 10.
- c) Risco de perda por realização dos estoques: As perdas são estimadas com base nos níveis históricos e concretizadas na realização dos inventários, que refletem o modelo de operação da Companhia e servem como base para as atualizações da estimativa. Analisamos possíveis impactos nas estimativas de perdas em estoque por conta do COVID-19 e não identificamos necessidade de – ajustes na política atual aplicada para a estimativa de perdas.
- d) Redução ao valor recuperável de ativos – “impairment”: a Companhia realizou análises referente a eventual necessidade de reduzir o valor recuperável os seus ativos. As premissas utilizadas para as referidas análises foram consistentes com as demais premissas utilizadas em outras análises para a elaboração das Demonstrações Financeiras anuais. As projeções utilizadas nos testes de valor recuperável foram revisitadas considerando o cenário atual devido a pandemia da COVID-19, bem como atualizando as taxas de desconto e o valor contábil dos ativos, não tendo sido identificadas nenhuma situação que indicasse a necessidade de registro de impairment.
- e) Tributos diferidos: Atualizamos as projeções das análises, sobre a recuperabilidade do IR e CS diferidos da controladora e suas controladas, considerando os efeitos do COVID-19 em 2020, e não identificamos a necessidade de provisão ou baixa do saldo registrado

contabilmente, mais detalhes sobre os tributos diferidos estão na nota explicativa nº 13.

- f) A Companhia analisou as receitas de lojas físicas e receitas de multicanalidade atreladas às lojas físicas, que estão relacionadas principalmente a venda de produtos em lojas de shopping centers em todo o Brasil, e constatou uma redução nas vendas até dezembro de 2020, devido ao fechamento dos shoppings, para o canal de lojas físicas em aproximadamente 30,06% comparado ao mesmo período do ano anterior. Por outro lado, houve uma expressiva aceleração no e-commerce tradicional que resultou em um aumento nas vendas de 67,93% neste mesmo período mencionado, além do crescente desempenho de vendas pelo marketplace que foi de 143,76%.

2 Reorganização societária ocorrida em 2019

Naomi Participações S.A. (“Naomi”)

A empresa Naomi era acionista não controladora da Companhia detendo 36,03% de participação. Em 23 de março de 2019 foi decidida a incorporação reversa da Naomi Participações S.A., com conversão do acervo patrimonial para a Companhia, nos termos do protocolo e justificação de incorporação, avaliado a valor contábil na data base de 31 de dezembro de 2018, conforme laudo emitido em 23 de fevereiro de 2019.

Em função desta incorporação reversa, a Companhia recebeu o acervo líquido de R\$ 7 correspondente ao valor do acervo líquido da empresa incorporada.

Ativo	
Créditos a recuperar	36
Total	36
<hr/>	
Passivo	
Obrigações fiscais	29
Total	29
<hr/>	
Total acervo líquido	7

3 Aquisição Fisia Comércio de Produtos Esportivos LTDA.

Em 10 de Novembro de 2020, foi aprovada por todos os membros do Conselho de Administração da Companhia (que inclui representantes dos acionistas detentores do controle acionário da Companhia, correspondendo a aproximadamente 62,5% do total das ações de emissão da Companhia) por unanimidade de votos e sem quaisquer ressalvas os termos e condições definitivos da transação de aquisição da totalidade de quotas representativas do capital social da NIKE do Brasil Comércio e Participações Ltda. (“NIKE do Brasil”), originalmente detidas pela NIKE Galaxy Holding B.V. e NIKE Group Holding B.V., subsidiárias indiretas da NIKE, Inc.. Como parte da estratégia de integração e posicionamento de mercado da marca, na mesma data do fechamento da transação, foi aprovada, a alteração da razão social da NIKE do Brasil Comércio e Participações Ltda. para “FISIA Comércio de Produtos Esportivos Ltda.” (“FISIA”). Todas as informações relacionadas à essa transação, foram comunicadas ao mercado, por meio de Fatos Relevantes publicados, em 02 de Fevereiro de 2020, 14 de Agosto de 2020, 04 de Novembro de 2020 e 01 de Dezembro de 2020.

Após o processo de negociação que precedeu ao fechamento da Transação, as partes aditaram determinados termos e condições do "Contrato de Compra e Venda de Quotas e Outras Avenças", celebrado em 6 de fevereiro de 2020, com o propósito de, dentre outros aspectos, (i) autorizar que as quotas de emissão da FISIA passassem a ser adquiridas pela Grupo SBF e (ii) acordar determinados critérios que serviram de base para a contraprestação pela aquisição que foi desembolsada pela Companhia em favor da vendedora, na data de 30 de novembro de 2020. O preço desembolsado foi calculado a partir da estimativa apresentada pela vendedora das contas do balanço da FISIA, tendo a data do "closing" 30 de novembro de 2020, como data base para tal estimativa. Considerando a posição estimada na data base do fechamento contábil da Fisia, foi efetuada a verificação das contas do balanço posteriormente realizada, e conseqüentemente, a Companhia mensurou o valor como contraprestação a ser devolvida pela vendedora. O valor desta contraprestação esta sendo negociado e portanto, não foi registrado.

Esta operação estava sujeita à obtenção das autorizações societárias e regulatórias aplicáveis, incluindo o CADE, além de outras condições que se classificam dentre as usualmente aplicáveis a esse tipo de operação. A aprovação do CADE ocorreu em 14 de agosto de 2020, através do Despacho nº 880/2020 da Superintendência Geral.

A Companhia concluiu o processo de aquisição em 01 de dezembro de 2020.

Com esta aquisição a Companhia celebra uma parceria estratégica com a Nike, Inc. ("NIKE") e se tornou a distribuidora exclusiva dos produtos Nike no Brasil e a operadora do canal de venda eletrônico por 10 (dez) anos, como também é a varejista exclusiva de lojas físicas NIKE, responsabilizando-se pela comercialização de produtos ao consumidor final através de lojas monobrand NIKE, podendo abrir e operar lojas NIKE no território brasileiro, pelo período inicial de 5 (cinco) anos. A conclusão da operação é um marco na história da Companhia, pois representa um aumento significativo de crescimento, ampliação da multicanalidade, como também um largo avanço estratégico na criação do ecossistema do esporte, que em resumo é como a Companhia pretende auxiliar na conexão por diversas formas, sendo comércio, serviços, entretenimento e outros quem tem ou deseja ter um relacionamento direto ou indireto com o esporte.

De acordo com o IFRS 3 (R) /CPC 15 (R1) - Combinações de Negócios, as aquisições de negócios são contabilizadas pelo método de aquisição. A contrapartida transferida em uma combinação de negócios é mensurada pelo valor justo, que é calculado pela soma dos valores justos dos ativos transferidos, dos passivos assumidos na data de aquisição junto aos antigos controladores da adquirida e das participações emitidas em troca do controle da adquirida.

O preço de aquisição, está demonstrado a seguir:

(a) Contraprestação transferida e contraprestação contingente

A aquisição foi efetivada pelo montante de R\$ 1.639.543, sendo:

- Contraprestação bruta transferida em dinheiro: Foram pagos R\$ 1.219.343 no "closing" do processo de aquisição baseado em projeções da melhor estimativa com confiabilidade;
- Contraprestação a ser devolvida: O valor inicial de aquisição foi calculado com o balanço estimado na data base definida, conforme contrato entre as partes. Após o fechamento oficial do balanço e atualização dos dados projetados, foi apurado o valor

de R\$ 82.399 pago a maior. Este valor está em discussão e questionamento para ser ressarcido pela Nike, dentro dos prazos previsto em contrato;

- **Contraprestação contingente:** A Companhia concordou em pagar à vendedora um valor de R\$ 502.600 mediante utilização de ativos fiscais durante o período de exploração do contrato de distribuição registrado em outras contas a pagar.

(b) Ativos adquiridos e passivos assumidos na data de aquisição

A Companhia, em conformidade com o disposto no artigo nº 8, da Lei nº 6.404/76 contratou uma empresa independente para avaliação dos valores justos dos ativos líquidos adquiridos. Na data da conclusão da elaboração destas demonstrações financeiras consolidadas a Companhia encontra-se em fase de revisão e últimos ajustes da determinação do valor justo dos ativos identificáveis adquiridos e dos passivos assumidos. A Companhia em conjunto com a empresa independente, entende que até a presente data da divulgação destas demonstrações financeiras, não terá ajustes significativos nos valores já apurados. Estima-se que esta análise será concluída durante o exercício de 2021, não ultrapassando o período máximo de 12 meses da data de aquisição, conforme determinado na norma de Combinação de negócios.

A seguir são apresentados os valores justos preliminares reconhecidos de ativos adquiridos e passivos assumidos na data de aquisição:

	30/11/2020		
	Fisia	Alocações	Valor justo
Caixa e clientes	200.342	-	200.342
Clientes	647.530	-	647.530
Estoques (a)	479.372	7.031	486.403
Tributos a recuperar	569.383	-	569.383
Despesas antecipadas	43.129	-	43.129
Imobilizado e Intangível	30.544	-	30.544
Direito de Uso (b)	12.437	166.408	178.845
Total do Ativo	1.982.737	173.439	2.156.176
Passivo Circulante	310.922		310.922
Provisão para riscos (c)	4.679	27.855	32.534
Provisão Royalties (d)	-	173.532	173.532
Total do Passivo	315.601	201.387	516.988
Total líquido dos Ativos identificáveis			1.639.188

- (a) Alocação relacionada a mais valia nos estoques;
- (b) Alocação do direito de uso relacionado ao contrato de exclusividade na distribuição dos produtos da marca “NIKE”;
- (c) A empresa Fisica possui processos tributários, e trabalhistas e de acordo com o julgamento da Companhia e dos seus assessores jurídicos, esses processos encontram classificados com probabilidade de perda possível, e foram considerados para fins de avaliação do PPA (*Purchase Price Allocation*).
- (d) A alocação refere-se a um passivo relacionado aos valores de royalties e de despesas com serviços e assessoria de marketing identificados e calculados pela exploração da exclusividade do direito de distribuição.

(c). Conclusão da avaliação

Contraprestação transferida	1.639.543
Valor justo do Patrimônio Líquido	<u>(1.639.188)</u>
Total	355

A Companhia, em conformidade com o disposto no artigo nº 8, da Lei nº 6.404/76 contratou uma empresa independente para avaliação dos valores justos dos ativos líquidos adquiridos. A Companhia determinou o período de mensuração de até no máximo 1 ano da data de aquisição para a avaliação detalhada dos processos judiciais, os quais tiveram a classificação de perda, com base na opinião de seus assessores jurídicos, como possível, na data-base dessas demonstrações financeiras, conforme determinado na norma de combinação de negócios.

(d). Receitas e resultados consolidados

A Companhia, a partir da data da aquisição, considerou na preparação de suas Demonstrações Financeiras consolidadas os montantes referentes ao último mês de 2020, os resultados de receita líquida e lucro líquido, nos valores de R\$ 168.367 e R\$ 10.291, respectivamente.

Caso a aquisição tivesse ocorrido em 1º de janeiro de 2020, a Administração estima que a receita operacional líquida seria de R\$ 1.882.688 e o Prejuízo líquido seria de R\$ (78.759).

4 Empresas do grupo

	Participação societária				Atividade
	Direta		Indireta		
	2020	2019	2020	2019	
Controladas					
SBF Comércio de Prod. Esportivos S.A.	99,96%	99,85%	-	-	Comércio varejista
Fisia Comércio de Produtos Esportivos Ltda.	100,00%	-	-	-	Comércio atacadista e varejista
Lione Comércio de Art. Esportivos Ltda.	-	-	99,99%	99,99%	Comércio esportivo
VBLOG Logística e Transporte Ltda.	99,00%	99,00%	-	-	Serviços logísticos
Pine Adm. de Bens e Participações Ltda.	99,99%	99,99%	-	-	Empreendimentos e participações
Premier Distribuidora de Vestuário, Calçados, Equipos e Acessórios Ltda.	-	-	99,99%	99,99%	Comércio esportivo
Store Engenharia e Instalações Ltda.	100,00%	99,00%	-	-	Serviços de engenharia

As principais informações sobre cada uma das empresas que compõe as demonstrações financeiras consolidadas da Companhia estão apresentadas na nota explicativa no 16.

5 Base de preparação

5.1 Declaração de conformidade (com relação às normas IFRS e às normas do CPC)

As demonstrações financeiras consolidadas foram preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB)* e também de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP). As demonstrações financeiras individuais da controladora foram elaboradas de acordo com o BR

GAAP.

A emissão dessas demonstrações foram aprovada pela Assembleia Geral em 30 de março de 2021.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

5.2 Moeda funcional e moeda de apresentação

Essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras apresentadas em Real foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

5.3 Uso de estimativas e julgamentos

Na preparação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. As estimativas e premissas são revisadas de uma forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

a. Julgamentos

As informações sobre julgamentos realizados na aplicação das políticas contábeis que têm efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

Nota 3 - Combinação de Negócios

Nota 19 – Arrendamentos

Nota 10 – Perdas estimadas em crédito

Nota 12 – Perdas estimadas em Estoque

b. Incertezas sobre premissas e estimativas

As informações sobre as incertezas e relacionadas a premissas e estimativas em 31 de dezembro de 2020 que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material no período dos próximos 12 meses estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- **Nota 13** - Reconhecimento de ativos fiscais diferidos: disponibilidade de lucro tributável futuro contra o qual prejuízos fiscais e diferenças temporárias possam ser utilizados;
- **Nota 15** - Reconhecimento e mensuração de provisão para contencioso: principais premissas sobre a probabilidade e magnitude das saídas de recursos;
- **Nota 17** - Teste de redução ao valor recuperável dos ativos instalados em lojas: principais premissas subjacentes dos valores recuperáveis;

Mensuração do valor justo

Uma série de políticas e divulgações contábeis da Companhia requer a mensuração dos valores justos, para os ativos e passivos financeiros e não financeiros.

Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, a Companhia usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (inputs) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma.

- **Nível 1:** preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos.
- **Nível 2:** inputs, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços).
- **Nível 3:** inputs, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis).

Informações adicionais sobre as premissas utilizadas na mensuração dos valores justos estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

Nota explicativa 31 – Gerenciamento de riscos.

Nota explicativa 26 - Transações de pagamentos baseadas em ações.

6 Principais políticas contábeis

a. Base de consolidação

A Companhia controla uma empresa quando está exposto a, ou tem direito sobre, os retornos variáveis advindos de seu envolvimento com a entidade e tem a habilidade de afetar esses retornos exercendo seu poder sobre a entidade. As demonstrações financeiras de controladas são incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas a partir da data em que o controle se inicia até a data em que o controle deixa de existir.

Nas demonstrações financeiras individuais da controladora, as informações financeiras de controladas são reconhecidas por meio do método de equivalência patrimonial.

Saldos e transações entre partes relacionadas intergrupo, e quaisquer lucros não realizados derivados de transações intergrupo, são eliminados. Ganhos e perdas não realizados oriundos de transações com controladas, registrados por equivalência patrimonial são eliminados contra o investimento na proporção da participação da Companhia na investida, mas somente na extensão em que não haja evidência de perda por redução ao valor recuperável.

As políticas contábeis foram aplicadas de maneira consistente para a Companhia.

Descrição dos principais procedimentos de consolidação

- (a) Eliminação dos saldos das contas de ativos e passivos entre as empresas consolidadas;
- (b) Eliminação da participação no capital, nas reservas e nos lucros acumulados da empresa controlada;
- (c) Eliminação dos saldos de receitas e despesas, bem como de lucros não realizados, decorrentes de negócios entre as empresas; e

- (d) Destaque do valor da participação dos acionistas não controladores nas Demonstrações financeiras consolidadas.

b. Transações em moeda estrangeira

Transações em moeda estrangeira são convertidas para a respectiva moeda funcional da Companhia pelas taxas de câmbio nas datas das transações.

Ativos e passivos monetários denominados e apurados em moedas estrangeiras na data do balanço são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio naquela data. As diferenças de moedas estrangeiras resultantes da reconversão são reconhecidas no resultado.

No entanto, as diferenças cambiais resultantes da reconversão dos itens listados abaixo são reconhecidas em outros resultados abrangentes:

- investimento em títulos patrimoniais designados a VJORA (exceto no caso de redução ao valor recuperável no qual as diferenças cambiais reconhecidas em outros resultados abrangentes são transferidas para o resultado);
- passivo financeiro designado como hedge do investimento líquido em uma operação no exterior, na extensão em que o hedge é efetivo (veja o(v)); e
- um hedge de fluxos de caixa qualificado e efetivo.

c. Ajuste a valor presente

É reconhecido o ajuste a valor presente para os elementos integrantes do ativo e passivo decorrentes de operações de longo prazo, ou de operações de curto prazo, quando houver efeitos relevantes, tomando-se por base a data de origem da transação. O ajuste a valor presente foi reconhecido nas transações de contas a receber (nota explicativa 10) e fornecedores (nota explicativa 20), tendo como contrapartida a receita líquida e estoques, respectivamente. O desconto a valor presente foi reconhecido como receita financeira e despesa financeira, respectivamente (nota explicativa 30).

d. Lucro por ação

O cálculo do lucro básico por ação foi baseado no lucro líquido atribuído aos detentores de ações ordinárias e na média ponderada de ações ordinárias em circulação.

O cálculo do lucro diluído por ação foi baseado no lucro líquido atribuído aos detentores de ações ordinárias e na média ponderada de ações ordinárias em circulação após os ajustes para todas as potenciais ações ordinárias dilutivas.

Quando a Companhia apresenta perda líquida atribuível aos proprietários da Controladora, os prejuízos diluídos por ação ordinária são iguais aos prejuízos básicos por ação ordinária devido ao efeito antidilutivo das opções de ações em circulação.

e. Subvenção Governamental

A Companhia realizou investimentos por meio de instalação de Centros de Distribuição nos Estado de Minas Gerais e Paraíba, devido a acordos firmados com ambos Estados, mediante os quais foram concedidos incentivos fiscais.

As subvenções têm o objetivo de compensar a Companhia por despesas incorridas e são reconhecidas no resultado como deduções de vendas.

Os investimentos possuem como contrapartida, redução de alíquotas tributárias de ICMS nas vendas no comércio eletrônico e crédito presumido nas transações comerciais entre empresas do grupo nesses Estados.

f. Receitas e despesas com fretes

As receitas com fretes cobrados de clientes no envio de mercadorias adquiridas no canal de *e-commerce* são reconhecidas como receitas na rubrica de serviços prestados. Os custos com fretes incorridos nas operações realizadas entre o centro de distribuição e as lojas são reconhecidos como custo dos produtos vendidos.

g. Receitas financeiras e despesas financeiras

As receitas financeiras abrangem substancialmente as receitas de rendimentos de aplicações financeiras, descontos obtidos, AVP - ajuste a valor presente sobre contas a receber e descontos obtidos.

As despesas financeiras abrangem substancialmente as despesas com juros sobre empréstimos, despesas com juros gerados pela venda de recebíveis (contas a receber - operadoras de cartão de crédito), AVP - ajuste a valor presente sobre fornecedores, juros sobre impostos parcelados e atualizações monetárias de provisões para contencioso.

Receitas e despesas são reconhecidas no resultado através do método de juros efetivos.

h. Benefícios a empregados

Benefícios de curto prazo a empregados

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são reconhecidas como despesas de pessoal conforme o serviço correspondente seja prestado. O passivo é reconhecido pelo montante do pagamento esperado caso a Companhia tenha uma obrigação legal ou construtiva presente de pagar esse montante em função de serviço passado prestado pelo empregado, e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável.

A Companhia não possui planos de pensão ou outras obrigações pós-aposentadoria e reconhece os custos de demissões quando está formalmente comprometida com o encerramento do vínculo empregatício de funcionários.

Transações de pagamento baseado em ações

Em setembro de 2013, a Companhia instituiu o pagamento baseado em ações para os seus colaboradores, como contraprestação aos serviços prestados, remunerados por instrumentos de patrimônio líquido (opções de compra), regulados por contratos de Outorga de Opção de Compra de Ações para cada beneficiário. Em 22 de outubro de 2015, o Conselho de Administração aprovou o 1º Programa de Opção de Compra de Ações para o ano de 2015 (“Programa 2015”). Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 16 de dezembro de 2016 foi aprovado o Plano de Opção de Compra de Ações da Companhia (“Programa 2016”). No dia 20 de setembro de 2019 foi aprovado o primeiro plano de compra de ações de 2019 e no dia 05 de novembro de 2019 o segundo plano de 2019 (“Programa 2019”).

O valor justo na data de outorga dos prêmios de pagamento baseado em ações concedidos aos empregados é reconhecido como despesas de pessoal, com um correspondente aumento no patrimônio líquido, durante o período em que os empregados adquirem incondicionalmente o

direito aos prêmios.

O valor reconhecido como despesa é ajustado para refletir o número de prêmios para o qual existe a expectativa de que as condições de serviço serão atendidas, de tal forma que o valor final reconhecido como despesa seja baseado no número de prêmios que realmente atendam às condições de serviço na data em que os direitos ao pagamento são adquiridos (*vesting date*).

i. Impostos de Renda e Contribuição Social

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15% acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados à combinação de negócios, ou a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes. As empresas do Grupo SBF são tributadas com base no lucro real conforme legislação vigente.

Imposto corrente

O imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber estimado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. Ele é mensurado com base nas taxas de impostos decretadas na data do balanço.

Imposto diferido

O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação. O imposto diferido não é reconhecido para:

- Diferenças temporárias sobre o reconhecimento inicial de ativos e passivos em uma transação que não seja combinação de negócios e que não afete nem o lucro ou prejuízo tributável nem o contábil;
- Diferenças temporárias relacionadas a investimentos em controladas, coligadas e participações em empreendimentos sob controle conjunto na extensão que o Grupo seja capaz de controlar o momento da reversão das diferenças temporárias e seja provável que elas não sejam revertidas num futuro previsível; e
- Diferenças temporárias tributáveis decorrentes do reconhecimento inicial de ágio.

Um ativo de imposto de renda e contribuição social diferido é reconhecido em relação aos prejuízos fiscais, créditos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizados, na extensão em que seja provável que lucros futuros tributáveis estarão disponíveis, contra os quais serão utilizados. Ativos de imposto de renda e contribuição social diferidos são revisados a cada data de balanço e são reduzidos na extensão em que sua realização não seja mais provável.

O imposto diferido é mensurado com base nas alíquotas que se espera aplicar às diferenças temporárias quando elas forem revertidas, baseando-se nas alíquotas que foram decretadas ou substantivamente decretadas até a data do balanço.

A mensuração do imposto diferido reflete as consequências tributárias que seguiriam a maneira sob a qual a Companhia espera recuperar ou liquidar o valor contábil de seus ativos e passivos.

j. Estoques

Os estoques são mensurados pelo menor valor entre o custo e o valor realizável líquido. Os custos dos estoques incluem tributos não recuperáveis, bem como os demais gastos incorridos na aquisição de estoques, adquiridos no mercado nacional ou no exterior.

A provisão para perdas nos estoques e produtos obsoletos da Companhia é constituída através do histórico de perdas reais a nível de loja, grupo de produtos e categoria de produtos e tempo de vida das coleções, projetada sobre a sua receita futura considerando o melhor julgamento da Administração para as empresas incluídas nas demonstrações consolidadas. Se o potencial de perda não seja mais provável, a provisão é revertida na proporção correspondente.

k. Imobilizado

Reconhecimento e mensuração

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável (*impairment*) acumuladas, quando aplicável.

O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. O custo de ativos construídos pela própria entidade inclui o custo de materiais e mão de obra direta, quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e condição necessários para que esses sejam capazes de operar da forma pretendida pela Administração.

Custos subsequentes

Gastos subsequentes são capitalizados na medida em que seja provável que benefícios futuros associados com os gastos serão auferidos pela Companhia. Gastos de manutenção e reparos recorrentes são registrados no resultado.

Depreciação

Itens do ativo imobilizado são depreciados pelo método linear no resultado do exercício baseado na vida útil econômica estimada de cada componente.

Itens do ativo imobilizado são depreciados a partir da data em que são instalados e estão disponíveis para uso, ou em caso de ativos construídos internamente, do dia em que a construção é finalizada e o ativo está disponível para utilização.

As vidas úteis estimadas são as seguintes:

Benfeitoria em imóveis de terceiros	20 anos
Móveis e utensílios	10 anos
Máquinas, equipamentos e ferramentas	10 anos
Computadores e periféricos	5 anos
Veículos	5 anos

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais serão revistos a cada encerramento de exercício financeiro e eventuais ajustes são reconhecidos como mudança de estimativas contábeis.

l. Ativos intangíveis

Os ativos intangíveis adquiridos pela Companhia e que têm vidas úteis finitas são mensurados pelo custo, deduzido da amortização acumulada e das perdas por redução ao valor recuperável.

Representa os valores pagos na aquisição de novos pontos comerciais das lojas localizadas nos shoppings (fundo de comércio), são amortizados linearmente conforme prazo do contrato de locação.

Os softwares referem-se aos gastos com licenças do sistema de gestão empresarial.

A amortização é reconhecida no resultado pelo método linear baseada nas vidas úteis estimadas de ativos intangíveis, a partir da data em que estes estão disponíveis para uso. As vidas úteis estimadas são as seguintes:

Fundo de comércio	Conforme contrato
Softwares e aplicativos	5 anos
Marcas e patentes	10 anos

Métodos de amortização, vidas úteis e valores residuais são revistos a cada encerramento de exercício financeiro e ajustados caso seja adequado.

m. Empréstimos e financiamentos

Os empréstimos e financiamentos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer dos segmentos entre valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor de liquidação é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros.

n. CPC 47/IFRS 15 Receita de contrato com cliente

O CPC 47/IFRS 15 estabelece uma estrutura abrangente para determinar se e quando e como uma receita é reconhecida. Ele substituiu o CPC 30/IAS 18 - Receitas, o CPC 17/IAS 11- Contratos de Construção e interpretações relacionadas. De acordo com o CPC 47/IFRS 15, a receita é reconhecida quando o cliente obtém o controle dos bens ou serviços. Determinar o momento da transferência de controle - em um momento específico no tempo ou ao longo do tempo - requer julgamento.

A receita operacional é reconhecida quando (i) os riscos e benefícios mais significativos inerentes a propriedade dos bens forem transferidos para o comprador, (ii) for provável que os benefícios econômicos financeiros fluirão para a Companhia, (iii) os custos associados e a possível devolução de mercadorias puderem ser estimados de maneira confiável, (iv) não haja envolvimento contínuo com os bens vendidos, (v) o valor da receita operacional possa ser mensurado de maneira confiável. A receita é medida líquida de devoluções, descontos comerciais e bonificações.

- **Venda de mercadorias no varejo:** A Companhia opera com redes que possuem, predominantemente, estabelecimentos em shopping centers voltados a comercialização de produtos esportivos. As vendas dos produtos são reconhecidas quando a Companhia transfere a propriedade de um produto para o cliente. As vendas no varejo são, geralmente, realizadas por meio de cartão de crédito, cartão de débito ou em dinheiro.
- **Venda de mercadorias no Atacado:** A Companhia opera como a distribuição dos produtos da marca “NIKE” em todo Brasil. As vendas dos produtos do atacado são reconhecidas quando a Companhia transfere a propriedade de um produto para o cliente, isso ocorre quando os produtos são entregues no endereço do comprador ou coletados no centro de distribuição e o cliente esteja de acordo com o contrato de venda.

Os produtos NIKE são frequentemente vendidos com desconto por volume, os clientes têm o direito de devolver os produtos com defeitos no mercado atacadista, as vendas são registradas líquidas dos descontos específicos por clientes e das devoluções estimadas na época da venda.

- **Venda de mercadorias através do e-commerce:** A Companhia opera com comércio eletrônico por meio do site centauro.com.br, para todo mercado nacional. As vendas dos produtos esportivos são registradas quando os riscos e benefícios mais significativos inerentes a propriedade dos bens foram transferidos para o comprador, o que ocorre quando os produtos são entregues no endereço escolhido pelo comprador.
- **Serviços prestados:** A Companhia reconhece receitas com fretes por meio de serviços de logística prestados a clientes e fornecedores no segmento de varejo por meio da controlada VBLOG Logística e Transporte Ltda. A receita de serviços prestados é reconhecida no momento da prestação do serviço que na expressiva maioria dos casos, se inicia e conclui no mesmo dia. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa na sua realização.

Informações adicionais sobre as políticas contábeis da Companhia relacionadas ao reconhecimento da receita, estão descritas na Nota Explicativa 27.

o. Segmentos operacionais, informações geográficas e de receita

Os segmentos operacionais são definidos como atividades comerciais que geram receitas e despesas e cujos resultados operacionais são regularmente revisados pelo principal responsável pela tomada de decisões ("CODM") da Companhia para tomar decisões sobre a alocação de recursos aos segmentos e avaliar seu desempenho.

A Administração determinou que o CEO é o CODM. O CODM recebe e analisa informações sobre os resultados operacionais da Companhia, seu desempenho, as projeções de fluxo de caixa e as decisões de investimento determinados apenas na base da Companhia. Consequentemente, a administração determinou que a Companhia possui apenas um segmento operacional pois as decisões estratégicas, uso de tecnologias e estratégias de marketing para diferentes produtos e serviços ocorrem de forma centralizada.

Toda a receita da Companhia é derivada de clientes localizados geograficamente no Brasil e não há concentração de vendas para clientes. Além disso, todos os ativos não circulantes da Companhia estão localizados no Brasil.

p. Instrumentos financeiros

Reconhecimento e mensuração inicial

O contas a receber de clientes e os títulos de dívida emitidos são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Companhia se tornar parte das disposições contratuais do instrumento.

Um ativo financeiro (a menos que seja um contas a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, acrescido, para um item não mensurado ao VJR (Valor justo por meio do resultado), os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um contas a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação.

(i) Ativos financeiros

No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: ao custo amortizado; ao VJORA (Valor justo por meio de outros resultados abrangentes) - instrumento de dívida; ao VJORA (Valor justo por meio de outros resultados abrangentes) - instrumento patrimonial; ou ao VJR. No exercício de 2020 a Companhia não possuía nenhum instrumento financeiro classificado como VJORA - instrumento de dívida ou VJORA - instrumento patrimonial.

Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Companhia mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios.

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

- **É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e**
- **Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.**

Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado conforme descrito acima, são classificados como ao VJR.

Ativos financeiros - Mensuração subsequente e ganhos e perdas

- Ativos financeiros a VJR - Mensurados ao valor justo e as variações no valor justo, incluindo juros, foram reconhecidas no resultado.
- Ativos financeiros a custo amortizado - Mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por impairment. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e impairment são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.

- Instrumentos de dívida a VJORA - Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. A receita de juros calculada utilizando o método de juros efetivos, ganhos e perdas cambiais e impairment são reconhecidos no resultado. Outros resultados líquidos são reconhecidos em ORA. No desreconhecimento, o resultado acumulado em ORA é classificado no resultado.
- Instrumentos patrimoniais a VJORA - Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. Os dividendos são reconhecidos como ganho no resultado, a menos que o dividendo represente claramente uma recuperação de parte do custo do investimento. Outros resultados líquidos são reconhecidos em ORA e nunca são reclassificados para o resultado.

Passivos financeiros - classificação, mensuração subsequente e ganhos e perdas

Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJR. Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado caso for classificado como mantido para negociação. Passivos financeiros mensurados ao VJR são mensurados ao valor justo e o resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado.

(ii) Desreconhecimento

Ativos financeiros

A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual a Companhia nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro.

Passivos financeiros

A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. A Companhia também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo.

No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado.

(iii) Compensação

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

Instrumentos financeiros derivativos e contabilidade de hedge

A Companhia mantém instrumentos financeiros derivativos para proteger suas exposições aos riscos de variação de moeda estrangeira e taxa de juros. Derivativos embutidos são separados de seus contratos principais e registrados separadamente caso o contrato principal não seja um ativo financeiro e certos critérios sejam atingidos.

Os derivativos são mensurados inicialmente pelo valor justo. Após o reconhecimento inicial, os derivativos são mensurados pelo valor justo e as variações no valor justo são normalmente registradas no resultado.

A Companhia designa certos derivativos como instrumentos de hedge para proteção da variabilidade dos fluxos de caixa associada a transações previstas altamente prováveis, resultantes de mudanças nas taxas de câmbio e de juros, além de determinados passivos financeiros derivativos e não derivativos como instrumentos de hedge de riscos cambiais de um investimento líquido em uma operação estrangeira.

No início das relações de hedge designadas, a Companhia documenta o objetivo do gerenciamento de risco e a estratégia de aquisição do instrumento de hedge. A Companhia também documenta a relação econômica entre o instrumento de hedge e o item objeto de hedge, incluindo se há a expectativa de que mudanças nos fluxos de caixa do item objeto de hedge e do instrumento de hedge compensem-se mutuamente.

Hedges diretamente afetados pela reforma da taxa de juros de referência

Para efeitos de avaliação da existência de uma relação econômica entre o(s) item(ns) objeto de hedge e o(s) instrumento(s) de hedge, a Companhia assume que a taxa de juros de referência não é alterada como resultado da reforma da taxa de juros de referência.

Para um hedge de fluxo de caixa de uma transação prevista, a Companhia assume que a taxa de juros de referência não será alterada como resultado da reforma do índice da taxa de juros de referência com o objetivo de determinar se uma transação prevista é altamente provável e apresenta uma exposição a variações de caixa fluxos que podem afetar o resultado. Ao determinar se uma transação prevista anteriormente designada em um *hedge* de fluxo de caixa descontinuado ainda deve ocorrer, a Companhia assume que os fluxos de caixa da taxa de juros de referência designados como *hedge* não serão alterados como resultado da reforma da taxa de juros de referência.

A Companhia deixará de aplicar a política específica de avaliação da relação econômica entre o item objeto de hedge e o instrumento de hedge (i) a um item objeto de *hedge* ou instrumento de hedge quando a incerteza decorrente da reforma da taxa de juros de referência não estiver mais presente no momento e no valor dos fluxos de caixa baseados na taxa de juros de referência do respectivo item ou instrumento ou (ii) quando a relação de proteção do qual o item objeto de *hedge* faz parte for descontinuada. Para sua avaliação sobre o item objeto de hedge ser altamente provável, a Companhia não aplicará mais a política específica quando a incerteza decorrente da reforma da taxa de juros de referência sobre o momento e o valor dos fluxos de caixa futuros baseados na reforma da taxa de juros de referência do item objeto de *hedge* não estiver mais presente, ou quando a relação de *hedge* for descontinuada.

Hedges de fluxo de caixa

Quando um derivativo é designado como um instrumento de *hedge* de fluxo de caixa, a porção efetiva das variações no valor justo do derivativo é reconhecida em outros resultados abrangentes e apresentada na conta de reserva de *hedge*. A porção efetiva das mudanças no valor justo do derivativo reconhecido em ORA limita-se à mudança cumulativa no valor justo do item objeto de *hedge*, determinada com base no valor presente, desde o início do *hedge*. Qualquer porção não efetiva das variações no valor justo do derivativo é reconhecida imediatamente no resultado.

A Companhia designa apenas as variações no valor justo do elemento spot dos contratos de câmbio a termo como instrumento de *hedge* nas relações de *hedge* de fluxo de caixa. A mudança no valor justo do elemento futuro de contratos a termo de câmbio (*forward points*) é contabilizada separadamente como custo de *hedge* e reconhecida em uma reserva de custos de *hedge* no patrimônio líquido.

Quando a transação objeto de *hedge* prevista resulta no reconhecimento subsequente de um item não financeiro, tal como estoques, o valor acumulado na reserva de *hedge* e o custo da reserva de *hedge* são incluídos diretamente no custo inicial do item não financeiro quando ele é reconhecido.

Com relação às outras transações objeto de *hedge*, o valor acumulado na reserva de *hedge* e o custo da reserva de *hedge* são reclassificados para o resultado no mesmo período ou em períodos em que os fluxos de caixa futuros esperados que são objeto de *hedge* afetarem o resultado.

Caso o *hedge* deixe de atender aos critérios de contabilização de *hedge*, ou o instrumento de *hedge* expire ou seja vendido, encerrado ou exercido, a contabilidade de *hedge* é descontinuada prospectivamente. Quando a contabilização dos *hedges* de fluxo de caixa for descontinuada, o valor que foi acumulado na reserva de *hedge* permanece no patrimônio líquido até que, para um instrumento de *hedge* de uma transação que resulte no reconhecimento de um item não financeiro, ele for incluído no custo do item não financeiro no momento do reconhecimento inicial ou, para outros *hedges* de fluxo de caixa, seja reclassificado para o resultado no mesmo período ou períodos à medida que os fluxos de caixa futuros esperados que são objeto de *hedge* afetarem o resultado.

Caso os fluxos de caixa futuros que são objeto de *hedge* não sejam mais esperados, os valores que foram acumulados na reserva de *hedge* e o custo da reserva de *hedge* são imediatamente reclassificados para o resultado.

Hedges de investimentos líquidos

Quando um instrumento derivativo ou um passivo financeiro não derivativo forem designados como um instrumento de *hedge* para proteger um investimento líquido em uma operação estrangeira, a porção efetiva de mudanças no valor justo de um derivativo ou, os ganhos e perdas cambiais para um instrumento não derivativo, é reconhecida em ORA e apresentada como ajuste acumulado de conversão no patrimônio líquido.

Qualquer porção não efetiva das variações no valor justo do derivativo ou dos ganhos e perdas cambiais sobre os instrumentos não derivativos é reconhecida imediatamente no resultado. O valor reconhecido em ORA é total ou parcialmente reclassificado para o resultado como um ajuste de reclassificação quando da alienação total ou parcial da operação estrangeira, respectivamente.

q. Redução ao valor recuperável (impairment)

(i) Ativos financeiros não derivativos ***Instrumentos financeiros e ativos contratuais***

A Companhia apura as provisões para perdas esperadas de crédito sobre ativos financeiros mensurados ao custo amortizado;

Ao determinar se o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial e ao estimar as perdas de crédito esperadas, a Companhia considera informações razoáveis e passíveis de suporte que são relevantes e disponíveis sem custo ou esforço excessivo. Isso inclui informações e análises quantitativas e qualitativas, com base na experiência histórica da Companhia, na avaliação de crédito e considerando informações prospectivas (*forward-looking*).

A Companhia mensura a provisão para perda em um montante igual à perda de crédito esperada e inclui títulos de dívida com baixo risco de crédito na data do balanço e outros títulos de dívida e saldos bancários. As provisões para perdas com contas a receber de clientes foram avaliadas, porém não constituídas em função da carteira de recebíveis da Companhia ser considerada líquida e certa, pois os riscos são assumidos pelas administradoras de cartão de crédito.

Ativos financeiros não classificados como ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado eram avaliados em cada data de balanço para determinar se havia evidência objetiva de perda por redução ao valor recuperável.

Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram perda de valor incluía:

- Inadimplência ou atrasos do devedor;
- Reestruturação de um valor devido a Companhia em condições que não seriam aceitas em condições normais;
- Indicativos de que o devedor ou emissor irá entrar em falência / recuperação judicial;
- Mudanças negativas na situação de pagamentos dos devedores ou emissores;
- O desaparecimento de mercado ativo para o título por causa de dificuldades financeiras; ou
- Dados observáveis indicando que houve um declínio na mensuração dos fluxos de caixa esperados de um grupo de ativos financeiros.

(ii) Ativos não financeiros

Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Companhia, que não os estoques e ativos fiscais diferidos, são revistos a cada data de balanço para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é estimado.

Para testes de redução ao valor recuperável, os ativos são agrupados em Unidades Geradoras de Caixa (UGC – Unidade Geradora de Caixa), ou seja, no menor grupo possível de ativos que gera

entradas de caixa pelo seu uso contínuo, entradas essas que são em grande parte independentes das entradas de caixa de outros ativos ou um ativo UGCs, considerados pela Companhia como os pontos de venda (lojas físicas e e-commerce). O valor recuperável de um ativo ou UGC é o maior entre o seu valor em uso e o seu valor justo menos custos para vender. O valor em uso é baseado em fluxos de caixa futuros estimados, descontados a valor presente usando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo ou da UGC.

Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo ou UGC exceder o seu valor recuperável.

Perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas no resultado.

As perdas por redução ao valor recuperável são revertidas somente na extensão em que o novo valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida. Não houve perda por redução ao valor recuperável reconhecida.

r. Provisões

Uma provisão é reconhecida, em função de um evento passado, se a Companhia tem uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação.

s. Arrendamentos

No início de um contrato, a Companhia avalia se um contrato é ou contém um arrendamento. Um contrato é, ou contém um arrendamento, se o contrato transferir o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período de tempo em troca de contraprestação.

Para avaliar se um contrato transfere o direito de controlar o uso de um ativo identificado, a Companhia utiliza a definição de arrendamento no CPC 06(R2)/IFRS 16.

(i) Como arrendatário

No início ou na modificação de um contrato que contém um componente de arrendamento, a Companhia aloca a contraprestação no contrato a cada componente de arrendamento com base em seus preços individuais. No entanto, para os arrendamentos de propriedades, a Companhia optou por não separar os componentes que não sejam de arrendamento e contabilizam os componentes de arrendamento e não arrendamento como um único componente.

A Companhia reconhece um ativo de direito de uso e um passivo de arrendamento na data de início do arrendamento. O ativo de direito de uso é mensurado inicialmente ao custo, que compreende o valor da mensuração inicial do passivo de arrendamento, ajustado para quaisquer pagamentos de arrendamento efetuados até a data de início, mais quaisquer custos diretos iniciais incorridos pelo arrendatário e uma estimativa dos custos a serem incorridos pelo arrendatário na desmontagem e remoção do ativo subjacente, restaurando o local em que está localizado ou restaurando o ativo subjacente à condição requerida pelos termos e condições do arrendamento, menos quaisquer incentivos de arrendamentos recebidos.

O ativo de direito de uso é subsequentemente depreciado pelo método linear desde a data de início até o final do prazo do arrendamento, a menos que o arrendamento transfira a propriedade do

ativo subjacente ao arrendatário ao fim do prazo do arrendamento, ou se o custo do ativo de direito de uso refletir que o arrendatário exercerá a opção de compra. Nesse caso, o ativo de direito de uso será depreciado durante a vida útil do ativo subjacente, que é determinada na mesma base que a do ativo imobilizado. Além disso, o ativo de direito de uso é periodicamente reduzido por perdas por redução ao valor recuperável, se houver, e ajustado para determinadas remensurações do passivo de arrendamento.

O passivo de arrendamento é mensurado inicialmente ao valor presente dos pagamentos do arrendamento que não são efetuados na data de início, descontados pela taxa de juros implícita no arrendamento ou, se essa taxa não puder ser determinada imediatamente, pela taxa de empréstimo incremental da Companhia. Geralmente, a Companhia usa sua taxa incremental sobre empréstimo como taxa de desconto.

A Companhia determina sua taxa incremental sobre empréstimos obtendo taxas de juros de várias fontes externas de financiamento e fazendo alguns ajustes para refletir os termos do contrato e o tipo do ativo arrendado.

Os pagamentos de arrendamento incluídos na mensuração do passivo de arrendamento compreendem o seguinte:

- pagamentos fixos, incluindo pagamentos fixos na essência;
- pagamentos variáveis de arrendamento que dependem de índice ou taxa, inicialmente mensurados utilizando o índice ou taxa na data de início;
- valores que se espera que sejam pagos pelo arrendatário, de acordo com as garantias de valor residual; e
- o preço de exercício da opção de compra se o arrendatário estiver razoavelmente certo de exercer essa opção, e pagamentos de multas por rescisão do arrendamento, se o prazo do arrendamento refletir o arrendatário exercendo a opção de rescindir o arrendamento.

O passivo de arrendamento é mensurado pelo custo amortizado, utilizando o método dos juros efetivos. É remensurado quando há uma alteração nos pagamentos futuros de arrendamento resultante de alteração em índice ou taxa, se houver alteração nos valores que se espera que sejam pagos de acordo com a garantia de valor residual, se a Companhia alterar sua avaliação se exercerá uma opção de compra, extensão ou rescisão ou se há um pagamento de arrendamento revisado fixo em essência.

Quando o passivo de arrendamento é remensurado dessa maneira, é efetuado um ajuste correspondente ao valor contábil do ativo de direito de uso ou é registrado no resultado se o valor contábil do ativo de direito de uso tiver sido reduzido a zero.

A Companhia apresenta ativos de direito de uso que não atendem à definição de propriedade para investimento em "ativo imobilizado" e passivos de arrendamento em "empréstimos e financiamentos" no balanço patrimonial.

Arrendamentos de ativos de baixo valor

A Companhia optou por não reconhecer ativos de direito de uso e passivos de arrendamento para arrendamentos de ativos de baixo valor e arrendamentos de curto prazo, incluindo equipamentos de TI. A Companhia reconhece os pagamentos de arrendamento associados a esses arrendamentos como uma despesa de forma linear pelo prazo do arrendamento.

7 Novas normas e interpretações ainda não efetivas

Uma série de novas normas foram efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2020. A Companhia não adotou essas normas na preparação destas demonstrações financeiras, por entender não haver impacto significativos em suas demonstrações financeiras.

- a) Contratos Onerosos – custos para cumprir um contrato (alterações ao CPC 25/IAS 37);
- b) Reforma da taxa de juros de referência - Fase 2 (alterações ao CPC48/IFRS 9, CPC 38/IAS 39, CPC 40/IFRS 7, CPC 11/IFRS 4 e CPC 06/IFRS 16); e
- c) Outras Normas: Não se espera que as seguintes normas novas e alteradas tenham um impacto significativo nas demonstrações financeiras da Entidade:
 - Concessões de aluguel relacionadas à COVID-19 (alteração ao CPC 06/IFRS 16);
 - Imobilizado: Receitas antes do uso pretendido (alterações ao CPC 27/IAS 16);
 - Referência à Estrutura Conceitual (Alterações ao CPC 15/IFRS 3).
 - Classificação do Passivo em Circulante ou Não Circulante (Alterações ao CPC 26/IAS 1)
 - IFRS 17 Contratos de Seguros.

8 Caixa e equivalentes de caixa

	Controladora		Consolidado	
	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
Caixas	-	-	8.598	9.008
Bancos	195	18	357.249	12.332
Aplicações financeiras	-	-	148.448	83.968
	<u>195</u>	<u>18</u>	<u>514.295</u>	<u>105.308</u>

Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos de caixas e investimentos financeiros com vencimento original de três meses ou menos, a partir da data da contratação, os quais são sujeitos a um risco insignificante de alteração no valor, e são utilizados na gestão das obrigações de curto prazo.

As aplicações financeiras de curto prazo que estão sujeitas a risco insignificante de mudança de valor são representadas por Certificados de Depósito Bancário - CDBs remunerados por taxas que variam aproximadamente em 54% a 100% (87% a 100% em 2019) da variação do Certificado de Depósito Interbancário - CDI.

9 Derivativos

	Controladora		Consolidado	
	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
Contratos de câmbio utilizados para <i>hedge</i>	-	-	11.580	-

Os derivativos corporativos ao VJORA estão sujeitos a taxas de juros de 5.09% a 5.20% e vencem em menos de um ano.

As informações sobre a exposição da Companhia a riscos de crédito e de mercado e sobre a mensuração ao valor justo estão incluídas na nota explicativa 31.

10 Contas a receber

		Controladora		Consolidado	
		<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
Administradora de cartão de crédito	(a)	-	-	828.985	584.887

Duplicatas a receber	-	-	151.018	8.175
Duplicatas a receber - Empresas do grupo (nota 14)	34.524	36.120	-	-
<i>Subtotal</i>	34.524	36.120	980.003	593.062
Provisão para perda esperada	-	-	(3.799)	-
Ajuste a valor presente	-	-	(3.293)	(6.613)
	34.524	36.120	972.911	586.449

- (a) Refere-se ao saldo com administradoras de cartões de crédito que está distribuído em diversas operadoras de cartões. A Companhia possui operações de vendas de recebíveis junto às administradoras de cartão de crédito, sem direito de regresso. Tais operações, em 31 de dezembro de 2020 compõem o saldo de R\$ 4.241 (R\$ 10.905 em 2019) e foram efetuadas para suprir as necessidades de caixa da Companhia.

O valor das comissões sobre as operações de cessão de crédito sem direito de regresso foi reconhecido em despesas financeiras no resultado conforme demonstrado na Nota 30 no montante de R\$ 8.720 em 2020 (R\$ 10.765 em 31 de dezembro de 2019).

A Companhia registra provisão para perda esperada apenas para as operações de distribuição do atacado, por entender que a carteira de recebíveis referente a administradoras de cartão de crédito é líquida e certa, pois os riscos são assumidos pelas administradoras. As movimentações na provisão para perda esperada são constituídas com base na perda histórica, das vendas ao atacado:

	<u>01/01/2020 a</u> <u>31/12/2020</u>
Saldo Inicial	-
Aquisição Física	(2.481)
Constituição (+)	(1.318)
Baixas (-)	-
Saldo Final	<u>(3.799)</u>

	Saldo Contábil Bruto	(%)Taxa média de perda estimada	Provisão para perda esperada	Com Problemas Recuperação
Reserva Especifica	2.019	100,00%	2.019	Sim
Recebíveis de Atacado	456.392	0,39%	1.780	Não
Recebíveis de varejo	521.592	0,00%	-	Não
	<u>980.003</u>		<u>3.799</u>	

A seguir apresentamos o aging list consolidado:

Aging	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
Vencidos acima de 120 dias	1.182	328
Vencidos acima de 90 dias	132	164
Vencidos até 90 dias	112	164
Vencidos até 60 dias	126	37
Vencidos até 30 dias	2.242	757
A vencer até 30 dias	461.832	218.907
A vencer de 31 a 60 dias	221.316	122.887
A vencer de 61 a 90 dias	123.322	91.155
A vencer de 91 a 120 dias	54.088	50.463
A vencer acima de 121 dias	115.651	108.200
TOTAL	<u>980.003</u>	<u>593.062</u>

11 Tributos a compensar – consolidado

	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
ICMS (a)	207.370	79.949
PIS (b)	87.615	55.482
COFINS (b)	402.218	219.988
IRRF	7.300	931
INSS	8.258	6.024
IOF	2	9
ISS	-	5
Ativo circulante	<u>712.763</u>	<u>362.388</u>
ICMS	58.154	13.982
PIS (b)	47.868	68.512
COFINS (b)	314.181	350.951
(-) Redução crédito PIS e COFINS	<u>(72.332)</u>	<u>(97.216)</u>
Ativo não circulante	<u>347.871</u>	<u>336.229</u>
Total a compensar	<u>1.060.634</u>	<u>698.617</u>

- (a) Os créditos de ICMS foram gerados substancialmente nas apurações correntes da Companhia e também por outras naturezas, decorrentes de ICMS Substituição Tributária e próprio decorrentes da Portaria CAT 17, Portaria CAT 158 e Portaria CAT 42 entre outros.

No terceiro trimestre de 2019 houve uma reversão de R\$ 2.825 referente créditos de apurações reconhecidos em duplicidade no exercício de 2018.

- (b) **ICMS na base de cálculo do PIS e COFINS.** - A Companhia e suas controladas ingressaram em 2006 com ações judiciais para pleitear a inconstitucionalidade da inclusão do ICMS na base de cálculo do PIS e da COFINS para o período de 2001 a 2017. Em 15 de março de 2017, em sede de repercussão geral, o STF proferiu decisão favorável ao contribuinte para permitir a exclusão e com base neste entendimento, a Companhia consultou os seus advogados externos que, para a tese, passaram a classificá-la como êxito provável. Para definição sobre o assunto em relação ao passado, o STF – Supremo Tribunal Federal precisa decidir sobre a modulação dos efeitos da decisão. Não obstante esta necessidade, a Companhia e seus advogados externos, com base em todas as decisões de modulação proferidas pelo STF - Supremo Tribunal Federal até o presente momento, entendem que não haverá limitação ao direito de restituição de forma retroativa.

No segundo trimestre de 2019, a Companhia tomou conhecimento do trânsito em julgado de decisão judicial proferida pelo Tribunal Regional Federal da 3ª Região, possibilitando o reconhecimento de R\$ 675.017, em 31 de dezembro de 2019, para o período de 2004 a 2019, com base em informações históricas, obrigações acessórias fiscais e contábeis, em lei aplicável ao caso, assessoria jurídica e com auxílio de consultoria especializada. Dessa forma, o montante foi mensurado com razoável confiabilidade, o montante foi registrado, nas linhas de outras receitas e receita financeira e, nas mesmas linhas, houve o registro de uma provisão no valor de R\$ 72.332, reduzindo do valor do crédito, totalizando desta forma um saldo líquido de R\$ 602.685, por estar no aguardo de uniformização jurisprudencial.

Em 2014, a Fisia pleiteou a exclusão do ICMS da base de cálculo de PIS e COFINS, dos 5 anos anteriores à data da propositura da ação, houve o trânsito em julgado favorável do processo em 06 de junho 2019, o qual foi favorável, base para o reconhecimento dos créditos Fisia – a constituição de créditos tributários decorrente do Mandado de Segurança no 0023325-27.2014.4.03.6100, distribuído, sendo valor da causa atualizado em dezembro de 2020 era de R\$ 285.083.

Ademais, nos termos determinados pelo CPC 25 e com base em avaliações realizadas pelos seus assessores externos, a Companhia considerou ser um ativo não contingente e classificado como “praticamente certo” para a apuração do montante do crédito.

A Administração, iniciou a utilização dos créditos através de pedidos de compensação, em 31 de dezembro de 2020 o saldo dos créditos a serem utilizados era de R\$ 678.696, e a previsão de utilização dos créditos, devido ao efeito da pandemia COVID-19, foi reavaliada, com base na projeção das transações de compras e vendas de mercadorias, e consequentemente, a estimativa do prazo de utilização desses créditos. E tem a expectativa de realização destes créditos conforme quadro abaixo:

	Utilização
Até 12 meses	404.886
De 12 a 24 meses	268.801
De 24 a 36 meses	5.009
Total	678.696

12 Estoques - consolidado

	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
Mercadoria de revenda (lojas)	234.598	294.608
Mercadoria de revenda (Centros de distribuição)	641.278	124.087
Importação em andamento	4.004	5.704
Almoxarifado	5.439	4.145
Outros	5.461	-
	<u>890.780</u>	<u>428.544</u>

Movimentação de provisão para perdas

	<u>01/01/2020 a 31/12/2020</u>	<u>01/01/2019 a 31/12/2019</u>
Saldo inicial	(11.604)	(10.882)
Aquisição Física	(13.693)	-
Adição	(26.195)	(26.088)
Perdas efetivas nos estoques	21.257	25.366
Saldo Final	<u>(30.235)</u>	<u>(11.604)</u>

A Companhia registrou constituição para provisão de R\$ 26.195 no custo de revenda de mercadorias em 31 de dezembro de 2020 (R\$ 26.088 em 31 de dezembro de 2019). A provisão de R\$ 30.235 (R\$ 11.604 em 31 de dezembro de 2019) é classificada como redutora de mercadoria para revenda tendo como base a rotatividade dos produtos. O montante de R\$ 21.257 (R\$ 25.366 em 31 de dezembro de 2019) representa as perdas efetivas, baixado das rubricas mercadoria para revenda e provisão.

13 Ativo fiscal diferido - consolidado

O saldo de impostos diferidos tem a seguinte origem:

	<u>Ativos</u>		<u>Passivos</u>		<u>Líquido</u>	
	<u>2020</u>	<u>2019</u>	<u>2020</u>	<u>2019</u>	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Prejuízo fiscal e base negativa	202.426	157.367	-	-	202.426	157.367
Provisões gerais e contingências	113.591	101.933	-	-	113.591	101.933
Provisões efeito ajuste a valor presente	1.874	3.461	-	-	1.874	3.461
Provisão para estoques	5.369	3.945	-	-	5.369	3.945
Provisão de bônus	848	10.936	-	-	848	10.936
Depreciação	56.950	30.931	(22.166)	(13.678)	34.784	17.253
Ágio	71.050	71.050	(47.367)	(33.156)	23.683	37.894
Créditos tributários (PIS/COFINS)	-	-	-	(196.452)	-	(196.452)

Lucro nos estoques	71.375	86.309	-	-	71.375	86.309
Imposto de renda diferido ativo (passivo)	523.483	465.932	(69.533)	(243.286)	453.950	222.646
Montante passível de compensação	(69.533)	(243.286)	69.533	243.286	-	-
Imposto líquido (ativos) passivos	453.950	222.646	-	-	453.950	222.646

(*) Efeito da depreciação sobre os arrendamentos – direito de uso.

A Companhia preparou um estudo técnico para suportar a realização desses impostos diferidos nos próximos anos. Para o estudo técnico foram considerados os seguintes fatores:

Principais premissas utilizadas nas projeções de resultados para uso do ativo fiscal diferido

As principais premissas utilizadas no cálculo da projeção de resultados são o prazo de projeção, a taxa de crescimento da receita e ganho de margem EBITDA anual, conforme abaixo:

Prazo de projeção

O estudo preparado pela Companhia mostrou ser possível a utilização do ativo no período demonstrado no quadro abaixo, dado sua experiência e capacidade de gestão, bem como visibilidade dos projetos estratégicos para a Companhia.

A previsão de realização dos impostos diferidos está representada abaixo (consolidado):

Ano	31/12/2020
2021	18.480
2022	30.770
2023	35.438
2024	42.389
2025	61.442
2026	69.267
2027	17.461
2028	16.379
2029	162.324
	453.950

Taxa de crescimento da receita

Foi utilizado uma premissa de crescimento pela inflação e PIB projetados, bem como um crescimento adicional para os anos de copa do mundo, resultando em um crescimento médio de 13,4% a.a.

Ganho de margem EBITDA

Foi considerado um aumento de margem EBITDA baseado na diluição de despesas fixas da Companhia, tanto de vendas como administrativas, resultando em um ganho de 0,13% a.a. para o período

Análise de sensibilidade das premissas

O valor previsto de lucro é suficiente para o uso total do ativo fiscal diferido contábil de R\$ 453.950, a Companhia efetuou teste de sensibilidade considerando a taxa máxima de desconto de 9,4% ao ano, a fim de demonstrar que nesse cenário a realização do ativo fiscal diferido não sofreria impacto quanto comparado com a projeção e estudo técnico elaborado.

A Administração identificou duas premissas principais as quais alterações razoavelmente possíveis podem acarretar no fato de o valor contábil ser superior ao valor recuperável.

Ativos fiscais diferidos não reconhecidos

Não houve ativos fiscais diferidos que não foram reconhecidos para os seguintes itens, pois é provável que lucros tributáveis futuros estejam disponíveis para que a Companhia possa utilizar seus benefícios.

Movimento das diferenças temporárias

A conciliação da despesa consolidada de imposto de renda e contribuição social está descrita a seguir:

	Saldo em 31/12/2019	Reconhecidos no resultado	ágio	Utilização imposto corrente	Saldo final em 31/12/2020
Prejuízo fiscal e base negativa	157.367	97.387	7.106	(59.434)	202.426
Provisões gerais e contingências	101.933	11.658	-	-	113.591
Provisões efeito ajuste a valor presente	3.461	(1.587)	-	-	1.874
Provisão para estoques	3.945	1.424	-	-	5.369
Provisão de bônus	10.936	(10.088)	-	-	848
Depreciação	17.253	17.531	-	-	34.784
Ágio	37.894	-	(14.211)	-	23.683
Créditos tributários (PIS/COFINS)	(196.452)	196.452	-	-	-
Lucro nos estoques	86.309	(14.934)	-	-	71.375
Imposto líquido ativo (passivo)	222.646	297.843	(7.105)	(59.434)	453.950

A conciliação da despesa de imposto de renda e contribuição social está descrita a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
(Prejuízo) Lucro antes dos impostos	(125.375)	301.885	(201.957)	407.314
Alíquota fiscal	34%	34%	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social pela alíquota combinada	42.628	(102.641)	68.665	(138.487)
Adições permanentes:				
Despesas não dedutíveis	(1.500)	-	(5.437)	(21.572)
Exclusões permanentes:				
Estorno de provisões	-	-	27.009	18.468
Outros itens:				
Efeito no resultado de equivalência patrimonial	(28.507)	110.132	-	-
IRPJ e CSLL de anos anteriores reconhecidos no ano corrente	-	-	(755)	43.963
Outros	-	795	(330)	41
Imposto de renda e contribuição social	12.621	8.286	89.152	(97.587)
Imposto de renda e contribuição social corrente no resultado do exercício				
Corrente	-	-	(208.691)	(42.905)
Diferido	12.621	8.286	297.843	(54.682)
Alíquota efetiva	-10,07%	2,74%	44,14%	23,96%

14 Partes relacionadas

As transações com partes relacionadas compreendem operações comerciais de compra, venda, locação e empréstimos por mútuo com empresas relacionadas com operações complementares, com os quais a Companhia mantém contratos na forma da legislação vigente.

Os termos e condições dessas transações não foram mais favoráveis que aqueles disponíveis, ou que razoavelmente espera-se que estivessem disponíveis, em transações semelhantes em condições usuais de mercado com entidades não relacionadas ao pessoal chave da Administração.

Controladora

Outros créditos e outras contas a pagar referem-se a conta corrente com empresas controladas, sem vencimento e atualização monetária, formado como segue:

Ativo circulante - Contas a receber	31/12/2020	31/12/2019
SBF Comércio de Produtos Esportivos S.A.	3.078	5.674
Store Engenharia e Instalações Ltda.	24.413	21.013
VBLOG Logística e Transporte Ltda.	-	2.400
Pine Adm. de Bens e Participações Ltda.	7.033	7.033
	34.524	36.120
Adiantamento para futuro aumento de capital em controlada (*)	-	668.335

Os valores da controladora estão sendo apresentados na nota 10, contas a receber.

(*) Em abril de 2019, a Companhia recebeu os valores correspondente ao lançamento das ações de mercado de capitais, dos valores recebidos, a Administração transferiu o montante R\$ 668.335 da empresa controladora Grupo SBF, para a empresa operacional SBF Comércio visando a aplicação do investimento, como AFAC – Adiantamento para Futuro Aumento de Capital.

Passivo circulante - Contas a pagar	31/12/2020	31/12/2019
SBF Comércio de Produtos Esportivos S.A.	87.470	29.464
VBLOG Logística e Transporte Ltda.	9.593	18.893
	97.063	48.357

Transações comerciais

Operações compra e venda de mercadorias e fretes - As empresas SBF Comércio, Premier e Fisia efetuam operações de compra e venda com intuito de otimizar a distribuição das mercadorias do centro de distribuição para as lojas em todo o Brasil. A empresa Vblog Logística é responsável pelo transporte destas mercadorias e também efetua transações comerciais de prestação de serviço de frete entre estas empresas do Grupo, Existe um contrato assinado entre a SBF e o Vblog, cujo prazo é indeterminado e o preço de mercado é praticado utilizando a tabela de frete para os segmentos determinados.

Alugueis - A empresa SBF Comércio efetua uma operação de sublocação para as empresas Vblog Logística e Store Engenharia do armazém localizado em Extrema-MG. O prazo do arrendamento é válido até 2033 e o valor da transação é determinado pelo valor de mercado, com base nos m2 (metros quadrados) utilizados.

Rateio administrativo - A empresa SBF Comércio possui um contrato de compartilhamento de despesas comuns entre as empresas Premier Distribuidora, Vblog Logística e Lione Comércio.

Os dispositivos do contrato são revisados anualmente. Os rateios baseiam-se em despesas efetivamente incorridas e em critérios consistentes ao longo dos períodos.

Os valores descritos acima são demonstrados no quadro a seguir:

Transações eliminadas na consolidação

	Contas a Receber		Contas a Pagar	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Grupo SBF S.A	34.524	36.120	97.063	48.357
SBF Comércio de Produtos Esportivos S.A.	2.708.769	1.331.421	2.423.549	1.134.712
Premier Distrib. de Vest. Equiptos e Acess. Ltda.	2.314.286	1.070.659	2.589.156	1.208.853
Fisia Comércio de Produtos Esportivos Ltda.	172.845	-	-	-
VBLOG Logística e Transporte Ltda.	110.372	77.118	99.337	64.417
Lione Comércio de Art. Esportivos Ltda	-	300	47.893	38.122
Pine Adm. de Bens e Participações Ltda.	6.883	6.890	7.033	7.033
Store Engenharia e Instalações Ltda.	-	-	24.414	21.014
	5.347.679	2.522.508	5.347.679	2.522.508

	Compras		Vendas	
	01/01/2020 a 31/12/2020	01/01/2019 a 31/12/2019	01/01/2020 a 31/12/2020	01/01/2019 a 31/12/2019
SBF Comércio de Produtos Esportivos S.A.	(1.418.689)	(1.976.944)	1.383.376	1.939.488
Premier Distrib. de Vest. Equiptos e Acess. Ltda.	(1.383.376)	(1.939.488)	1.399.670	1.976.944
Fisia Comércio de Produtos Esportivos Ltda.	-	-	19.019	-
	(2.802.065)	(3.916.432)	2.802.065	3.916.432

	Fretes e Carretos		Aluguéis		Rateio administrativo	
	01/01/2020 a 31/12/2020	01/01/2019 a 31/12/2019	01/01/2020 a 31/12/2020	01/01/2019 a 31/12/2019	01/01/2020 a 31/12/2020	01/01/2019 a 31/12/2019
Grupo SBF S.A	-	-	-	-	-	-
SBF Comércio de Produtos Esportivos S.A.	(34.799)	(31.387)	34	28	(66.881)	(86.641)
Premier Distrib. de Vest. Equiptos e Acess. Ltda.	-	-	-	3	23.804	33.770
VBLOG Logística e Transporte Ltda.	34.799	31.387	(23)	(21)	43.077	47.035
Lione Comércio de Art. Esportivos Ltda	-	-	-	-	-	5.836
Store Engenharia e Instalações Ltda.	-	-	(11)	(10)	-	-
	-	-	-	-	-	-

Locação - A empresa VBF Empreendimentos pertence ao acionista da Companhia Sebastião Vicente Bomfim Filho. Os principais imóveis locados são o armazém utilizado como Centro de Distribuição em Extrema-MG, com o período de vigência de 17 de março de 2008 a 16 de março de 2033 e o imóvel da Rua Hugo D'Antola utilizado como Centro Administrativo em São Paulo-SP, com período de vigência de 2 de junho de 2005 a 1º de junho de 2025. Os dois contratos possuem cláusula de renovação automática por mais 20 anos. As despesas abaixo destacadas são decorrentes do pagamento de aluguéis durante o exercício

Estas transações de locação possuem vínculo contratual com vencimento mensal no quinto dia útil. Caso ocorram pagamentos em atraso há incidência de multa mais juros de 1% ao mês somada a correção monetária baseada no índice IGPM.

Resultado – Despesas	31/12/2020	31/12/2019
VBLOG Logística e Transportes	26	25
Premier Distrib. de Vest. Equipos e Acess. Ltda.	42	40
SBF Comércio de Produtos Esportivos S.A.	15.608	15.481
	15.676	15.546

a. Remuneração ao pessoal-chave da Administração

A remuneração aos Administradores é realizada através de salários, pró-labore mensal e bônus e estão contabilizadas na rubrica “Despesas gerais e administrativas” nas demonstrações do resultado.

	31/12/2020		31/12/2019	
	Conselho de administração	Administração executiva	Conselho de administração	Administração executiva
Salários e pró labore	5.354	6.910	5.616	6.034
Participação nos lucros e resultados	-	5.908	-	5.772
Pagamento baseado em ações	585	14.810	-	10.043
	5.939	27.628	5.616	21.849

15 Depósitos judiciais e provisões para contencioso - consolidado

Depósitos judiciais

A Companhia é parte envolvida em ações tributárias, cíveis e trabalhistas em andamento e está discutindo estas questões, tanto na esfera administrativa quanto na judicial, as quais, quando aplicável, são amparadas por depósitos judiciais.

As movimentações do saldo de depósitos e bloqueios judiciais durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2020 estão demonstradas no quadro abaixo:

	Saldo inicial em 01/01/2020	Adições	Baixas	Reversões	Aquisição Física	Saldo final em 31/12/2020
Depósitos judiciais	67.639	25.438	(27)	(5.852)	2.911	90.109
Depósitos judiciais - Rendimentos	28.506	2.590	(463)	(49)	-	30.584
Bloqueio Judicial - Trabalhista	9.143	1.219	(3.779)	(1.525)	-	5.058
Total	105.288	29.247	(4.269)	(7.426)	2.911	125.751

As movimentações do saldo de depósitos judiciais durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2019 estão demonstradas no quadro abaixo:

	Saldo inicial em 01/01/2019	Adições	Baixas	Reversões	Saldo final em 31/12/2019
Depósitos judiciais	68.471	23.941	(13.328)	(11.445)	67.639
Depósitos judiciais - Rendimentos	30.895	3.940	(6.329)	-	28.506
Bloqueio Judicial - Trabalhista	19.385	4.156	(13.458)	(940)	9.143
Total	118.751	32.037	(33.115)	(12.385)	105.288

As adições representam novos depósitos judiciais e atualizações monetárias, as baixas representam processos onde a Companhia perdeu ação judicial e os depósitos foram resgatados pela parte contrária que demandaram as ações e as reversões representam os processos onde houve ganho de causa para a Companhia.

Provisões para contencioso

As movimentações do saldo das provisões para contencioso para o exercício findo em 31 de dezembro de 2020 estão demonstradas no quadro abaixo:

	Saldo inicial em 01/01/2020	Adições	Pagamentos	Reversões	Aquisição Fisica Contingências não restituível (*)	Aquisição Fisica	Saldo final em 31/12/2020
Cível / Consumidor (a)	2.601	13.855	(3.633)	-	-	764	13.587
Trabalhistas (b)	33.962	11.821	(11.916)	(1.852)	1.899	3.935	37.849
Tributário (c)	435.801	42.725	-	(8.783)	25.956	-	495.699
Total	472.364	68.401	(15.549)	(10.635)	27.855	4.699	547.135

(*) Provisão conforme combinação de negócios das operações da Fisica, nota explicativa nº 3

As movimentações das provisões para contencioso para o exercício findo em 31 de dezembro de 2019 estão demonstradas no quadro abaixo:

	Saldo inicial em 01/01/2019	Adições	Pagamentos	Reversões	Saldo final em 31/12/2019
Cível / Consumidor (a)	2.679	1.666	(1.742)	(2)	2.601
Trabalhistas (b)	44.234	14.505	(20.731)	(4.046)	33.962
Tributário (c)	207.548	229.409	(1.156)	-	435.801
Total	254.461	245.580	(23.629)	(4.048)	472.364

As adições representam novas ações provisionadas com risco de perda provável e atualizações monetárias, os pagamentos representam processos onde a Companhia perdeu ação judicial e as reversões representam processos onde houve ganho de causa para a Companhia ou quando houve alteração na classificação de risco de perda entre os períodos (mudança de risco de perda provável para risco de perda possível ou remota).

a. *Processos de natureza cível / consumidor*

São processos que envolvem as relações de consumo das lojas físicas e e-commerce. Os principais objetos são atraso ou ausência de entrega de produtos, cobrança indevida, produto em falta no estoque, entre outros.

Em 31 de dezembro de 2020, a Companhia possui R\$ 13.587 (R\$ 2.601 em dezembro 2019) do montante discutido em sua carteira de processos de consumidor provisionado, sendo que o montante não provisionado refere-se aos valores com chances de perda possível de R\$ 44.547 (R\$ 31.694 em dezembro 2019) baseado em precedentes e/ou jurisprudências e a opinião dos assessores jurídicos da Companhia.

b. *Processos de natureza trabalhista*

Os principais objetos em discussão versam sobre pedidos que envolvem jornada, equiparação salarial, danos morais, verbas rescisórias entre outros.

Em dezembro de 2020, a Companhia possui R\$ 35.950 (R\$ 33.962 em dezembro de 2019) do montante discutido em sua carteira de processos trabalhistas provisionado, sendo que o montante não provisionado refere-se aos valores com chances de perda possível de R\$ 79.813 (R\$ 71.244 em dezembro de 2019) baseado em precedentes e/ou jurisprudências.

Contingências não restituíveis

Conforme nota explicativa nº 3, durante as negociações da aquisição foram observadas contingências trabalhistas e tributárias classificadas como perda possível, conforme análise dos assessores jurídicos da Companhia. Sendo assim, nos termos do CPC 15 - combinação dos negócios, estas contingências devem ser provisionados para fins de alocação de preço assumidas pela Companhia em decorrência do Contrato de Aquisição da operação Fisica, totalizando um valor de R\$ 1.899, que será mantida até a sua resolução na empresa controlada.

c. *Processos de natureza tributária*

Processos com risco de perda provável

Em dezembro de 2020, o total de débitos tributários que são classificados como perda provável, perfazem o montante de R\$ 469.743 (R\$ 435.801 em 31 de dezembro de 2019).

Os valores mais expressivos envolvem a cobrança de ICMS pelo fato do Fisco de São Paulo não ter reconhecido o transito de algumas mercadorias, somados a multa majorada e juros, os quais são hoje discutidos na esfera administrativa e judicial e discussão administrativa acerca do recolhimento do IPI na venda de produtos importados.

Também há discussão perante o Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais, sobre eventuais saídas de mercadorias desacompanhadas de notas fiscais, ocasionada por suposto lapso operacional no momento da cisão em 2005. Há outras discussões acerca da classificação de mercadoria, ICMS Substituição tributária e créditos de ICMS no Estado da Bahia e multa punitiva federal.

Contingências não restituíveis

Conforme nota explicativa nº 3, durante as negociações da aquisição foram observadas contingências trabalhistas e tributárias classificadas como perda possível, conforme análise dos assessores jurídicos da Companhia. Sendo assim, nos termos do CPC 15 - combinação dos negócios, estas contingências devem ser provisionados para fins de alocação de preço assumidas pela Companhia pelo Contrato de Aquisição da operação da Fisica, totalizando um valor de R\$ 25.956, que será mantida até a sua resolução na empresa controlada.

Processos com risco de perda possível

Processos federais

Os processos federais em que as empresas do Grupo figuram no polo passivo e ativo (com eventuais chances de contingência), estão classificados como perda possível no montante de R\$ 313.790 (R\$ 310.277 em dezembro de 2019), conforme avaliação dos advogados, diante da existência de defesa baseada em jurisprudência e doutrina.

Imposto	31/12/2020	31/12/2019
FGTS (a)	88.151	84.832
PIS/COFINS/IRPJ e CSLL (b)	84.750	82.071
IRPJ e CSLL (c)	96.510	93.272
IPI (d)	169	25.596
PIS / COFINS (e)	19.816	5.114
IOF (f)	7.271	7.105
INSS (g)	599	589
Outros (h)	16.524	11.698
Total	313.790	310.277

- (a) **FGTS** - Discute-se eventual falta de depósito do FGTS mensal e rescisório para colaboradores listados pelo Ministério do Trabalho e Emprego, do período de julho 2004 a 2017, no montante de R\$ 88.151 (R\$ 84.832 em 2019).
- (b) **PIS/COFINS/IRPJ e CSLL** - Existem discussões no montante de R\$ 7.675 (R\$ 7.554 em 2019) referente à eventual falta de pagamento por suposta desconsideração de escrita contábil, bem como a discussão no montante de R\$ 26.289 (R\$ 26.289 em 2019) por declarações retificadas e ainda não homologadas pela RFB. Existe também a discussão no montante de R\$ 49.322 (R\$ 48.228 em 2019) decorrentes da cobrança de IRPJ e CSLL, referente às exclusões de valores no ano-calendário de 2014 a título de incentivos fiscais dos Estados da Paraíba e Minas Gerais e cobrança por creditamento de PIS e COFINS sobre insumos considerado indevido pela RFB. Discute-se, ainda, o montante de R\$ 1.464 referente à multa agravada.
- (c) **IRPJ e CSLL** - A Companhia discute o montante de R\$ 28.086 (R\$ 27.583 em 2019), por eventual falta de pagamento do IRPJ e CSLL decorrentes das exclusões de valores nos anos-calendário de 2009, 2010 e 2011 a título de incentivos e dos ajustes de estoque, ocorridos nos exercícios de 2009 e 2010. Discute também o montante de R\$ 66.237 (R\$ 64.590 em 2019), por eventual falta de pagamento de IRPJ e CSLL, decorrente de exclusões de valores da base de cálculo no ano de 2015 a título de incentivos. Discute-se o montante de R\$ 2.008 (R\$ 968 em 2019), referente a divergências apuradas por não homologação de pedidos de compensação, as demais discussões perfazem o montante de R\$ 179 (R\$ 131 em 2019).
- (d) **IPI** – Existe discussão no montante de R\$ 169 (R\$ 165 em 2019) por conta de suposta falta de recolhimento de IPI e Multa por suposto enquadramento incorreto na Tabela de Incidência do Imposto sobre Produtos Industrializados.
- (e) **PIS/COFINS** Discute-se o montante de R\$ 5.247 (R\$ 5.114 em dezembro de 2019), referente a divergências apuradas de PIS/COFINS por alegadas faltas de pagamentos e multa pela não homologação de pedidos de compensação, em relação a discussão dos incentivos fiscais das competências de 2009 a 2011, considerados como subvenção para investimento e possibilidade de dedução da base de cálculo houve êxito no processo administrativo. Tem-se ainda o montante de R\$ 34 decorrentes de compensação não homologada em relação a créditos de 2008. Por fim, foram adicionadas discussões no montante de R\$ 14.535 acerca de compensações não homologadas realizadas entre 2015 e 2017, em razão de suposta divergências nas declarações da companhia.
- (f) **IOF** – Discute-se eventual falta de pagamento de imposto sobre operações financeiras entre empresas do mesmo grupo econômico no montante de R\$ 7.271 (R\$ 7.105 em 2019), do período de 2014 e 2015.
- (g) **INSS** - Discute-se eventual falta de pagamento de contribuição previdenciária diante de divergência em GFIP, no montante de R\$ 599 (R\$ 589 em 2019).
- (h) **Outros** - Discute-se multa isolada em razão de não homologação de pedido de compensação e multa por estimativa de IRPJ, CSLL, PIS e II, multas relacionadas a Antidumping, entre outras discussões, que perfazem o montante de R\$ 16.524 (R\$ 11.698 em 2019).

Processos Estaduais

A Companhia é parte integrante de processos tributários na esfera administrativa e judicial relativos às discussões sobre ICMS. Com base na avaliação e recomendação dos advogados externos, consideradas as perspectivas de êxito na discussão do mérito de cada processo, a

Administração da Companhia decidiu por constituir provisão em valor suficiente para fazer frente a eventuais perdas oriundas do resultado final do julgamento dos processos. Os honorários dos advogados patrocinadores das causas foram devidamente provisionados.

Além dos valores já provisionados acima mencionados, em dezembro de 2020, a Companhia possui 17,9% (22,8% em dezembro de 2019) da sua carteira de processos tributários estaduais classificados como perda possível pelos seus advogados. Tratam-se de processos de ICMS decorrentes de autuação pelas Secretarias de Fazenda Estaduais, sendo as principais dos Estados de São Paulo, Paraíba, Minas Gerais, Rio Grande do Norte, Rio de Janeiro, Bahia, Ceará, Pernambuco, Amazonas, Maranhão, no montante de R\$ 365.218 (R\$ 442.869 em 2019), e que as teses de defesa se baseiam em precedentes e/ou jurisprudências favoráveis.

Os processos administrativos e judiciais de maior relevância têm como objeto suposta falta de pagamento, creditamento ou aproveitamento indevido do imposto, descumprimento ou erro em obrigação acessória e transferência de saldo credor nas apurações realizadas pela Companhia considerada como indevida pelo Fisco.

Processos Municipais

A Companhia possui, ainda, processos municipais, que somam, em dezembro de 2020, o montante de R\$ 4.650 (R\$ 932 em Dez/2019), e estão classificados como perda possível pelos seus advogados externos. A principal discussão refere-se à cobrança de ISS pelo Município de Extrema – MG para os exercícios de 2014 a 2016.

16 Investimentos e passivo a descoberto em controladas

	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
SBF Comércio de Produtos Esportivos S.A.	1.067.213	803.359
Fisia Comércio de Produtos Esportivos Ltda.	1.693.674	-
VBLOG Logística e transportes Ltda.	(1.590)	361
Store Engenharia e Instalações Ltda.	(237.080)	(229.868)
Pine Adm. De Bens e Participações Ltda.	(76.412)	(67.653)
Outros	(29.457)	-
Total	<u>2.416.348</u>	<u>506.199</u>
	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
Composição		
Investimento	2.731.430	803.720
Passivo a descoberto em controladas	(315.082)	(297.521)
Total	<u>2.416.348</u>	<u>506.199</u>

A movimentação dos investimentos no exercício é apresentada a seguir:

Saldo de Investimento em 31 de dezembro de 2018	<u>194.057</u>
Resultado de equivalência patrimonial do exercício	323.915
Gastos com emissões de ações em controlada	(15.310)
Aumento de participação em controladas diretas	3.537
Saldo de Investimento em 31 de dezembro de 2019	<u>506.199</u>

Resultado de equivalência patrimonial do exercício	(83.844)
Aquisição Física	1.678.714
Integralização do AFAC em controlada	1.530.972
Redução de capital SBF Comércio	(1.199.550)
Redução de participação em controladas diretas	(1.996)
Alocações ativos e passivos – aquisição Física	(27.947)
Amortizações ativos e passivos – aquisição Física	(1.510)
Outras movimentações	15.310
Saldo de Investimento em 31 de dezembro de 2020	<u>2.416.348</u>

As demonstrações financeiras das controladas estão apresentadas a seguir:

Investimento	SBF Comércio	VBLOG Logística	Store Engenharia	Pine Participações*	Fisia Comércio	Total
Ativo	6.677.464	122.849	66.790	6.905	1.949.881	8.823.889
Passivo	5.471.300	120.425	303.870	83.317	256.207	6.235.119
Patrimônio líquido	1.206.164	2.424	(237.080)	(76.412)	1.693.674	2.588.770
Lucro Intercompany	(138.551)	(4.030)	-	-	-	(142.581)
Participação	99,9625%	99,0000%	100,0000%	99,9999%	100,0000%	
Investimento	<u>1.067.213</u>	<u>(1.590)</u>	<u>(237.080)</u>	<u>(76.412)</u>	<u>1.693.674</u>	<u>2.445.805</u>
Lucro (Prejuízo)	(112.225)	(164)	(4.890)	(8.759)	14.959	(111.079)
Lucro Intercompany	28.991	(1.807)	-	-	-	27.184
Participação	99,9625%	99,0000%	100,0000%	99,9999%	100,0000%	
Equivalência patrimonial	<u>(83.203)</u>	<u>(1.951)</u>	<u>(4.890)</u>	<u>(8.759)</u>	<u>14.959</u>	<u>(83.844)</u>

(*) Já considera os efeitos de eliminação do lucro nos estoques no cálculo da equivalência patrimonial.

17 Ativo Imobilizado – consolidado

	Taxa anual de depreciação (%)	Custo	Depreciação acumulada	31/12/2020	31/12/2019
Computadores e periféricos	20	148.328	(105.873)	42.455	33.068
Máquinas, equipamentos e ferramentas	10	67.235	(47.121)	20.114	21.699
Móveis e utensílios	10	198.408	(108.071)	90.337	73.197
Veículos	20	5.248	(5.131)	117	257
Benfeitorias em imóveis de terceiros	5	627.590	(269.004)	358.586	324.218
Construções em andamento	(a)	4.887	-	4.887	-
		<u>1.051.696</u>	<u>(535.200)</u>	<u>516.496</u>	<u>452.439</u>

A movimentação do imobilizado, no exercício de 1º de janeiro a 31 de dezembro de 2020, está demonstrada no quadro a seguir:

	Saldo inicial em 01/01/2020	Adições	Baixas	Transferências entre rubricas	Aquisição Fisia	Saldo final em 31/12/2020
Computadores e periféricos	108.049	1.251	(618)	21.643	18.003	148.328
Máquinas, equipamentos e ferramentas	59.561	877	(2.811)	657	8.951	67.235
Móveis e utensílios	149.110	917	(8.038)	24.475	31.944	198.408
Veículos	5.248	-	-	-	-	5.248
Benfeitorias em imóveis de terceiros	528.752	219	(17.083)	56.318	59.384	627.590
Construções em andamento (a)	-	103.215	-	(103.093)	4.765	4.887
Custo do imobilizado	<u>850.720</u>	<u>106.479</u>	<u>(28.550)</u>	<u>-</u>	<u>123.047</u>	<u>1.051.696</u>
Computadores e periféricos	(74.981)	(16.003)	574	-	(15.463)	(105.873)
Máquinas, equipamentos e ferramentas	(37.862)	(4.566)	2.435	-	(7.128)	(47.121)
Móveis e utensílios	(75.913)	(12.844)	6.297	-	(25.611)	(108.071)
Veículos	(4.991)	(140)	-	-	-	(5.131)

Benfeitorias em imóveis de terceiros	(204.534)	(27.046)	7.454	-	(44.878)	(269.004)
Depreciação	(398.281)	(60.599)	16.760	-	(93.080)	(535.200)
Total do imobilizado líquido	452.439	45.880	(11.790)	-	29.967	516.496

(a) O saldo de construções em andamento refere-se aos projetos de lojas que estão sendo reformadas. Os saldos são transferidos para as respectivas contas contábeis a medida que as obras se encerram e as lojas são inauguradas.

A movimentação do imobilizado, no exercício de 1º de janeiro a 31 de dezembro de 2019, está demonstrada no quadro a seguir:

	Saldo inicial em 01/01/2019	Adições	Baixas	Transferências	Saldo final em 31/12/2019
Computadores e periféricos	109.959	1.537	(14.332)	10.885	108.049
Máquinas, equipamentos e ferramentas	53.198	2.367	(2.314)	6.310	59.561
Móveis e utensílios	124.602	3.662	(5.694)	26.540	149.110
Veículos	5.854	-	(606)	-	5.248
Benfeitorias em imóveis de terceiros	516.597	4.678	(12.115)	19.592	528.752
Construções em andamento (a)	-	63.327	-	(63.327)	-
Custo do imobilizado	810.210	75.571	(35.061)	-	850.720
Computadores e periféricos	(74.568)	(14.619)	14.169	37	(74.981)
Máquinas, equipamentos e ferramentas	(35.698)	(4.072)	1.909	(1)	(37.862)
Móveis e utensílios	(69.896)	(10.212)	4.170	25	(75.913)
Veículos	(5.240)	(357)	606	-	(4.991)
Benfeitorias em imóveis de terceiros	(176.789)	(32.563)	4.879	(61)	(204.534)
Depreciação	(362.191)	(61.823)	25.733	-	(398.281)
Total do imobilizado líquido	448.019	13.748	(9.328)	-	452.439

Avaliação de impairment

De acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 1 (IAS 36), os itens do ativo imobilizado e intangível, que apresentem sinais de que seus custos registrados são superiores aos seus valores de recuperação, são revisados anualmente para determinar a necessidade de provisão para redução do saldo contábil a seu valor de realização. A menor unidade geradora de caixa determinada pela Companhia para avaliar a recuperação dos ativos tangíveis e intangíveis corresponde a cada uma de suas lojas. A Administração não identificou mudanças de circunstâncias ou sinais de obsolescência tecnológica, bem como evidências de que seus ativos utilizados em suas operações não são recuperáveis perante seu desempenho operacional e financeiro e, concluiu que, em 31 de dezembro de 2020, não existiam indícios relevantes de perda na recuperação dos seus ativos e portanto não existia necessidade de registrar qualquer provisão para perda.

18 Intangível - consolidado

	Taxa anual de amortização (%)	Custo	Amortização acumulada	31/12/2020	31/12/2019
Fundo de comércio	Conforme contrato	16.692	(11.463)	5.229	3.497
Software	20	265.150	(129.769)	135.381	114.086
Marcas direito e patente	10	43	(43)	-	2
Contrato de distribuição	10	166.408	(1.317)	165.021	-
Software em andamento	-	-	-	-	-
		281.885	(142.662)	305.631	117.585

A movimentação do intangível, no exercício de 1º de janeiro a 31 de dezembro de 2020, está demonstrada no quadro a seguir:

	<u>Saldo inicial em 01/01/2020</u>	<u>Adições</u>	<u>Baixas</u>	<u>Transferência entre rubricas</u>	<u>Aquisição Física</u>	<u>Saldo final em 31/12/2020</u>
Fundo de comércio	14.452	2.842	(602)	-	-	16.692
Software	199.163	201	(16)	58.285	7.517	265.150
Marcas direito e patente	43	-	-	-	-	43
Software em andamento	-	58.285	-	(58.285)	-	-
Contrato de distribuição	-	166.408	-	-	-	166.408
Custo do intangível	213.658	227.736	(618)	-	7.517	448.293
Fundo de comércio	(10.955)	(729)	221	-	-	(11.463)
Software	(85.077)	(37.752)	1	-	(6.941)	(129.769)
Marcas direito e patente	(41)	(2)	-	-	-	(43)
Contrato de distribuição	-	(1.387)	-	-	-	(1.387)
Amortização	(96.073)	(39.870)	222	-	(6.941)	(142.662)
Total do intangível líquido	117.585	187.866	(396)	-	576	305.631

A movimentação do intangível, no exercício de 1º de janeiro a 31 de dezembro de 2019, está demonstrada no quadro a seguir:

	<u>Saldo inicial em 01/01/2019</u>	<u>Adições</u>	<u>Baixas</u>	<u>Transferência entre rubricas</u>	<u>Saldo final em 31/12/2019</u>
Fundo de comércio	13.303	2.500	(1.351)	-	14.452
Software	156.648	438	(21)	42.098	199.163
Marcas direito e patente	46	-	(3)	-	43
Software em andamento	-	42.098	-	(42.098)	-
Custo do intangível	169.997	45.036	(1.375)	-	213.658
Fundo de comércio	(11.352)	(452)	849	-	(10.955)
Software	(54.036)	(31.062)	21	-	(85.077)
Marcas direito e patente	(37)	(9)	5	-	(41)
Amortização	(65.425)	(31.523)	875	-	(96.073)
Total do intangível líquido	104.572	13.513	(500)	-	117.585

Conciliação de fluxo de caixa

	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
Depreciação de imobilizado	60.599	61.823
Amortização de intangível	39.870	31.523
Depreciação de arrendamento mercantil	139.443	122.811
Despesas de depreciação e amortização na demonstração do fluxo de caixa	239.912	216.157
Despesa com depreciação - despesas com vendas	172.218	156.316
Despesa com depreciação - despesas gerais e administrativas	56.729	47.973
Total	228.947	204.289

A diferença entre os valores apresentados nas movimentações dos ativos imobilizados, intangíveis e ativo de direito de uso (notas 17, 18 e 19) em relação as despesas com depreciação apresentadas na nota explicativa 29 nos montantes de R\$ 10.965 em 2020 (R\$ 11.868 em 2019) refere-se aos efeitos de PIS e COFINS que estão sendo apresentados na linha de despesas com impostos na demonstração do resultado do exercício.

19 Operações de arrendamento

A Companhia possui contratos de aluguel (arrendamento operacional) para os imóveis de sua sede administrativa, centros de distribuição e lojas, com prazos médios entre 10 a 25 anos e opção de renovação. Estes contratos são abrangidos pelo pronunciamento técnico do CPC 06 (R2) Operações de Arrendamento Mercantil.

A Companhia optou por não avaliar seus ativos com os benefícios concedidos em contrato de arrendamento relacionados à COVID-19, aplicando assim a norma CPC 06 R2, alterado pela Deliberação da CMV nº 859/20, como se a mudança não fosse uma modificação do contrato de arrendamento. Em 31 de Dezembro de 2020 estes benefícios resultaram em um montante de R\$ 47.096 reconhecido no resultado da Companhia.

Ativo de direito de uso

A movimentação do ativo de direito de uso no período de 1º de janeiro a 31 de dezembro de 2020, está demonstrada no quadro a seguir:

Ativo - Direito de Uso	Consolidado		
	Arrendamento	Veículos	Total
Saldo inicial em 01/01/2020	1.132.892	4.911	1.137.803
(+/-) Novos contratos e Remensuração	164.510	1.049	165.559
Aquisição Física	11.240	1.197	12.437
(-) Depreciação	(137.308)	(2.135)	(139.443)
(-) Baixas de contratos	(22.184)	-	(22.184)
Total	1.149.150	5.022	1.154.172

A movimentação do ativo de direito de uso no período de 1º de janeiro a 31 de dezembro de 2019, está demonstrada no quadro a seguir:

Ativo - Direito de Uso	Consolidado		
	Arrendamento	Veículos	Total
(+) Adoção inicial em 01/01/2019	923.424	1.567	924.991
(+/-) Novos contratos e Remensuração	330.927	4.696	335.623
(-) Depreciação	(121.459)	(1.352)	(122.811)
Total	1.132.892	4.911	1.137.803

Passivo de arrendamento

A movimentação do passivo de arrendamento no período de 1º de janeiro a 31 de dezembro de 2020, está demonstrada no quadro a seguir:

Passivo - arrendamento a pagar	Consolidado		
	Arrendamento	Veículos	Total
Saldo inicial em 01/01/2020	1.144.953	4.867	1.149.820
(+/-) Novos contratos e Remensuração	164.510	1.049	165.559
Aquisição Física	11.963	613	12.576
Apropriação Juros incorridos	101.304	332	101.636
(-) Pagamentos passivo de arrendamento	(153.425)	(2.417)	(155.842)
(-) Descontos obtidos	(47.039)	(57)	(47.096)
(-) Baixas de contratos	(25.084)	-	(25.084)
Total	1.197.182	4.387	1.201.569
Circulante	116.737	3.191	119.928
Não circulante	1.080.445	1.196	1.081.641

A movimentação do passivo de arrendamento no período de 1º de janeiro a 31 de dezembro de 2019, está demonstrada no quadro a seguir:

Passivo - arrendamento a pagar	Consolidado		
	Arrendamento	Veículos	Total
(+) Adoção inicial em 01/01/2019	923.424	1.567	924.991
(+/-) Novos contratos e Remensuração	330.927	4.696	335.623
Apropriação Juros incorridos	90.278	261	90.539
(-)Pagamentos passivo de arrendamento	(199.676)	(1.657)	(201.333)
Total	1.144.953	4.867	1.149.820
Circulante	92.675	1.898	94.573
Não circulante	1.052.278	2.969	1.055.247

Cronograma de vencimento do passivo de arrendamento

Em 31 de dezembro de 2020, a Companhia possuía o seguinte cronograma de pagamentos mínimos de arrendamentos operacionais não canceláveis:

	Consolidado		
	Arrendamento	Veículos	Total
Até 1 ano	116.737	3.191	119.928
Entre 1 e 5 anos	508.869	1.196	510.065
Mais de 5 anos	571.576	-	571.576
Grupo como arrendatário	1.197.182	4.387	1.201.569

Pagamentos de arrendamentos de aluguéis variáveis

No período de 12 meses findo em 31 de dezembro de 2020, a Companhia reconheceu o montante de R\$ 47.803 (R\$ 50.722 no mesmo período de 2019) referente as despesas relacionadas ao pagamento de aluguéis variáveis. Vide nota 29.

20 Fornecedores - consolidado

	31/12/2020	31/12/2019
Fornecedores de mercadorias para revenda	556.082	570.642
Fornecedores de materiais de consumo	101.376	93.612
Ajuste a valor presente	(2.645)	(3.244)
	654.813	661.010

Referem-se a fornecedores relativos aos produtos de revenda, materiais de consumo e outros materiais e serviços.

A partir de 2019 A Companhia ofereceu um programa de antecipação de créditos para seus fornecedores junto as instituições financeiras, cujo principal objetivo deste programa é facilitar o processamento de pagamentos e permitir aos fornecedores dispostos a venda de seus recebíveis antes da data de vencimento, sem direito a regresso, Essas operações de antecipações com fornecedores não estendem significativamente as condições de pagamentos além dos termos normais acordados com os fornecedores, Em 31 de dezembro de 2020 havia o montante de R\$ 56.837 (em 31 de dezembro de 2019 o montante de R\$ 61.980).

21 Empréstimos e financiamentos - consolidado

Empréstimos	31/12/2020	31/12/2019
Capital de giro	365.262	32.698
Financiamento de bens	6.863	1.892
Sub Total	372.125	34.590
Debêntures	226.762	-
Total	598.887	34.590
Empréstimos e financiamentos	93.275	27.037
Circulante	93.275	27.037
Empréstimos e financiamentos	278.850	7.553
Debêntures	226.762	-
Não Circulante	505.612	7.553

As movimentações patrimoniais dos passivos financeiros de 2020 estão demonstradas a seguir:

	01/01/2020	Adições	Pagamento do Principal	Pagamento de Juros	Provisão de Juros	31/12/2020
Capital de Giro	32.698	352.400	(21.474)	(9.340)	10.978	365.262
Financiamento de bens	1.892	7.882	(2.913)	(606)	608	6.863
Empréstimos e financiamentos	34.590	360.282	(24.387)	(9.946)	11.586	372.125
Debêntures	-	225.878	-	(5.272)	6.156	226.762
Total	34.590	586.160	(24.387)	(15.218)	17.742	598.887

As conciliações das movimentações patrimonial dos passivos financeiros de 2019 estão demonstradas a seguir:

	01/01/2019	Adições	Pagamento do Principal	Pagamento de Juros	Provisão de Juros	31/12/2019
Capital de Giro	352.751	18.049	(350.692)	(12.885)	25.475	32.698
Financiamento de bens	5.778	983	(4.873)	(1.227)	1.231	1.892
Financiamento BNDES	96	-	(96)	(7)	7	-
Total	358.625	19.032	(355.661)	(14.119)	26.713	34.590

Em 2019 com a entrada dos recursos advindos da emissão de ações, a Administração liquidou grande parte dos empréstimos que estavam em aberto naquela data.

No entanto em 2020, com a crise provocada pela pandemia do Covid-19, aquisição das operações da Fisia, no Brasil, a Administração captou novos empréstimos com intuito de reforçar o caixa.

Em 31 de dezembro de 2020 a Companhia possuía 84,4% de sua dívida no longo prazo. O custo médio anual da dívida bancária ficou em 3,21% a.a em 2020 (6,93% em 2019).

Termos e condições dos empréstimos em aberto são os seguintes:

	Moeda	% a.a	2020			2019		
			Valor Original	Valor Contábil Circulante	Valor Contábil não Circulante	Valor Original	Valor Contábil Circulante	Valor Contábil não Circulante
Capital de Giro (a)	R\$	100% a 174% do CDI	371.686	90.464	274.798	31.686	25.402	7.296

Financiamento de Bens (a)	R\$	100% CDI a 13,1% a.a	10.849	2.811	4.052	4.967	1.635	257
Empréstimos e financiamentos			382.535	93.275	278.850	36.653	27.037	7.553
Debêntures (b)	R\$	100% CDI + 3,4 %a.a	230.000	-	226.762	-	-	-
Total de empréstimos e Financiamentos			612.535	93.275	505.612	36.653	27.037	7.553

- (a) Os empréstimos são avaliados pela Companhia e são garantidos por alienação fiduciária dos bens.
- (b) Em 29 de junho de 2020, com o propósito de reforçar o caixa e financiar a estratégia de crescimento, a Companhia contratou com instituição financeira a distribuição de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, com garantia fidejussória da Controladora, em série única, de emissão da SBF Comércio ("Debêntures"), para distribuição pública com esforços restritos de colocação, em regime de garantia firme, no valor total de R\$230.000.000,00. Como resultado da oferta de Debêntures, a SBF Comércio emitiu 230.000 debêntures em 06 de julho de 2020, no valor unitário de R\$1.000,00.

A Companhia não apresenta cláusulas restritivas exigíveis na data-base para os contratos existentes.

Resumo dos empréstimos e financiamentos conforme vencimento

	1 ano	2 anos	3 anos	+ de 3 anos	Total
Capital de Giro	90.464	120.083	76.988	77.727	365.262
Financiamento de Bens	2.811	2.759	1.293	-	6.863
Empréstimos e financiamentos	93.275	122.842	78.281	77.727	372.125
Debêntures	-	74.366	75.955	76.441	226.762
Total	93.275	197.208	154.236	154.168	598.887

O quadro acima demonstra os empréstimos e financiamentos de acordo com os vencimentos originais.

22 Obrigações tributárias – consolidado

	31/12/2020	31/12/2019
IRPJ	(46.281)	-
CSLL	(13.386)	-
PIS	(2.454)	(3.706)
COFINS	(12.205)	(18.687)
ICMS	(99.211)	(39.129)
ISS	(1.249)	(587)
IRRF	(3.569)	(2.809)
IPI (a)	(42.159)	-
Outros	(3.256)	(1.310)
Passivo Circulante	(223.770)	(66.228)

- (a) Em relação ao montante do IPI acima verificado, ressaltamos que, nos termos do julgamento do Recurso Extraordinário 946.648/SC pelo Plenário do STF, que, na sistemática de repercussão geral, declarou constitucional a cobrança do IPI sobre a revenda de produtos importados e, nestes termos, os assessores externos da Companhia passaram a avaliar a discussão com probabilidade de perda provável. Diante de tal fato e do risco de cobrança por parte do Fisco Federal, a Companhia, optou por provisionar o montante a ser eventualmente discutido, do período de janeiro de 2016 a dezembro de 2020, no valor de 42.046.

23 Impostos parcelados - consolidado

	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
Parcelamentos de tributos Estaduais	66.572	100.148
Parcelamentos de tributos Federais	89.970	96.016
Parcelamentos de tributos Municipais	9	27
Total impostos parcelados	<u>156.551</u>	<u>196.191</u>
Passivo circulante	<u>54.775</u>	<u>60.420</u>
Passivo não circulante	<u>101.776</u>	<u>135.771</u>

As movimentações dos impostos parcelados para o exercício findo em 31 de dezembro de 2020 estão demonstradas no quadro a seguir:

Saldo em 01/01/2019	<u>209.554</u>
Adesão dos impostos Estaduais	20.533
Adesão dos impostos Federais	29.719
Juros sobre pagamento de impostos parcelados	6.411
Reversão de Juros	(1.304)
Parcelas pagas	(68.722)
Saldo em 31/12/2019	<u>196.191</u>
Adesão dos impostos Estaduais	5.877
Juros sobre pagamento de impostos parcelados	14.511
Parcelas pagas	(60.028)
Saldo em 31/12/2020	<u>156.551</u>

No quadro abaixo estão as informações detalhadas em relação a esses parcelamentos, bem como os vencimentos das parcelas classificadas no passivo não circulante:

Estado	Circulante	Não Circulante	Total Geral	2022	2023	2024	2025	2026 em diante
RJ	10.656	18.531	29.187	10.656	7.875	-	-	-
MG	7.921	7.651	15.572	6.907	744	-	-	-
DF/GO	6.481	5.017	11.498	5.017	-	-	-	-
SP	2.034	3.427	5.461	2.034	1.323	70	-	-
Outros	2.262	2.592	4.854	1.722	852	18	-	-
Total Estaduais	<u>29.354</u>	<u>37.218</u>	<u>66.572</u>	<u>26.336</u>	<u>10.794</u>	<u>88</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
Parcelamentos ordinários	14.660	35.042	49.702	14.660	12.384	7.998	-	-
Refis lei 11.941	8.104	27.831	35.935	8.104	8.104	8.104	3.519	-
Outros	2.648	1.685	4.333	256	257	257	257	658
Total Federais	<u>25.412</u>	<u>64.558</u>	<u>89.970</u>	<u>23.020</u>	<u>20.745</u>	<u>16.359</u>	<u>3.776</u>	<u>658</u>
Campinas	9	-	9	-	-	-	-	-
Total Municipais	<u>9</u>	<u>-</u>	<u>9</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
Total Parcelamentos	<u>54.775</u>	<u>101.776</u>	<u>156.551</u>	<u>49.356</u>	<u>31.539</u>	<u>16.447</u>	<u>3.776</u>	<u>658</u>

Parcelamentos estaduais - Em 2015 a Companhia realizou a denúncia espontânea referente a diferença de alíquota de ICMS sobre as transferências de mercadorias importadas do CD Geral para as lojas em MG e para o CD de comércio eletrônico no valor original de R\$ 15.653. Em 2017 a empresa VBLOG logística e SBF Comércio fizeram a denúncia espontânea no montante total de R\$ 7.917 e R\$ 5.678, respectivamente, referentes a regularização do ICMS incidente sobre o transporte de

mercadorias com subcontratação de terceiros. Sendo estes os parcelamentos mais relevantes junto a este Estado. O saldo em 31 de dezembro de 2020 de todos os parcelamentos de Minas Gerais é de R\$ 15.572 (R\$ 23.979 em dezembro de 2019).

Em 2018 a Companhia aderiu a anistia do Estado do Rio de Janeiro incluído seus parcelamentos anteriores bem como a regularização de ICMS das competências de janeiro a abril de 2018. Em 2019 a Companhia parcelou ordinariamente as competências de maio a novembro de 2018, sendo que o montante em 31 de dezembro de 2020 é de R\$ 29.187 (R\$ 41.441 em dezembro de 2019).

Em 2018 e 2019 a Companhia realizou a regularização dos valores de ICMS do estado do Goiás e Distrito Federal, incluindo seus débitos na anistia concedida pelo Estado, sendo todos das competências de 2018, e o montante em 31 de dezembro de 2020 é de R\$ 11.498 (R\$ 23.275 em dezembro de 2019).

Os demais parcelamentos correspondentes aos outros estados perfazem R\$ 10.315 (R\$ 11.453 em dezembro de 2019).

Parcelamentos federais

Parcelamentos ordinários - No terceiro trimestre do exercício de 2018, a Companhia aderiu ao parcelamento ordinário previdenciário referente aos débitos das competências março 2018 até julho 2018, sendo o saldo em 31 de dezembro de 2019 no montante de R\$ 8.753, Em agosto de 2019, a Companhia reparcelou os débitos referente aos tributos de PIS/COFINS, das competências de dezembro 2017 até abril 2018, incluindo no parcelamento novos débitos das competências 12/2018 e 01/2019 sendo o saldo em 31 de dezembro de 2020 no montante de R\$ 40.949, totalizando o montante de R\$ 49.702 (R\$ 61.462 em 2019).

Refis Lei 11.941

Em 2009, a Companhia aderiu ao parcelamento especial “Refis da Crise”, instituído pela Lei nº 11.941, referente a tributos de PIS/COFINS/IRPJ/CSLL, das competências de 1997 a 2006, sendo o saldo em 31 de dezembro de 2020 no montante de R\$ 35.935 (R\$ 29.392 em 2019).

Os demais parcelamentos perfazem o montante de R\$ 4.333 (R\$ 5.161 em dezembro de 2019).

24 Obrigações trabalhistas e previdenciárias - consolidado

	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
Provisões de férias e 13º salário	43.793	32.309
Provisões para participação nos lucros	4.887	32.164
Salários a pagar	21.552	16.331
Obrigações com pessoal a pagar	701	1.613
Contribuições a recolher	232	232
Pensão alimentícia	42	57
Obrigações trabalhistas	<u>71.207</u>	<u>82.706</u>
INSS a recolher	17.255	65.201
FGTS a recolher	3.362	2.736
INSS retido a recolher	1.864	675
Obrigações previdenciárias	<u>22.481</u>	<u>68.612</u>

Total de Obrigações	93.688	151.318
---------------------	--------	---------

25 Patrimônio líquido

1. Capital social

O capital social da Companhia em 31 de dezembro de 2020 era de R\$ 1.918.758 dividido em 241.889.833 ações ordinárias e em 31 de dezembro de 2019 era de R\$ 955.277 dividido em 210.140.608 ações ordinárias e sem valor nominal.

Movimentação do capital social e gastos com emissão de ações

Saldos em 31 de Dezembro de 2019		955.277
Emissão de ações	(II)	900.000
Integralização do adiantamento para Futuro	(I, III, IV e V)	8.088
Aumento de Capital	(VI)	(47.880)
Gastos com emissões de ações		(47.880)
Saldos em 31 de dezembro de 2020		1.815.485

Seguem as alterações societárias ocorridas em 2020:

- (i) Em 24 de abril de 2020, RCA – Deliberou e aprovou o aumento de capital no montante de R\$ 3.498.684 com a emissão de 874.671 novas ações ordinárias nominativas, escriturais e sem valor nominal com o preço de R\$ 4,00 por ação nos termos do primeiro programa de opção de 2019.
- (ii) Em 04 de junho de 2020, RCA – Deliberou e aprovou o aumento de capital no montante de R\$ 900.000.000 com a emissão de 30.000.000 novas ações ordinárias nominativas, escriturais e sem valor nominal com o preço de R\$ 30,00 no âmbito de oferta no mercado de ações
- (iii) Em 26 de Junho de 2020, RCA – Deliberou e aprovou o aumento de capital no montante de R\$ 3.077.384 com a emissão de 769.346 novas ações ordinárias nominativas, escriturais e sem valor nominal com o preço de R\$ 4,00 por ação nos termos do primeiro programa de opção de 2016.
- (iv) Em 11 de Agosto de 2020, RCA – Deliberou e aprovou o aumento de capital no montante de R\$ 365.280 com a emissão de 24.000 novas ações ordinárias nominativas, escriturais e sem valor nominal com o preço de R\$ 15,22 por ação nos termos do segundo programa de opção de 2019.
- (v) Em 10 de Novembro de 2020, RCA – Deliberou e aprovou o aumento de capital no montante de R\$ 1.147.469 com a emissão de 81.208 novas ações ordinárias nominativas, escriturais e sem valor nominal com o preço de R\$ 14,13 por ação nos termos do segundo programa de opção de 2016.

O controle acionário do Grupo SBF S.A, está distribuído da seguinte forma em 31 de dezembro de 2020:

Acionista	2020	
	Quantidade	%
Pacipar Participações Ltda.	95.930.259	39,66%
Nefele Investments, LLC	53.824.707	22,25%
GPCP I - Fundo de inv. Part	1.316.308	0,54%
Stock Options Plan (S.O.P.)	4.410.450	1,82%
Outros	86.408.109	35,72%
	241.889.833	100,00%

- (vi) Os gastos com emissão de ações são, referem-se a custos de transação tais como: i) gastos com elaboração de prospectos e relatórios; ii) remuneração de serviços profissionais de terceiros (advogados, auditores, consultores, profissionais de bancos de investimento, corretores etc.); iii) gastos com publicidade; iv) taxas e comissões; v) custos de transferência; vi) custos de registro etc.

2. Capital autorizado

A Companhia está autorizada a aumentar seu capital social até o limite de 300.000.000 (trezentos milhões) de ações, por meio de deliberação do Conselho de Administração, independentemente de reforma estatutária. Competirá ao Conselho de Administração fixar o preço de emissão e o número de ações a ser emitido, bem como o prazo e as condições de integralização.

Dentro do limite do capital autorizado, o Conselho de Administração poderá ainda (i) deliberar sobre a emissão de bônus sobre subscrição; (ii) de acordo com o plano aprovado na Assembleia Geral, outorgar opção de compra de ações a administradores e empregados da Companhia ou de sociedade sob seu controle, ou a pessoas naturais que lhes prestem serviços, sem que os acionistas tenham direito de preferência na outorga ou subscrição destas ações; (iii) aprovar aumento do capital social mediante a capitalização de lucros e reservas, com ou sem bonificação em ações; e (iv) deliberar sobre a emissão de debêntures conversíveis em ações.

3. Lucro por ação - consolidado

A Companhia calcula o resultado básico por ação mediante a divisão do lucro (prejuízo) atribuível aos acionistas da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias em circulação para o exercício.

O lucro diluído por ação reflete a potencial diluição de opções de ações que poderiam ser exercidas ou convertidas em ações ordinárias, e é calculada dividindo o lucro líquido atribuível aos acionistas da Companhia pela quantidade média ponderada de ações ordinárias em circulação, além do efeito potencialmente dilutivo das opções de compra de ações exercíveis.

Abaixo demonstramos o lucro por ação básico e diluído para o exercício findo em 31 de dezembro de 2020 e 2019:

Numerário básico/diluído - Controladora	2020	2019
Lucro (Prejuízo) líquido do exercício	(112.754)	310.171
Média ponderada de ações ordinárias	228.762	195.582
Resultado básico por ação - R\$	<u>(0,49)</u>	<u>1,59</u>
Lucro (Prejuízo) líquido do exercício	(112.754)	310.171
Média ponderada de ações ordinárias	228.762	195.582
Opções exercidas não integralizadas	1.783	125
Aumento das ações ordinárias como resultado do plano de opção de compra de ações	9.235	4.574
Resultado diluído por ação - R\$	<u>(0,49)</u>	<u>1,55</u>

Quando a Companhia apresenta perda líquida atribuível aos proprietários da Controladora, os prejuízos diluídos por ação ordinária são iguais aos prejuízos básicos por ação ordinária devido ao efeito antidilutivo das opções de ações em circulação.

4. Reserva legal

A reserva legal é constituída anualmente como destinação de 5% do lucro líquido do exercício e não poderá exceder a 20% do capital social. A reserva legal tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízo e aumentar o capital.

5. Dividendos obrigatórios

Conforme estabelecido no estatuto social da Companhia, do total dos lucros obtidos, 5% será aplicado, antes de qualquer destinação, na constituição da reserva legal a qual não poderá exceder 20% do capital social, e 25% será obrigatoriamente distribuído aos acionistas, proporcionalmente à participação de cada um no capital social.

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019 não foi apurado dividendos em função da Companhia ter prejuízos acumulados e obrigatoriedade de constituição de reservas.

6. Reserva incentivos fiscais

A Companhia estabeleceu centros de distribuição nos Estados da Paraíba e Minas Gerais, onde foi concedido incentivos fiscais pelo governo local, que reduzem o valor dos impostos sobre venda pagos, aumentando efetivamente o valor da receita líquida reconhecida.

Os incentivos também determinam que a empresa Premier não tem direito aos saldos credores sobre a compra de produtos posteriormente vendidos fora desses Estados, de modo que esses valores se tornam impostos não recuperáveis e aumentam o custo das vendas. As notas 27, 28 destas demonstrações financeiras apresentam o impacto nas vendas líquidas e no custo das vendas.

Esses incentivos vêm sendo contabilizados em conta redutora da conta de impostos incidentes sobre venda de mercadorias - ICMS em 31 de dezembro de 2020 foi de R\$ 64.879 (R\$ 100.896 em 2019). Os impostos não-recuperáveis de ICMS também são contabilizados no custo das vendas, montante de R\$ 7.537 em 2020 (R\$ 8.480 em 2019).

Em função da Companhia possuir prejuízos acumulados, a reserva de incentivos fiscais vem sendo revertida.

Os recursos promovidos pelos incentivos fiscais não serão distribuídos como dividendos e serão incorporados às reservas a medida da geração de lucro tributável da Companhia

26 Pagamento baseado em ações - consolidado

O objetivo desses “Planos” é atrair e reter executivos da Companhia e de suas sociedades controladas diretas ou indiretas, concedendo aos administradores, empregados e prestadores de serviços com os interesses dos acionistas, indicados pelo Conselho de Administração.

Como a Companhia tem as suas ações listadas e negociadas em bolsa de valores, o preço de período será equivalente à média ponderada, por volume negociado, dos 90 (noventa) pregões imediatamente anteriores à data da outorga da opção, podendo ser atualizado monetariamente com base na variação de um índice de preços a ser determinado pelo Conselho de Administração, acrescido de juros, com base em taxa eventualmente determinada pelo Conselho de Administração.

Em 16 de dezembro de 2016 foi aprovado, em Assembleia Geral Extraordinária, o Plano de Opção de Compra de Ações, ou “Plano 2016”. Para as outorgas feitas sob este Plano, foi definido que

serão compostas por 5 lotes, cada um possuindo 20% do total de opções outorgadas ao participante. A cada ano, após a data de outorga, um dos lotes se tornará exercível, estando todas as opções outorgadas disponíveis para exercício após 5 (cinco) anos da data de outorga. Além disso, é obrigatória aos participantes a utilização de não menos do que 50% (cinquenta por cento) da gratificação anual a título de bônus ou participação nos lucros, líquida de imposto de renda e outros encargos incidentes (“PLR”) para exercer opções disponibilizadas sob as regras deste Plano a cada ano, sob pena de cancelamento de todas as opções vestidas até aquela data. Por fim, o prazo contratual para o exercício das opções de cada lote é de 8 anos a contar do fim do período de carência.

O Primeiro Programa do Plano de 2016 (“2016 - Primeiro Programa”) foi outorgado em 16 de dezembro de 2016, quando a Companhia ainda não havia aberto seu capital na bolsa de valores. O preço de exercício definido foi de R\$ 4,00. O segundo programa (“2016 - Segundo Programa”), outorgado em 10 de outubro de 2019, teve seu preço de exercício definido para refletir o preço de IPO da Companhia.

Também em 2019, conforme comunicado através de fato relevante ao mercado, o Conselho aprovou o Plano de Outorga de Opção de Compra de Ações, “Plano 2019” I e II. Para as outorgas deste plano, o preço de exercício é definido pela média dos 90 pregões anteriores à aprovação, com deságio de 10%. Estas outorgas, por sua vez, são divididas em 4 lotes, sendo os dois primeiros correspondentes a 30% do total outorgado cada, e os dois últimos a 20% do total outorgado cada. O primeiro lote torna-se exercível após 24 meses da outorga, e a partir daí, a cada 12 meses outro lote se torna exercível.

Desde a aprovação do Plano 2019, foram outorgados três programas: um em 10 de outubro de 2019 (“2019 - Primeiro Programa”), outro em 20 de março de 2020 (“2019 - Primeiro Programa Outorga março 2020”), e o terceiro em 24 de abril de 2020 (“2019 - Segundo Programa”), a última outorga de 2020.

Abaixo se encontram os demonstrativos das quantidades outorgadas nos Planos 2016 e 2019, organizados por ano e atualizadas para o exercício findo em 31 de dezembro de 2020, assim como um detalhamento das premissas de cada outorga realizada nesses planos.

2016					
Ano	Saldo Inicial	Outorgadas	Exercidas	Canceladas	Saldo Final
2016	-	5.614.424	-	-	5.614.424
2017	5.614.424	-	(644.511)	(137.122)	4.832.791
2018	4.832.791	200.000	(686.995)	(346.052)	3.999.744
2019	3.999.744	-	(696.653)	-	3.303.091
2020	3.303.091	-	(1.644.017)	(24.000)	1.635.074

2016 Segundo Programa					
Ano	Saldo Inicial	Outorgadas	Exercidas	Canceladas	Saldo Final
2019	-	1.986.794	-	-	1.986.794
2020	1.986.794	-	(114.567)	-	1.872.227

2019 Primeiro Programa					
Ano	Saldo Inicial	Outorgadas	Exercidas	Canceladas	Saldo Final
2019	-	4.593.206	-	-	4.593.206
2020	4.593.206	-	-	(40.000)	4.553.206

2019 Primeiro Programa - Outorga março de 2020					
Ano	Saldo Inicial	Outorgadas	Exercidas	Canceladas	Saldo Final
2020	-	50.000	-	-	50.000

2019 Segundo programa					
Ano	Saldo Inicial	Outorgadas	Exercidas	Canceladas	Saldo Final
2020	-	48.000	(24.000)	-	24.000

Premissas básicas para o plano:	2019 2° - Outorga março de 2020	2019 2° Programa	2019 1° Programa	2016 2° Programa	2016 1° Programa
Modelo de precificação	Binomial	Binomial	Binomial	Binomial	Black-Scholes
Dividend yield	1,31%	0,00%	1,31%	1,31%	5,00%
Volatilidade média anualizada esperada	67,92%	76,00%	34,96%	34,96%	23,63%
Taxa livre de risco	6,25%	6,00%	5,96%	5,96%	11,37%
Preço de exercício	15,44 corrigido por IGP-M	14,80 corrigido por IGP-M	14,80 corrigido por IGP-M	14,80 corrigido por IGP-M	4,00
Preço da ação considerado	22,35	27,43	20,97	20,97	4,81
Prazo esperado do exercício	8 anos	8 anos	5,48 anos	5,33 anos	5,17 anos
IGP-M	3,50%	3,70%	4,00%	4,00%	NA
Preço da opção na data da concessão por ação	14,49	14,175	10,545	11,33	2,0522

27 Receita operacional líquida – consolidado

	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
Receita operacional bruta		
Venda de mercadorias	3.047.547	3.134.149
Prestação de serviços	70.354	70.666
Impostos incidentes		
Venda de mercadorias	(726.379)	(741.531)
ICMS - Incentivo Fiscal (i)	64.879	100.896
Prestação de serviços	(6.675)	(7.007)
Devoluções		
Venda de mercadorias	(39.035)	(11.745)
Reservas e Provisões	(3.828)	-
Abatimento dos serviços	-	(6)
Receita líquida de vendas	<u><u>2.406.863</u></u>	<u><u>2.545.422</u></u>

- (i) Veja nota explicativa 25.6 sobre os incentivos fiscais da Companhia.

Receita do mercado de varejo e e-commerce

A receita bruta de mercadorias do mercado de varejo (lojas físicas), Atacado (distribuição produtos Nike) e e-commerce está apresentada abaixo:

	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
Varejo (lojas físicas)	1.843.596	2.504.223
Atacado	99.517	-
E-Commerce	1.104.434	629.926
Receita Bruta	<u><u>3.047.547</u></u>	<u><u>3.134.149</u></u>

O segmento de varejo apresenta forte sazonalidade, principalmente devido às datas comemorativas como o dia dos pais, no terceiro trimestre, e a Black Friday e o natal no 4º trimestre. No caso da companhia, a tabela abaixo ilustra a sazonalidade trimestral da receita líquida no exercício encerrado em 31 de dezembro.

	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
1º Trimestre	505.615	527.176
2º Trimestre	239.372	545.533
3º Trimestre	569.038	621.003
4º Trimestre	1.092.838	851.710
Receita líquida de vendas	<u>2.406.863</u>	<u>2.545.422</u>

Em termos de região geográfica, as vendas da Companhia estão substancialmente concentradas na região Sudeste do país, por concentrar a maior quantidade de lojas e também por ser a região com maior densidade demográfica. A seguir, apresentamos nossa receita bruta com venda de mercadorias, por região.

	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
Sudeste	2.059.848	1.908.051
Nordeste	405.495	521.652
Sul	269.181	355.804
Centro - Oeste	180.936	217.628
Norte	132.087	131.014
Receita bruta de vendas	<u>3.047.547</u>	<u>3.134.149</u>

Obrigações de desempenho e políticas de reconhecimento de receita

Tipo de produto	Natureza e época do cumprimento das obrigações de desempenho, incluindo condições de pagamento significativas	Política de reconhecimento da receita
Venda de mercadorias	Os clientes obtêm controle quando as mercadorias são entregues e aceitas. As faturas são emitidas naquele momento. Venda de mercadorias no varejo: A Companhia opera com redes que possuem estabelecimentos em shopping centers e lojas físicas voltados a comercialização de produtos esportivos. As vendas dos produtos são reconhecidas quando a Companhia transfere a propriedade de um produto para o cliente que ocorre no mesmo momento do pagamento dos produtos em nossas lojas físicas. As vendas no varejo são, geralmente, realizadas por meio de cartão de crédito, cartão de débito ou em dinheiro. Venda de mercadorias no atacado: A Companhia opera como a distribuição dos produtos da marca “NIKE” em todo Brasil. As vendas dos produtos do atacado são reconhecidas quando a Companhia transfere a propriedade de um produto para o cliente, isso ocorre quando os produtos são entregues no	A receita é reconhecida quando os produtos são entregues e aceitos pelos clientes. Nos casos de devolução e troca a receita é reconhecida na medida em que seja altamente provável que uma reversão significativa no valor da receita acumulada não ocorrerá Portanto, quando relevante, o valor da receita reconhecida é ajustado para as devoluções esperadas, que são estimadas com base nos dados históricos A Companhia reavalia sua expectativa de devolução na data base do balanço.

Tipo de produto	<p>Natureza e época do cumprimento das obrigações de desempenho, incluindo condições de pagamento significativas</p> <p>endereço do comprador ou coletados no centro de distribuição e o cliente esteja de acordo com o contrato de venda.</p> <p>Venda de mercadorias através do e-commerce: A Companhia opera com comércio eletrônico por meio do site centauro.com.br, para todo mercado nacional. As vendas dos produtos esportivos são registradas quando os riscos e benefícios mais significativos inerentes a propriedade dos bens foram transferidos para o comprador que ocorre na entrega dos produtos no destino escolhido pelo comprador.</p> <p>Os clientes possuem o direito de troca ou devolução de produtos. As mercadorias são trocadas somente por novas mercadorias.</p> <p>Em alguns casos que representam uma parcela extremamente reduzida em nossos negócios, ocorre a devolução do dinheiro ao cliente.</p> <p>A Companhia não possui nenhum programa de fidelidade que estabeleça descontos por acúmulo de pontos.</p>	Política de reconhecimento da receita
Prestação de serviços	<p>Prestação de serviços: A Companhia reconhece receitas com fretes por meio de serviços de logística prestados a clientes no segmento de varejo por meio da controlada VBLOG Logística e Transporte Ltda..</p> <p>A prestação de serviços de transporte ocorre quando os CTEs - Conhecimento de Transporte Eletrônico são emitidos.</p> <p>Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa na sua realização</p>	<p>A receita é reconhecida conforme os serviços são prestados sendo que a prestação, na expressiva maioria dos casos, se inicia e conclui no mesmo dia. O preço de venda é individual, determinado com base nos preços de tabela em que a Companhia vende serviços em transações separadas.</p>

28 Custo das vendas - consolidado

	31/12/2020	31/12/2019
Custo da revenda de mercadorias	(1.335.727)	(1.267.695)
Custo dos serviços prestados fretes e logística	(21.039)	(19.115)
	(1.356.766)	(1.286.810)

Custo das vendas na empresa Premier inclui o saldo credor de ICMS não recuperável divulgados na nota explicativa 25.6, concedido pelos Estados de Minas Gerais e Paraíba. O valor total do ICMS não recuperável com impacto no custo das vendas em 31 de dezembro de 2020 é de R\$ 7.537 em 2020 (R\$ 8.480 em 2019).

29 Despesas por natureza – consolidado

	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
Pessoal	(319.018)	(372.962)
Utilidades e serviços	(139.501)	(102.449)
Depreciação de direito de uso	(114.946)	(103.320)
Promoções	(96.951)	(53.849)
Depreciação e amortização	(57.272)	(52.996)
Ocupação	(43.138)	(48.763)
(-) Descontos sobre arrendamento	44.171	-
Taxa administrativa	(41.156)	(41.694)
Serviços de terceiros	(46.938)	(29.296)
Contencioso	-	(4.380)
Outras despesas	(40.971)	(36.789)
Total das despesas com vendas	<u>(855.720)</u>	<u>(846.498)</u>
	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
Pessoal	(47.122)	(67.188)
Utilidades e serviços	(28.991)	(30.985)
Depreciação e amortização	(40.642)	(37.162)
Serviços de terceiros	(52.277)	(36.524)
Depreciação de direito de uso	(16.087)	(10.811)
Ocupação	(4.665)	(1.959)
(-) Descontos sobre ocupação	2.925	-
Promoções	(1.107)	(1.286)
Contencioso	(26.724)	(121.737)
Outras despesas	(36.124)	(29.419)
Total das despesas administrativas	<u>(250.814)</u>	<u>(337.071)</u>

30 Resultado financeiro - consolidado

	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
Ajuste a valor presente (AVP)	20.686	26.706
Atualização monetária de impostos	51.117	176.705
Atualização monetária de depósitos judiciais	2.241	5.907
Variação cambial ativa	10.943	2.289
Receitas de aplicações financeiras	15.105	3.781
Descontos obtidos	69	64
Juros e multas recebidos	267	24
Outras	1.899	2.323
Receitas financeiras	<u>102.327</u>	<u>217.799</u>
Juros sobre contencioso	(17.788)	(97.476)
Juros de arrendamento mercantil	(97.197)	(83.924)
Juros sobre empréstimos, financiamentos	(11.586)	(26.713)
Ajuste a valor presente (AVP)	(16.850)	(24.601)
Juros sobre desconto de duplicatas (nota explicativa 10)	(8.720)	(10.765)
Tarifas e taxas bancárias	(17.594)	(8.877)
Juros sobre atraso de impostos	(13.938)	(8.101)
Juros sobre parcelamentos de tributos	(14.511)	(6.411)
Variação cambial passiva	(8.733)	(2.604)
Juros sobre debêntures	(6.156)	-

Juros sobre pagamentos em atrasos	(6.494)	(420)
Juros sobre partes relacionadas - mútuos	-	(223)
Impostos sobre operações financeiras	(4.687)	(132)
Outras despesas financeiras	(7.251)	(8.929)
Despesas financeiras	<u>(231.505)</u>	<u>(279.176)</u>
Despesas financeiras líquidas reconhecidas no resultado	<u>(129.178)</u>	<u>(61.377)</u>

31 Gerenciamento de riscos e instrumentos financeiros

Todas as operações com instrumentos financeiros estão reconhecidas nas demonstrações financeiras da Companhia. No exercício encerrado em 31 de dezembro de 2020, a Companhia não possuía uma política formalizada de gerenciamento de riscos, porém possui Conselho de Administração que direciona e acompanha as práticas que norteiam a gestão de riscos que incluem estratégias de minimização de potenciais riscos cambiais, de taxa de juros, de crédito e de liquidez.

As operações da Companhia estão sujeitas aos fatores de riscos abaixo descritos:

Gerenciamento de risco financeiro

Os principais fatores de risco a que a Companhia está exposta refletem aspectos estratégico-operacionais e econômico-financeiros. Os riscos estratégico-operacionais (tais como, entre outros, comportamento de demanda, concorrência e mudanças relevantes na estrutura do mercado) são endereçados pelo modelo de gestão da Companhia.

Os riscos econômicos financeiros refletem, principalmente, o comportamento de variáveis macroeconômicas, como taxas de câmbio e de juros, bem como as características dos instrumentos financeiros utilizados. Esses riscos são administrados por meio de acompanhamento da alta administração que atua ativamente na gestão operacional.

Os principais riscos financeiros considerados pela gestão da alta administração são:

- Risco de crédito;
- Risco de liquidez;
- Risco de taxas de câmbio;
- Risco de taxas de juros;

Essa nota apresenta informações sobre a exposição da Companhia a cada um dos riscos supramencionados, os objetivos, as práticas e os processos para a mensuração e gerenciamento de risco, e o gerenciamento de capital. Divulgações quantitativas adicionais são incluídas ao longo dessas demonstrações financeiras.

Estrutura de gerenciamento de risco

Risco de crédito

Risco de crédito é o risco de prejuízo financeiro da Companhia caso, um cliente ou contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais, que surgem principalmente dos recebíveis originados em sua grande maioria por clientes do varejo e por aplicações financeiras.

O risco de crédito da Companhia são as adquirentes de cartão de crédito, e clientes do atacado, sendo as administradoras responsáveis por 84,6% dos recebíveis no balanço da Companhia, enquanto os recebíveis de atacado, são responsáveis por 14,1%. Todas as vendas da Companhia nas lojas ou no e-commerce são efetuadas por meio de cartão de créditos ou pagamento a vista, via boleto bancário, dinheiro ou cartão de débito, e as do atacado são todas via boleto registrado.

A Companhia realiza provisão para créditos de liquidação duvidosa somente para o atacado, por entender que a carteira de recebíveis de cartão, é líquida e certa, pois os riscos são assumidos pelas administradoras de cartão de crédito. Historicamente a Companhia não tem apresentado perdas na realização do contas a receber.

Para as vendas que não passam pelas adquirentes, é realizada uma análise de crédito de cada cliente e a aprovação é feita caso a caso, com alçadas diferentes de acordo com o valor financeiro da venda.

No que tange às instituições financeiras, a Companhia somente realiza investimentos em instituições financeiras de baixo risco avaliadas por agências de rating ou em outras instituições que exijam investimentos como garantia para linhas de crédito.

Os valores contábeis dos ativos financeiros representam a exposição máxima do crédito. A exposição máxima do risco do crédito na data das demonstrações financeiras foi:

	Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019
Aplicações Financeiras - Circulante	148.448	83.968
Clientes e administradoras de cartões de crédito	972.911	586.449
Outras contas a receber	146.673	22.997
Aplicações financeiras - Não circulante	324	536
Outras contas a receber - Não Circulante	626	626
	<u>1.268.982</u>	<u>694.576</u>

Devido a característica de seu negócio a Companhia não possui níveis diferenciados de risco de crédito por região, perfil de cliente, concentração de vendas riscos distintos nas modalidades de vendas em lojas físicas e e-commerce.

Avaliação da perda esperada de crédito para clientes individual

A Companhia utiliza uma matriz de provisões para a mensuração da perda de crédito esperada com contas a receber de clientes individuais, o que compreende um grande número de pequenos saldos.

As taxas de perda são calculadas por meio do uso do método de 'rolagem' com base na probabilidade de um valor a receber avançar por estágios sucessivos de inadimplência até a baixa completa. As taxas de rolagem são calculadas separadamente para exposições em diferentes segmentos com base nas seguintes características de risco de crédito comuns: região geográfica, tempo da relacionamento com o cliente e tipo de produto adquirido.

As taxas de perda são baseadas na experiência real de perda de crédito verificada nos últimos sete anos. Essas taxas foram multiplicadas por fatores de escala para refletir as diferenças entre as condições econômicas durante o período em que os dados históricos foram coletados, as

condições atuais e a visão da Companhia sobre as condições econômicas ao longo da vida esperada dos recebíveis, veja nota explicativa 10.

Derivativos

Os derivativos são contratados com bancos e instituições financeiras que possuem rating entre A-1+ e AAA, baseado na agência de rating de crédito Fitch Ratings.

Risco de liquidez

Risco de liquidez é o risco em que a Companhia possa eventualmente encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista.

A abordagem da Companhia no gerenciamento do risco de liquidez é de garantir, o pagamento de suas obrigações, motivo pelo qual tem por objetivo manter disponibilidade em caixa para cumprimento de suas obrigações de curto prazo, fazendo o possível para que sempre haja liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações vincendas, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da Companhia.

Como principal estratégia, a Companhia mantém contratos de antecipações de recebíveis que são acionados caso seja necessário. Em 31 de dezembro de 2020 a Companhia tinha saldo de antecipação de recebíveis a amortizar junto as administradoras de cartão de crédito nos valores de R\$ 4.241 (R\$ 10.905 em 31 de dezembro de 2019).

A Companhia monitora também o nível esperado de entradas de caixa proveniente do contas a receber de clientes e outros recebíveis em conjunto com as saídas esperadas de caixa relacionadas à fornecedores e outras contas a pagar. Em 31 de dezembro de 2020, os fluxos de caixa esperados provenientes do contas a receber de clientes e outros recebíveis com vencimento dentro de dois meses era de R\$ 683.148 (R\$ 341.794 em dezembro de 2019).

Índice de endividamento - consolidado

	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
Obrigações a curto prazo	(1.852.278)	(1.093.629)
Caixas e equivalentes	514.295	105.308
Derivativos	11.580	-
Clientes e administradoras de cartões de crédito	972.911	586.449
	<u>(353.492)</u>	<u>(401.872)</u>
Patrimônio líquido	1.950.686	1.168.664
Índice de endividamento líquido	18%	34%

As obrigações de curto prazo representam o total do passivo circulante.

A Companhia apresentava em 31 de dezembro de 2020, capital circulante líquido consolidado positivo de R\$ 1.436.761 (R\$ 466.947 em 31 de dezembro de 2019), ou seja, uma variação positiva de R\$ 969.814.

No exercício de 2020 a Companhia apresentou prejuízo operacional antes do imposto de renda e da contribuição social de R\$ 201.957 (lucro de R\$ 407.314 no mesmo período de 2019).

Exposição ao risco de liquidez

A seguir, estão os vencimentos contratuais de passivos financeiros na data da demonstração financeira. Esses valores são brutos e não-descontados, e incluem pagamentos de juros contratuais e excluem o impacto dos acordos de compensação.

A Companhia acredita que não terá problemas em honrar os vencimentos de curto prazo. Praticamente todos os recebíveis podem ser antecipados no momento de sua venda. Assim, todas as vendas, mesmo as parceladas, tem potencial de serem recebidas a vista por meio de venda da carteira de recebíveis.

Os pagamentos a fornecedores, por sua vez, têm vencimentos que chegam a 150 dias após o recebimento em nosso Centro de Distribuição e historicamente temos conseguido aumentar esses prazos devido a nossa relevância para os fornecedores.

Assim, a Companhia utiliza os recursos das vendas do exercício para quitar as compras feitas no período anterior, garantindo assim equilíbrio financeiro para quitar os vencimentos de curto prazo.

A maioria dos empréstimos e financiamentos estão no longo prazo, sendo que apenas 15,6% serão liquidados com prazo nos próximos 12 meses, com custo médio aproximado de CDI + 3,21% a.a.

31 de dezembro de 2020	Valor contábil	Fluxos de caixa contratuais	2 meses ou menos	02 a 12 meses	1 a 2 anos	2 a 5 anos	Mais que 5 anos
Passivos financeiros não derivativos							
Fornecedores	654.813	654.813	458.760	196.053	-	-	-
Empréstimos e financiamentos	372.125	406.967	3.069	105.904	134.013	163.981	-
Debêntures	226.762	254.842	-	9.381	85.260	160.201	-
Impostos parcelados	156.551	156.551	9.475	45.300	49.356	51.762	658
Arrendamentos a pagar	1.201.569	1.201.569	18.024	101.904	256.979	253.086	571.576
Outras contas a pagar	594.676	594.676	594.676	-	-	-	-
	3.206.496	3.269.418	1.084.004	458.542	525.608	629.030	572.234

31 de dezembro de 2019	Valor contábil	Fluxos de caixa contratuais	2 meses ou menos	02 a 12 meses	1 a 2 anos	2 a 5 anos	Mais que 5 anos
Passivos financeiros não derivativos							
Fornecedores	661.010	661.010	516.532	144.478	-	-	-
Empréstimos e financiamentos	34.590	35.584	21.870	5.387	4.155	3.969	203
Impostos parcelados	196.191	196.191	10.795	49.626	45.611	77.707	12.452
Arrendamentos a pagar	1.149.820	1.149.820	13.781	80.792	104.568	347.890	602.789
Outras contas a pagar	33.043	33.043	33.043	-	-	-	-
	2.074.654	2.075.648	596.021	280.283	154.334	429.566	615.444

Os fluxos de entradas / saídas, divulgados na tabela acima, representam os fluxos de caixa contratuais não descontados relacionados aos passivos financeiros que normalmente não são encerrados antes do vencimento contratual. A divulgação apresenta os montantes dos fluxos de caixa líquidos para derivativos que são liquidados em caixa com base em sua exposição líquida e fluxos de caixa bruto de entradas e saídas para os derivativos que têm liquidação simultânea bruta.

Risco de taxas de câmbio

Decorre da possibilidade de oscilações das taxas de câmbio das moedas estrangeiras utilizadas pela Companhia preponderantemente decorrente de operações de compra de produtos importados no mercado externo. Em 31 de dezembro de 2020 e 31 de dezembro de 2019 não havia nenhum empréstimo em moeda estrangeira destinado a importação em aberto.

A Companhia por meio de suas controladas possui instrumentos financeiros derivativos que foram classificados como hedge de fluxo de caixa aplicando-se a contabilização de hedge, conforme CPC 48/IFRS 9 – Instrumentos financeiros. O hedge de fluxo de caixa consiste em fornecer proteção contra a variação nos fluxos de caixa atribuíveis a um risco particular associado a um ativo ou passivo reconhecido ou a uma transação prevista altamente provável e que possa afetar o resultado.

A relação entre o instrumento e o objeto de hedge, bem como as políticas e objetivos da gestão de risco, foram documentadas no início da operação. Os testes de efetividade prospectivos e retrospectivos também estão devidamente documentados, ficando confirmado que os derivativos designados são efetivos na compensação da variação do valor de mercado dos itens objeto de hedge.

A parcela efetiva das variações no valor justo de derivativos designados e qualificados como hedge de fluxo de caixa é registrada como componente de “outros resultados abrangentes”. Em 31 de dezembro de 2020 foi apurado saldo a ser registrado em outros resultados abrangentes no valor de R\$ 11.580. O ganho ou perda relacionado com a parcela não efetiva, quando apurado, é imediatamente reconhecido no resultado. Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2020 não foram apurados ganhos ou perdas decorrentes de parcela não efetiva.

Os valores acumulados em “outros resultados abrangentes” são realizados na demonstração do resultado nos exercícios em que o item protegido por *hedge* afetar o resultado (por exemplo, quando ocorrer a liquidação do item objeto de *hedge*).

Risco de taxas de juros

Decorrem da possibilidade de a Companhia sofrer ganhos ou perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros. A principal fonte desse risco são os empréstimos e financiamentos, em sua maioria pós-fixados, tomados pela Companhia.

As aplicações financeiras são principalmente indexadas ao CDI, reduzindo parcialmente o risco dos empréstimos.

Nas demonstrações financeiras, o perfil dos instrumentos financeiros remunerados por juros da Companhia corresponde a:

	Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019
Caixa e equivalentes de caixa	514.295	105.308
Aplicações financeiras - não circulantes	324	536
Derivativos	11.580	-
Empréstimos e financiamentos	(372.125)	(34.590)
Debêntures	(226.762)	-
	(72.688)	71.254

Análise de sensibilidade

Taxa de juros

O risco da companhia decorre das operações com aplicações financeiras e financiamentos atreladas ao CDI. Em 31 de dezembro de 2020 a companhia efetuou testes de sensibilidade para os cenários adversos e favoráveis dos juros (CDI). Para a análise de sensibilidade, a Companhia utilizou o CDI previsto no relatório FOCUS (2%) acrescido de 3,21%. Os cenários consideram variações de 25% e de 50% respectivamente do CDI.

	2020	Provável	Aumento dos Juros		Redução dos Juros	
			Possível (+)	Remoto (+)	Possível (-)	Remoto (-)
			25%	50%	-25%	-50%
Aplicações financeiras	148.772	7.751	9.689	11.627	5.813	3.876
Derivativos	11.580	603	754	905	452	302
Empréstimos e financiamentos	(372.125)	(19.388)	(24.235)	(29.082)	(14.541)	(9.694)
Debêntures	(226.762)	(11.814)	(14.768)	(17.721)	(8.861)	(5.907)

Valor justo

Valor justo versus valor contábil

Para todas as operações a administração considera que o valor justo se equipara ao valor contábil, uma vez que para essas operações o valor contábil reflete o valor de liquidação naquela data. Os empréstimos e financiamentos são mantidos atualizados monetariamente com base em taxas de juros contratadas de acordo com as condições iguais de mercado e, portanto, os saldos a pagar nas datas dos balanços aproximam-se substancialmente dos valores de mercado, mesmo aqueles classificados como “não circulantes”, considerando-se a modalidade dos correspondentes financiamentos.

A Companhia possui aplicações financeiras em títulos de renda fixa de curto e longo prazo que são realizadas em instituições financeiras tradicionais e são consideradas de baixo risco.

As taxas aplicadas nas operações de empréstimos e financiamentos estão apresentadas ao longo na nota explicativa 21.

	31/12/2020		31/12/2019	
	Valor Contábil	Valor Justo	Valor Contábil	Valor Justo
Ativos Mensurados pelo custo amortizado				
Caixas e equivalentes de caixa	365.847	365.847	21.340	21.340
Aplicações financeiras	148.772	148.772	84.504	84.504
Derivativos	11.580	11.580	-	-
Contas a receber	972.911	972.911	586.449	586.449
Outras contas a receber	146.673	146.673	22.997	22.997
	1.645.783	1.645.783	715.290	715.290
Passivos mensurados pelo custo amortizado				
Empréstimos e financiamentos	372.125	372.125	34.590	34.590
Debêntures	226.762	226.762	-	-
Arrendamentos	1.201.569	1.201.569	1.149.820	1.149.820
Fornecedores	654.813	654.813	661.010	661.010
Parcelamentos tributários	156.551	156.551	196.191	196.191
	2.611.820	2.611.820	2.041.611	2.041.611

Hierarquia de valor justo

Os instrumentos financeiros reconhecidos a valor justo no balanço patrimonial são classificados de acordo com as seguintes categorias:

- **Nível 1** - Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos e idênticos
- **Nível 2** - Inputs, exceto preços cotados, incluídas no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços)
- **Nível 3** - Inputs, para ativos ou passivos, que não são baseados em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis).

A Companhia detém instrumentos financeiros qualificados nos níveis 1 e 2, correspondentes à caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras. A tabela abaixo demonstra em resumo os ativos e passivos financeiros mensurados a valor justo no balanço patrimonial da Companhia, incluindo seus níveis na hierarquia do valor justo em 31 de dezembro de 2020 e 2019.

Ativo	31/12/2020	Nível 1	Nível 2
Caixa e equivalentes de caixa	365.847	365.847	-
Caixa e equivalentes de caixa - aplicações financeiras	148.448	-	148.448
Aplicações financeiras	324	-	324
Derivativos	11.580	-	11.580
Passivos			
Empréstimos e financiamentos	372.125	-	372.125
Debêntures	226.762	-	226.762

Ativo	31/12/2019	Nível 1	Nível 2
Caixa e equivalentes de caixa	21.340	21.340	-
Caixa e equivalentes de caixa - aplicações financeiras	83.968	-	83.968
Aplicações financeiras	536	-	536
Passivos			
Empréstimos e financiamentos	34.590	-	34.590

Análise de sensibilidade das premissas

As atividades da Companhia a expõem a alguns riscos financeiros, tais como: risco de mercado, risco de crédito, risco de liquidez.

A gestão de risco é realizada pela área de finanças corporativas da Companhia. A tesouraria da Companhia identifica, avalia e protege contra eventuais riscos financeiros em cooperação com as unidades operacionais.

Os empréstimos captados às taxas fixas expõem a Companhia ao risco de valor justo associado à taxa de juros. A diretriz da Companhia é a de manter substancialmente seus empréstimos com pagamento em taxa de juros variáveis ao CDI. Visando minimizar riscos, a Companhia tem como prática a manutenção de hedge natural composto por ativos financeiros e recebíveis corrigidos a taxas de juros.

A Companhia está exposta a riscos normais de mercado em decorrência de mudanças nas taxas de juros sobre suas obrigações de longo prazo. A Companhia analisa sua exposição à taxa de juros de forma dinâmica, são simulados diversos cenários levando em consideração refinanciamento, renovação de posições existentes e hedge natural. Com base nesses cenários, a Companhia define uma mudança razoável na taxa de juros e calcula o impacto sobre o resultado. Permanentemente é efetuado acompanhamento das taxas contratadas versus as vigentes no mercado.

A Companhia mantém apólices de seguro contratado junto a algumas das principais seguradoras do país, que foram definidas por orientação de especialistas e levam em consideração a natureza e o grau de risco envolvido.

O saldo da rubrica “Contas a receber” está distribuído entre as administradoras de cartões de crédito e vendas no atacado. A totalidade do saldo a receber de clientes é denominada em reais. Basicamente 84,6% do recebíveis da Companhia é cartão de crédito.

32 Evento subsequente

Em 26 de fevereiro de 2021, diante do cumprimento de todas as condições precedentes relevantes, incluindo a aprovação da Transação pelo CADE, ocorrida em 18 de janeiro de 2021 a Companhia e a Network Participações S.A, controladora do Grupo NWB, efetivaram o fechamento da Transação (“Fechamento”) de Compra e Venda pelo valor estimado de R\$ 60 milhões.

* * *

Pedro Zemel
CEO

José Luís Salazar
CFO

Cristiane Silva
CRC 1SP 266056/O-4

RELATÓRIO RESUMIDO DAS ATIVIDADES DO COMITÊ DE AUDITORIA PARA O
EXERCÍCIO SOCIAL ENCERRADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020

1. Histórico e Composição

O Comitê de Auditoria da Grupo SBF S.A. (“Companhia”) foi criado e instalado em reunião do Conselho de Administração realizada em 15 de fevereiro de 2019 (“Comitê”).

O Comitê é disciplinado pelo seu Regimento Interno, aprovado em reunião do Conselho de Administração realizada em 15 de fevereiro de 2019 e alterado em 3 de março de 2021, que disciplina o seu funcionamento, em consonância com as disposições contidas no Estatuto Social da Companhia, no Regulamento do Novo Mercado da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão (“Regulamento do Novo Mercado”) e na legislação em vigor (“Regimento Interno”).

O Comitê é órgão de assessoramento vinculado ao Conselho de Administração, a quem se reporta, atuando com independência em relação à Diretoria, que, dentre suas demais atribuições, deverá avaliar as informações trimestrais, demonstrações intermediárias e demonstrações financeiros.

O Comitê é composto por 3 (três) membros, sendo: (i) ao menos 1 (um) conselheiro independente da Companhia, nos termos do Regulamento do Novo Mercado; e (ii) 1 (um) membro com reconhecida experiência em assuntos de contabilidade societária, nos termos da regulamentação em vigor.

2. Atividades do Comitê no período

Nos termos do Regimento Interno, o Comitê de Auditoria reunir-se-á sempre que necessário e não menos que quatro vezes ao ano.

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020, o Comitê de Auditoria realizou reuniões para aprovação dos resultados trimestrais, que contaram com a presença de seus membros, com o objetivo de acompanhar a evolução do negócio durante o exercício social.

3. Parecer do Comitê de Auditoria

O Comitê de Auditoria, no exercício de suas atribuições, recomenda a aprovação pelo Conselho de Administração das demonstrações financeiras do exercício social em 31 de dezembro de 2020.

São Paulo, 26 de março de 2021.

Membros

Luiz Alberto Quinta

Luiz Carlos Nannini

Pedro Wagner Pereira Coelho

DECLARAÇÃO DA DIRETORIA SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Diretor Presidente Diretor Administrativo e Financeiro e de RI

Em conformidade com o inciso VI do artigo 25 da Instrução CVM Nº 480, de 7 de dezembro de 2009 (alterado pela Instrução CVM nº 586, de 8 de junho de 2017), a Diretoria declara que revisou, discutiu e concordou com as demonstrações financeiras da Companhia referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020, autorizando sua conclusão nesta data.

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente

Em conformidade com o inciso V do artigo 25 da Instrução CVM Nº 480, de 7 de dezembro de 2009 (alterado pela Instrução CVM nº 586, de 8 de junho de 2017), a Diretoria declara que revisou e discutiu o conteúdo e opiniões expressas no relatório dos auditores independentes sobre as Demonstrações individuais e consolidadas da Companhia referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020, emitido nesta data.

DECLARAÇÃO DA DIRETORIA SOBRE O RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Diretor Presidente Diretor Administrativo e Financeiro e de RI. A Diretoria declara que concorda com o conteúdo e opinião expressos no referido relatório dos auditores independentes sobre as Demonstrações individuais e consolidadas da Companhia.

São Paulo, 30 de março de 2021.

Pedro de Souza Zemel - Diretor Presidente

José Luís Magalhães Salazar - Diretor Financeiro e de Relações com Investidores

Claudio de Assis Abreu - Diretor Geral Centauro

Karsten Koehle – Diretor Geral Física

Gustavo de Lima Furtado – Diretor de Clientes

Olivia Gryscek - Diretor de Gente e Gestão

Thiago Rebelo - Diretor de Operações

Mauricio Nogueira – Diretor de Supply Chain

Marcel de Araújo Viana – Diretor de Inovação e Tecnologia